



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 3283-6256 / 6255 Fax: (71) 3283-6208 E-mail: pglebta@ufba.br



IDAS E VINDAS
O motivo da viagem em textos literários portugueses

por

MARIA DO CARMO PASCOLI

Orientadora

Profa. Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima (UFBA)

Co-orientadora

Profa. Dra. Maria Fernanda de Abreu (Universidade Nova de Lisboa)

SALVADOR
2007



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 3283-6256 / 6255 Fax: (71) 3283-6208 E-mail: pglebta@ufba.br



IDAS E VINDAS
O motivo da viagem em textos literários portugueses

por

MARIA DO CARMO PASCOLI

Orientadora

Profa. Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima (UFBA)

Co-orientadora

Profa. Dra. Maria Fernanda de Abreu (Universidade Nova de Lisboa)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras.

SALVADOR
2007

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

P281 Pascoli, Maria do Carmo.
Idas e vindas : o motivo da viagem em textos literários portugueses / por Maria do Carmo
Pascoli. - 2007
218 f.

Orientadora : Profª. Drª. Mirella Márcia Longo Vieira Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2007.

1. Viagem na literatura. 2. Portugal - Migração. 3. Portugal - Descobertas e explorações.
4. Literatura portuguesa. I. Lima, Mirella Márcia Longo Vieira. II. Universidade Federal da
da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 821(469).09
CDD - 869.09

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à orientação valiosa da Professora Mirella Vieira Lima, orientadora e amiga, que me conduziu firme e carinhosamente, durante os quatro anos dedicados ao desenvolvimento desse estudo. Também sou muito grata aos colegas de profissão, hoje amigos, que sempre me estimularam e apoiaram, principalmente Denise Carrascosa, Orlando Freire e Simone Guerreiro, com quem troquei idéias e leituras preciosas. Devo muitíssimo aos professores Jorge da Silveira e Maria Tereza Abelha por terem me auxiliado no processo de Estágio de Doutorado na Faculdade Nova de Lisboa, onde pude contar com a orientação da Professora Maria Fernanda de Abreu de quem guardo as melhores lembranças e a quem sou infinitamente grata. Registro, ainda, meu profundo reconhecimento a Professora Maria do Céu Pereira de Souza por ter me propiciado conhecer, mais intimamente, vários aspectos da cultura portuguesa. Finalmente, expresso minha imensa gratidão a minha família e aos amigos que estiveram comigo em todos os momentos dessa caminhada.

RESUMO

Estudo centrado no motivo da viagem e em sua importância axial na literatura portuguesa, “Idas e Vindas” concentra-se em três momentos: o da expansão marítima, ocorrida a partir dos séculos XV e XVI; a segunda metade do século XIX, quando mais nitidamente se explicita a crise gerada pelo modelo expansionista e pela falência da noção de progresso; e, finalmente, as décadas finais do século XX, quando a reconfiguração da economia mundial, com o desaparecimento de um mundo bipolar, repercute fortemente na cultura. Enfatizando o olhar de quem permanece em terra, à espera dos que partiram, a reflexão segue um fio condutor específico: a intenção de ressaltar, entre as causas determinantes da viagem, a pobreza proveniente de equívocos e descasos administrativos. Busca-se articular história e ficção, de modo a delimitar etapas decisivas na construção da história cultural portuguesa.

Palavras chaves: viagem, expansão, emigração, partida.

ABSTRACT

This study is centered on the motive of traveling and its central relevance in Portuguese literature. "Idas e Vindas" focuses on sea expansion occurred since the fourteenth and sixteenth centuries; the second half of the nineteenth century, when there's a more explicit crises generated by the expansionist model and by the failure of the progress notion and, finally, the final decades of the twentieth century, when the reconfiguration of the global economy, with the disappearance of a bipolar world, reverberates hardly on culture. Emphasizing the look of one who stays on the land waiting for the ones who left, the reflection follows a specific way: the intention of highlighting, among the determinant causes of the travel, the poverty resulting from the administrative mistakes and negligences. This search is to articulate history and fiction in order to bound decisive phases in the construction of the Portuguese cultural history.

Key words: travel, expansion, emigration, departure.

RESUMEN

Estudio centrado en el motivo del viaje y en su importancia axial en la literatura portuguesa, *Idas y Venidas* se concentra en tres momentos: el de la expansión marítima, que ocurre a partir de los siglos XV y XVI; la segunda mitad del siglo XIX, cuando se explicita más nítidamente la crisis generada por el modelo expansionista y por la quiebra de la noción de progreso; y finalmente, las décadas finales del siglo XX, cuando la reconfiguración de la economía mundial, con la desaparición de un mundo bipolar, repercute intensamente en la cultura. Enfatizando la mirada de quien permanece en tierra, esperando a los que partieron, la reflexión sigue un hilo conductor específico: la intención de resaltar, entre las causas determinantes del viaje, la pobreza proveniente de equívocos y negligencias de la administración. Se pretende articular historia y ficción, para delimitar etapas decisivas en la construcción de la historia cultural portuguesa.

Palabras clave: viaje, expansión, emigración, partida.

*Ah, quanto mais ao povo a alma falta
Mais a minha alma atlântica se exalta
E entorna,
E em mim, num mar que não tem tempo ou espaço
Vejo entre a cerração teu vulto baço
Que torna;*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS	19
2.1 “O esforço é grande, o homem é pequeno”	21
2.2 “Por te cruzarmos, quantas mães choraram”	30
3. O BOM FILHO, NEM SEMPRE, A CASA TORNA	53
3.1 O falso retrato	68
3.1.1 A imagem desfigurada	74
3.1.2 “Em toda parte do mundo é Brasil”	81
3.2 Caminhos de ferro	84
3.2.1 A morte do futuro	101
3.3 O filho mestiço	107
3.3.1 A terra da fartura	113
3.3.2 Zé Sargento – honra e fracasso	121
3.3.3 A parábola invertida	131
4. OS “BRASILEIROS”, AQUELES QUE VOLTARAM	135
4.1 Emigrantes	146
4.2 A casa portuguesa	152
4.3 Aliciadores	165
5. DE VOLTA AO MAR NOVAMENTE DESCONHECIDO	175
5.1 Deixando o porto	186
5.2 O adeus à “mãe amorosa”	196
5.3 A simbologia da ruptura	199
6. CONCLUSÃO	211
7. BIBLIOGRAFIA.....	214

1. INTRODUÇÃO

Linha severa da longínqua costa –
 Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta
 Em árvores onde o Longe nada tinha;
 Mais perto, abre-se a terra em sons e cores:
 E, no desembarcar, ha aves, flores
 Onde era só, de longe a abstracta linha.

O sonho é ver as formas invisíveis
 Da distância imprecisa, e, com sensíveis
 Movimentos da esperança e da vontade,
 Buscar na linha fria do horizonte
 A arvore, a praia, a flor, a ave, a fonte –
 Os beijos merecidos da Verdade.¹

Fernando Pessoa define a linha do horizonte como sendo uma abstrata linha. Surpreendentemente, pela ação dos seus versos, o tênue fio que separa céu e mar ganha inúmeras consistências e tonalidades. O poema desvenda a forma exata desse “longe”, onde antes “nada tinha”, e nos diz como os olhos dos viajantes portugueses o entenderam.

Os belos versos de *Horizonte* condensam a grande aventura ultramarina, mostram o anseio, o caminho e a chegada dos portugueses, em busca do “porto sempre por achar”. É preciso considerar, no entanto, que, antes que o percurso tenha início, já se terá passado, para cada um que decide partir, um longo tempo de experiências, em que se fomentam os desejos e as motivações, de ordem individual e coletiva. E entre esses motivos está, sem dúvida, uma longa história de carências e pobreza, talvez o mais forte dos incentivos que levaram o povo português a enfrentar tormentas e mistérios do mar desconhecido.

¹ As duas estrofes pertencem ao poema *Horizonte*, da segunda parte de *Mensagem*. Fernando Pessoa, *Obra Poética*, organização de Maria Eliete Galhoz, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 78.

Esse estudo se propõe a avaliar o movimento, registrado pela literatura, em direção a essa “abstrata linha”, empreendido não só por aqueles dotados de propósitos expansionistas e sonhos de fortuna, mas também pelos que sofriam carências econômicas. A partir desse motivo literário – a viagem – entrelaçam-se duas perspectivas: uma considera centralmente os vários contextos históricos em que os deslocamentos realizam-se; outra enfoca a viagem como resultado de uma vontade coletiva de mudança e transformações, sempre se levando em conta o olhar de quem fica em terra à espera, ou sofrendo a falta dos que partiram.

O projeto se estabelece a partir de um fio condutor específico - demonstrar que, entre as causas que determinaram o movimento em direção ao mar desconhecido, a pobreza e o descaso administrativo sempre estiveram em larga monta. A viagem, portanto, é o motivo recorrente, nas narrativas estudadas, a partir do qual se busca articular história e ficção, de modo a enfatizar momentos decisivos na construção da história cultural portuguesa.

A leitura desses momentos, feita por meio da literatura, ganha matizes diversos daqueles registrados pelo discurso retilíneo da historiografia tradicional cujo pressuposto é um processo contínuo e sucessivo de fatos, organizados, imóveis e datados. A ficção pode, assim, revisitar os domínios homogêneos da referência histórica e pensar sobre a sua condição de discurso, suscetível a interesses variados, já que a seleção e a leitura que é feita dos fatos passados é sempre uma experiência que se realiza no presente, ou seja, está sujeita à atribuição de significados ditados por outros acontecimentos, distintos ou decorrentes daqueles que o discurso historiográfico pretende catalogar.

Em função dessa perspectiva de leitura, procurou-se adotar um enfoque que compreende cruzamentos interdisciplinares, a fim de conjugar o objeto estudado e as várias modalidades de interpretação, em que conceitos como cultura, raízes e tradição desempenham um papel preponderante.

Considera-se ainda que, para entender a recorrência do motivo da viagem na Literatura Portuguesa, é preciso observar que o desenho da *abstrata linha* não foi feito a um só tempo, pelas mesmas mãos, ou sempre imaginada a partir de um mesmo ângulo; ou seja, nem sempre as expectativas em relação às “idas e vindas” foram as mesmas. Inúmeros acontecimentos históricos e sociais conferiram às viagens diversas valorações.

Com o adjetivo “abstrata”, Pessoa alude ao gigantesco mundo que uma única linha condensa e abarca. Da mesma forma, essa mesma palavra pode explicitar a vastidão do campo de estudos que envolve uma escolha desse tipo, daí ter sido necessário delimitar momentos, fatos históricos, autores e obras, segundo um critério que mantivesse o projeto circunscrito a um mesmo motivo – a viagem - a fim de viabilizar a sua realização.

Considerando a amplitude de opções dentre os diversos autores e obras que privilegiam esse mesmo motivo, foi imprescindível a adoção de critérios que orientassem um recorte com vistas à constituição do corpus. Nesse momento decisivo para o trabalho, evidenciou-se um critério norteador: a explicitação, no nível literário, de razões econômicas, sociais e políticas, que foram favoráveis às realizações das viagens.

O primeiro capítulo – “Por mares nunca dantes navegados”, foi assim intitulado porque a referência camoniana remete ao contexto das viagens ultramarinas, quando o mar era, ainda, o grande mistério e, ao mesmo tempo, o

caminho escolhido pelos portugueses para a resolução de seus problemas sociais, dentre eles, a insuficiência da produção de alimentos.

A pesquisa histórica baseia-se, principalmente, na *História Concisa de Portugal*, de José Hermano Saraiva; em *O Caráter social da Revolução de 1383*, de Joel Serrão e na obra *A Concepção do poder em Fernão Lopes*, de Luís de Souza Rebelo, das quais foram selecionados registros de momentos históricos também eleitos pelas obras estudadas. No que tange a referências do Brasil nas letras portuguesas, foi de grande importância *A Imagem Recíproca*, de Nelson Vieira. O vasto acervo da literatura portuguesa demanda, mesmo sendo para a elaboração de uma rápida retrospectiva, considerações definidoras dos limites dessa incursão, portanto, basicamente, o que se pretende, com a seleção de textos que compõem o primeiro capítulo, é demonstrar que a viagem ultramarina foi vista, por vários autores, de diferentes épocas, ora como saída para as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas em terra, ora como a direção indicada pelo ímpeto expansionista e aventureiro. Obviamente que, nesse segundo caso, a abrangência da perspectiva não compreendeu interesses da população como um todo.

Nesse compasso, como preâmbulo, importa conhecer a visão de Fernão Lopes sobre a sociedade portuguesa no período que antecede a expansão ultramarina. O cronista narra a crise do meio rural, anterior à Revolução de 1383, e demonstra que a atitude de rebeldia da arraia-miúda em defender a manutenção de um rei português definiu o conflito dinástico em favor de D. João, o Mestre de Avis. A habilidade do cronista amplia a visão do quadro social e aprofunda a tensão entre os anseios da população e os interesses dos

extratos dirigentes, em manter uma política voltada para o desenvolvimento mercantil e expansionista.

Em *Romagem dos Agravados*, de Gil Vicente, também se percebe a tensão gerada pela falta de perspectiva do trabalhador rural. A existência de João Morteira, um dos personagens da farsa vicentina, está sendo negligenciada por Deus, de quem o lavrador se queixa por receber o inverso do que havia pedido em suas preces. O descaso divino leva João Morteira a reconhecer que a vida do camponês está fadada a ser miserável e, por isso, não a deseja para o seu descendente.

Camões, em *Os Lusíadas*, contempla, em contraponto à exaltação do espírito expansionista, a opinião popular sobre a inutilidade das grandes empreitadas para a maioria da população. A reserva do poeta transparece pela maneira como a figura do Velho do Restelo é integrada à população que comparece à praia para despedir-se dos amigos e parentes que estavam prestes a partir na armada de Vasco da Gama. No quadro da despedida, aparece o povo abatido pelo sofrimento, consternado pela separação que as viagens impunham às famílias, sem que, de nenhum dos presentes, emanasse qualquer elogio à glória do Império ou sentimento de orgulho pátrio.

Com alguns versos de *Mensagem*, de Fernando Pessoa, encerra-se o primeiro capítulo - a rápida viagem pelo passado histórico e literário de Portugal, percurso cujo fundamento está na constatação de que a literatura portuguesa esteve, desde sempre, atenta às contradições da política expansionista e que também registra a postura crítica de muitos autores diante do espírito ufanista, sem dúvida, ancorado numa longa história de conquistas e derrotas.

O segundo capítulo é delimitado pelo estudo de três narrativas do século XIX, *O Retrato dos Pais*, *O Filho* e *Zé Sargento*, respectivamente dos autores: Alberto Braga, Fialho de Almeida e Pedro Ivo. As obras escolhidas mostram a atividade migratória, pela ótica dos que ficaram na terra de origem e esperaram pelo retorno daqueles que partiram para o Brasil. A viagem, nessas três narrativas, acusa a falta de perspectivas de desenvolvimento econômico do meio rural português e indica que há sempre uma perda para a terra de origem, quando um trabalhador resolve emigrar. É essa ausência que o título -“O bom filho, nem sempre, a casa torna” - pretende explicitar.

Ao longo do século XIX, as narrativas deram relevo ao tema do camponês pobre, obrigado a emigrar para pólos de maior desenvolvimento, no próprio país, ou para o exterior, principalmente para o Brasil. A ótica dos autores focaliza, no processo de emigração, as contradições resultantes do descaso da administração pública produzida, principalmente, pela política colonialista. Além disso, indicam o forte contraste entre o desenvolvimento industrial europeu e a falta de dinamismo da economia portuguesa, ainda desatenta às mudanças reclamadas pela revolução de 1822.

Em consequência da condição de miséria do meio rural português, as representações do campo e da cidade abarcaram os conceitos de atraso e civilização, respectivamente. Nessa perspectiva, muitos autores do século XIX, principalmente os contistas, tenderam a idealizar o campo, exaltaram sua suposta simplicidade e a retidão de valores que identificavam na vida rural.

Nos três contos: *O Retrato dos Pais*, *O Filho* e *Zé Sargento*, pode-se perceber que a ideologia afinada com a noção de progresso esbarra na

valorização de estereótipos, que se constituem o estofado de uma concepção arraigada no que os autores consideram valores autenticamente portugueses. Rastreado o alcance da atribuição de valor às características e particularidades do mundo português, chegou-se à leitura da constituição da identidade portuguesa feita por Eduardo Lourenço. Para o autor, a visão que o povo português tem de si mesmo compreende elementos pertinentes a uma concepção mítica. Tal concepção condensa-se na eleição da Cruz de Cristo como representação simbólica da própria origem. Os vínculos com o passado estariam, assim, enraizados na inscrição mítica e messiânica de um povo que inventa e enfatiza sua própria singularidade. A ideologia expansionista veio a reforçar esse traço até que, no século XIX, outros rumos políticos forçaram uma nova compreensão desse mesmo passado, tido como glorioso, e que revela-se responsável pela precariedade econômica que os portugueses estavam vivenciando naquele presente. Vê-se, portanto, que, elaborada pela cultura, a imagem da nação não é fixa, ela sofre mutações. Edward Said contesta qualquer estabilidade no conceito de identidade - segundo ele, inerente aos discursos imperialistas e nacionalistas. Em sua ótica, os domínios homogêneos das expressões culturais são contestados pela existência de referenciais distintos próprios das muitas comunidades que se reúnem sob o nome de uma mesma nação.

Com *Emigrantes*, de Ferreira de Castro, o estudo avança no sentido de traduzir a experiência da viagem ao Brasil, do ponto de vista do próprio emigrante. Nessa terceira parte, "A volta do filho", as questões anteriores se mantêm em evidência e outras novas aparecem. Em relação ao meio rural, ainda é evidente a condição de pobreza do campesino e o descaso das

instituições públicas, além de ser constante a valoração de uma imagem idílica do campo. Para mostrar a defasagem existente entre representações literárias e o contexto da vida camponesa do século XIX, conforme historiadores, o estudo buscou apoiar-se em João Leal e Joel Serrão, leitores da etnografia e da cultura popular portuguesas, em cujas produções temos uma visão crítica de dados estatísticos e de programas institucionais que foram interpretados pelo discurso nacionalista, a partir de um enfoque que preferiu ignorar a condição de penúria do camponês e valorizar somente o que se consideravam traços autenticamente portugueses.

O romance de Ferreira de Castro sinaliza para várias questões relacionadas à viagem ao Brasil. Entre elas, o fato de que o processo migratório, na transição para o século XX, já havia sofrido mudanças significativas, como o aumento do número de saídas para o exterior e a crescente demanda de uma nova frente de trabalho agrícola nas fazendas brasileiras, para a qual o emigrante português era engajado, sem qualquer informação de que o salário acertado de antemão só poderia, quando muito, lhe prover o sustento. O sonho de voltar rico a Portugal desvanecia-se rapidamente. Tais condições trouxeram novas tonalidades à atividade migratória, tornaram-na desgastada por um processo contínuo de exploração do trabalhador. Esse processo iniciava-se nos primeiros trâmites de engajamento - venda da passagem, retirada de documentos, contrato de trabalho - e mantinha-se, ainda, por vários anos, em função das duras condições impostas pelo trabalho agrícola nas fazendas brasileiras.

Finalmente, o último momento de *Idas e Vindas* trabalha com a viagem empreendida pela Península Ibérica, transformada em uma jangada de pedra

por José Saramago. Nesse caso específico, a viagem traduz um desejo de rompimento dos laços, econômicos e políticos, que mantêm a península ligada à Europa. A viagem marítima no romance *A Jangada de Pedra* é, acima de tudo, um movimento de recusa, uma postura de quem não se quer passivo diante da imposição de diretrizes comuns a serem adotadas pelos países europeus. A postura crítica do autor, diante de uma nova ordem social que se instaura, inaugura uma simbólica da rebeldia, uma busca de identidade, de autonomia política e de um futuro para Portugal, bastante diverso daquele ditado pelos grandes aglomerados econômicos.

A viagem de *A Jangada de Pedra* nega o imobilismo diante do processo de uniformização decorrente de uma cultura globalizada, de forma a reescrever acontecimentos históricos relativos à crise vivida por Portugal durante o período compreendido entre o fim do regime salazarista e a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. A península corta, simbolicamente, o cordão umbilical que a liga ao continente e, livre dos acordos internacionais, dá início a um movimento de rebeldia e errância.

A compreensão dos caminhos, pelos quais transita a escolha ideológica de Saramago, fundamenta-se, principalmente, no fato de que a Península Ibérica arrisca decidir seu próprio destino. A viagem significa, portanto, ao menos, o que Saramago não deseja para Portugal; nem vínculos de identificação com a Europa, tampouco com a América do Norte.

No romance de 1986, o movimento é o cerne dos acontecimentos que envolvem a Península Ibérica e ele também se estende para o âmbito das experiências individuais. A massa de pedra se move como um todo orgânico e, por isso, as pessoas que ali vivem, tornam-se efetivamente parte do corpo

ibérico, de forma que o movimento deflagrador, a princípio somente externo, também passa a se processar no íntimo dos indivíduos. As personagens sentem um desejo, um tanto indefinido, de transformar a ordem, de alterar o curso de suas vidas, de realizar uma ruptura com a velha forma de ser e estar no mundo. Tais episódios definem, sem dúvida, a expectativa do autor em relação ao futuro.

Em suma, pretende-se aqui “ler” três grandes narrativas, cada uma delas compostas de várias histórias; às vezes, contadas por vários autores, em diferentes épocas e contextos. A primeira delas diz respeito aos que ficaram no território português e sofreram as perdas causadas pela política expansionista; a segunda, que compreende dois capítulos, é a narrativa daqueles que partiram, convencidos de que iriam encontrar no Novo Mundo a fortuna que a ideologia expansionista e colonialista fomentou durante séculos e que tiveram como resultado da arriscada empreitada a perda das antigas referências. E, finalmente, a narrativa de uma jangada de pedra que revisita o motivo da viagem, para resgatá-lo, atribuindo-lhe o significado de transformação social, política e existencial.

2. POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS

Ah! Todo cais é uma saudade de pedra!
E quando o navio larga do cais
E se repara de repente que se abriu um espaço
Entre o cais e o navio
Vem-me não sei por que uma angústia recente...²

Iniciar com os versos de *Ode Marítima*, de Álvaro de Campos, traduz a necessidade de firmar, no plano desenhado para esse estudo, uma reflexão acerca das articulações que a literatura estabelece com a experiência humana. A tradução do mundo que a ficção engendra supõe, para o seu entendimento, um exercício dialético de contrastes em que a materialidade do real se deixa ler pela operação aproximativa da linguagem, sempre reveladora de um sujeito e de seu modo particular de ver o mundo.

“Todo cais é uma saudade de pedra!”. O verso expõe o modo singular de percepção do poeta, a partir de uma referência estática – o cais, ponto de partida ou chegada - início ou fim do movimento; no entanto esse signo também insinua um campo semântico multiplicador (no sentido inverso à materialidade estática da pedra) do elenco de conceitos pertinentes à idéia de movimento, já que a partir do cais, subentende-se a viagem. Da mesma forma que o cais abriga, simbolicamente, a idéia de movimento, apesar de sua natureza “de pedra”, também a viagem, como imagem literária, extrapola a sua natureza “de trânsito”, e assimila outros aspectos semânticos. Dela, depreendem-se outros conceitos: o afastamento, a ausência, a saudade, a perda. Isso, porque a viagem, sob o signo do movimento, é efêmera; torna-se, para o viajante, um

² Versos do poema *Ode Marítima* de Álvaro de Campos, in: Fernando Pessoa, *Obra Poética*, Ficções do Interlúdio, Poesias de Álvaro de Campos, Rio de Janeiro: Nova Aguilar SA, 1997, p. 315.

local intermediário, um meio-tempo, entre dois cais de pedra, - entre um passado feito de referências e um futuro que corresponde à chegada em outras terras. Por isso, à medida que se alarga o espaço entre o cais e o navio, o nexos efetivo do sujeito com o mundo se estabelece sob um outro prisma, na medida em que o tempo presente do viajante carrega a noção de trânsito, passagem de um lugar a outro; errância, em suma. O tempo da viagem e o espaço do navio não são da mesma ordem do cais, não serão nunca uma referência estável do mundo, como a matéria “pedra”, em oposição ao movimento, insinua. Em vez disso, tornam-se, no fluxo da memória, um meio-tempo, vivido num espaço móvel de fronteiras fluidas. Antes que surja um porto em outras terras, o sujeito é tocado pela experiência do oceano. A marca desse tempo vem de momentos cuja duração é incalculável, eternizados pela saudade, consumidos rapidamente pelas novidades experimentadas. E os que deixam sua terra, principalmente aqueles que a vêem transformar-se em uma linha no horizonte, constroem uma outra história, ao mesmo tempo pessoal e coletiva, plena de mudanças e de difícil registro.

A experiência da viagem, que fascinou inúmeros autores da literatura portuguesa, durante séculos, pode nos dizer como o sentido de nação, enquanto referência existencial de um povo, lugar de reconhecimento e afirmação da identidade, ganha configurações diversas, além de incluir no âmbito de suas fronteiras, lugares absolutamente distantes do reconhecido espaço geográfico que o delimita. Mas, antes que a partida aconteça, antes que o movimento tenha início, indivíduos e coletividades vivem a trama das relações sociais, quase sempre conflituosas, as quais se constituem parte da força que impulsiona o homem a deixar as fronteiras que lhe servem de referência.

A despeito das linguagens diversas, a historiografia ressoa na literatura e são essas ressonâncias que revelam o clima cultural, em que se dá a elaboração das narrativas. Um olhar que se volta para a produção literária dos séculos passados tende a revelar fragmentos de imaginários coletivos e das conjunturas históricas e sociais que lhes deram origem, posto que se pressupõe a absorção de referências histórico-sociais por parte das formas artísticas sob graus diversos de intensidade.

2. 1 “O esforço é grande, o homem é pequeno”

Na história de Portugal encontramos, primeiramente, o movimento de saída (deixar a terra firme, para aventurar-se mar afora) relacionado à ampliação de recursos. O Cronista Fernão Lopes, Guarda Mor da Torre do Tombo, cargo que lhe foi concedido por D. Duarte, em 1434, tinha ao seu dispor o arquivo geral do reino, documentação que lhe permitiu realizar uma investigação criteriosa da Revolução de 1383-1385 e do Reinado de D. João I, quando a nobreza portuguesa foi temporariamente vencida e predominou a influência de burgueses interessados numa política de paz e crescimento das atividades comerciais e marítimas.

Tendo em conta que o cronista acompanhou a última fase da guerra contra Castela, e que conheceu pessoalmente alguns dos protagonistas desse momento histórico, podemos atribuir a essa proximidade com o objeto de suas crônicas, a nitidez com que retratou os acontecimentos e a sociedade da época. O cotidiano da cidade de Lisboa, os comícios populares, a convocação forçada

de braços para as galés, que lutavam contra a esquadra castelhana; assim como a determinação do povo contra os desígnios da corte estão registrados e submetidos a uma visão crítica que abarca a transformação social em seu conjunto de fatores condicionantes.

Nas suas crônicas, Fernão Lopes reporta-se a duas situações antagônicas que delinearão o panorama econômico de Portugal do século XIV: a crise agrícola e o crescente desenvolvimento das atividades comerciais urbanas e do comércio marítimo. Nos meados do século XIV, a agricultura perdeu grande parte dos seus braços; a peste negra, que já havia assolado a Europa, chegou a Portugal e imprimiu suas marcas na economia rural portuguesa: escassez da mão-de-obra e, em decorrência, a fome que acabou por matar muitos dos que sobreviveram à doença. Em contrapartida à baixa produtividade rural, o comércio dos centros urbanos recebeu o fomento de uma série de medidas com as quais D. Fernando, então rei de Portugal, procurou incrementar as atividades mercantis. E esse desenvolvimento comercial urbano, por favorecer atividades mais rendosas, também ajudou a despovoar o campo e com isso agravar ainda mais a crise rural. Joel Serrão, em *O Caráter Social da Revolução de 1383*, diz que o crescimento do comércio marítimo de Lisboa e de outros portos portugueses “implicou numa diferenciação social progressiva: a um lado, os comerciantes, e, entre eles, os capitalistas judeus; ao outro, a *arraia-miúda dos mesteirais*, os *ventres ao sol* arruaceiros.”³ Sob o influxo capitalista, a estrutura social passa a compreender a classe intermediária dos “mais honrados”, que quer explorar e submeter os de classe inferior a grandes jornadas de trabalho, dando em troca uma paga insignificante.

³ Joel Serrão, *O Caráter Social da Revolução de 1383*, 6ª. edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1985, p. 31.

A essa configuração social veio somar-se a crise política. Durante os doze anos que antecederam a Revolução de Avis, Portugal manteve-se em guerra contra Castela e amargou três derrotas que custaram muitos prejuízos ao país, como a destruição de grande parte da marinha. Na condição de vencido, Portugal aceitou onerosos acordos de paz, agravando ainda mais a miséria pública. Além disso, o fato de D. Fernando ter promovido à rainha uma fidalga já casada, gerou um forte desagrado popular. Fernão Lopes conta que o povo se reuniu para protestar e elegeu, para falar em nome de todos os descontentes com o casamento escandaloso que o rei pretendia realizar, um representante:

... um alfaiate chamado Fernão Vasques, um homem bem razoado e jeitoso para o dizer; e juntaram-se um dia bem três mil, entre mesterais de todos mesteres e besteiros e homens de pé e todos com armas se foram para os paços onde el-rei pousava, fazendo grande ruído em falando sobre essa causa.⁴

D. Fernando, vendo a manifestação popular, quis saber o motivo de estarem todos ali reunidos, ao que Fernão Vasquez então respondeu que o motivo era o fato de o rei tomar por sua, a mulher de João Lourenço da Cunha, um seu vassalo, e “porquanto isto nom era sua honra, mas ante fazia grande nojo a Deus, a seus fidalgos e a todo o povo”⁵.

Não somente em Lisboa, mas em muitos outros lugares do reino também houve levantes e protestos, mas o rei, avesso a toda e qualquer opinião que depreciasse a mulher a quem pretendia fazer rainha, prosseguiu no seu intento e castigou duramente aqueles que ousaram manifestar diretamente a sua contrariedade.

⁴ Fernão Lopes, *Crônicas de Fernão Lopes*, seleção, tradução e notas de Maria Ema Tarracha Ferreira, 4. edição, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2000, p. 61.

⁵ *Ibidem*.

O cronista faz um retrato nítido do soberano; a princípio um moço alegre e formoso, elogiado pelas suas qualidades de cavaleiro, “ledo e namorado, amador de mulheres e achegador a elas”⁶. Em seguida, a obsessão por Leonor Teles o leva a evitar o confronto direto com o povo e a fugir de Lisboa com a amante. À embriaguez amorosa, seguiu-se a decadência do rei, ultrajado pela traição da rainha com o conde de Ourém, João Fernandes Andeiro, um antigo amante que Dona Leonor não fazia nenhuma questão de esconder, já que pouco lhe importava a reputação do pobre rei que sucumbia lentamente à doença e à humilhação. No final de sua vida, a vergonha levou D. Fernando a recear, até mesmo, ser visto pelo povo, preferindo esgueirar-se às escondidas: “Seendo el-rei Dom Fernando mais aficado cada vez de sua door, mandou que o trouvessem daquela vila de Aládãa, onde estava, pêra a cidade de Lisboa, e fosse de noite, por nom seer visto...”⁷

Odiada pelo povo, a rainha se manteve no seu posto, apesar da aversão popular, até que a morte de D. Fernando a tornou regente do trono português, situação firmada pelo acordo, anteriormente estabelecido com o rei D. João de Castela, o qual garantia, inclusive, que Leonor Teles só deixaria a regência, quando o filho de D. Beatriz, princesa de Portugal e casada com D. João de Castela, fizesse quatorze anos, a idade mínima para assumir o trono português como legítimo herdeiro.

Rodrigues Lapa destaca a ênfase que Fernão Lopes dá à imagem de Leonor Teles:

⁶ Fernão Lopes *apud* Maria do Amparo Tavares Maleval, A Historiografia, In: *História da Literatura Portuguesa em Perspectiva*, vol I, São Paulo: Atlas, 1992, p. 120.

⁷ Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, Época Medieval, 6ª. edição, Coimbra: Ed. Limitada, 1966, p. 377.

...o tipo da grande ambiciosa, inteligente, enredadora e ousada que confia cegamente no poder irresistível de sua formosura. Desprende-se dela, através da crônica, um aroma capitoso (...) O seu perfil moral desenha-se nessa frase do Mestre de Avis, quando solto da prisão ordenada por ela: “*Vós sabees bem como essa mulher é sages em muito mal e sabedor de grandes artes*”⁸

Mas , apesar de a rainha ter conseguido aliciar os poderosos com sedução e subornos, a fim de ampliar seu poder político, não conseguiu conquistar o povo que a perseguia incessantemente. “Por isso Leonor Teles afirmava que não descansaria enquanto não enchesse um tonel com as línguas das mulheres de Lisboa”.⁹

Fernão Lopes nos faz perceber a força da indignação popular, o “arroído” do povo descontente, para quem a rainha era uma “má mulher” que havia enfeitado o rei, e com a mesma nitidez nos faz ver os estranhos caminhos que firmaram o apoio da arraia-miúda ao meio-irmão de D. Fernando, D. João, o Mestre de Avis, feito Regedor e Defensor dos reinos, depois de ter assassinado o amante de Dona Leonor. Cinco atentados não deram cabo de retirar o Andeiro do papel de conselheiro político da rainha viúva, função incômoda, sem dúvida, não somente para o povo miúdo, como para a burguesia economicamente poderosa e, ainda, para os que temiam a intromissão excessiva de Castela nos assuntos do reino, da qual poderia advir a perda da autonomia política dos portugueses. Finalmente o amante da rainha veio a sucumbir pelas mãos do Mestre de Avis, designado para a tarefa pelo próprio irmão de Dona Leonor, João Afonso, e também por Álvaro Pais, antigo chanceler-mor de el-rei D. Pedro, cargo que ocupou também no reinado de D. Fernando. Tal fato teve uma repercussão maior do que a esperada, a rainha

⁸ Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 376.

⁹ *Ibidem.*

deixou Lisboa e com a ajuda do genro, o rei de Castela, preparou-se para uma guerra. Um conflito desse porte não era desejado nem por Álvaro Pais, nem pelo povo e muito menos pelo Mestre de Avis cujo interesse passava ao largo de assumir o trono, no papel de representante do povo. Álvaro Pais tentou a paz de todas as formas, inclusive sugerindo o casamento da regente com o Mestre, sem conseguir nenhum resultado satisfatório. Nesse intervalo, grupos de interesses afins foram se aglomerando tanto à volta da rainha quanto do Mestre que, por sua vez, se via compelido, cada vez mais, para uma liderança que não desejava absolutamente assumir.

Assim como o retrato de D. Fernando sofreu o peso da preocupação de Fernão Lopes com a fidedignidade das fontes documentais, também a feição do Mestre recebeu a conformação do empenho com que o cronista procurava a “*simples verdade*, em detrimento da *afremosentada falsidade*”¹⁰. A narrativa nos mostra a estranha sina de D. João, filho de D. Pedro com uma galega de nome Tereza que, ainda menino, aos cinco anos, foi armado cavaleiro e nomeado Mestre da Ordem de Avis, porque o rei, seu pai, o viu em sonho, salvando Portugal de um terrível incêndio. Mesmo sem direito ao trono, acabou se tornando o primeiro rei da Dinastia de Avis. Foi amado pela arraia-miúda, reconhecido como chefe e reverenciado como o salvador dos interesses do povo português, que nele depositou seus anseios e esperanças. Contrariamente à imagem de grande líder popular, o perfil do soberano feito por Fernão Lopes nos indica também ter ele sido um homem medíocre, muito aquém do destino glorioso para o qual foi designado. A subserviência para com os poderosos e a raiva excessiva com que castigava os que não podiam se

¹⁰ Fernão Lopes *apud* Maria do Amparo Tavares Maleval, *op. cit.*, p. 121.

defender, foram traços marcantes da personalidade desse rei a quem o povo confiou seu destino e a quem elegeu como seu representante.

Desde o momento em que o Mestre entrou no palácio para assassinar o Andeiro, o povo, induzido por Álvaro Pais, passou a participar ativamente dos acontecimentos que esse ato veio a desencadear. A multidão, quando soube que D. João tinha sido feito prisioneiro pela rainha, correu ao palácio cujos muros só não foram incendiados, porque o Mestre de Avis apareceu em uma das janelas e acalmou a turba alvoroçada: “ – Amigos, apacifícae-vos, ca eu vivo e são soom, a Deus graças”, ao que a voz popular replicou: “ – Oo senhor! Como vos quiserom matar per treijom! Beento seja Deos que vos guardou desse treedor! (...) E em dizendo esto, muitos choravom com prazer de o veer vivo.”¹¹

A princípio, eliminar o amante de Dona Leonor se configurava um golpe decisivo que visava, principalmente, a revirar a política administrativa dos últimos tempos do reinado de D. Fernando e continuada pela rainha viúva, na qual os mercadores ficaram impossibilitados de influenciar o Conselho Régio para que adotassem medidas em prol dos seus interesses mercantis. Ao fim, como bem formula Luís de Souza Rebelo, o gesto de força criou uma situação política que causou grande perplexidade:

O país depara-se com dois regentes; um, a rainha viúva, D. Leonor, oficialmente nomeada em outubro de 1383, em conformidade com a letra dos tratados luso-castelhanos; outro, o Mestre de Avis, eleito por aclamação do povo de Lisboa e apoiado, após certas hesitações, pelos homens “honrados”, ou nobreza da cidade.¹²

¹¹ Fernão Lopes, *Crônicas de Fernão Lopes*, op. cit., p. 109.

¹² Luís de Sousa Rebelo, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, Livros Horizonte, 1983, p. 25.

Mas para a arraia-miúda só havia um líder, que era visto como um herói: “quantas vezes o Meestre cavalgava pela vila, era acompanhado do comuu poboo, como se das mãos dele caíssem tesouros que todos houvessem d’ apanhar. E, quando por medo da reação de Leonor Teles, o Mestre fez menção de fugir para a Inglaterra, o povo implorou que ele não abandonasse o reino, que ficasse como ”senhor e regedor”, “prometendo-lhe cada uu das riquezas e averes que tiinham oferecendo os corpos aa morte por seu serviço”¹³.

Convencido a ficar, o Mestre de Avis esperou que as tentativas de paz, empreendidas por Álvaro Pais, dessem algum resultado. A última delas, o casamento dos “dois regentes”, acabou com qualquer esperança que ainda se tivesse de evitar o conflito, pois suscitou a negativa categórica de D. Leonor, que ainda arrematou a recusa com o pedido de que lhe fosse enviada a cabeça “calva” de Álvaro Pais. Ao contrário do que sucedeu a João Batista, o mentor da solução conciliatória escapou ileso à fúria da rainha. A luta estava, então, deflagrada; o povo miúdo adotou o Mestre como seu Regedor e Defensor. Os mais “honrados”, entretanto, ainda duvidavam se esse era o melhor lado para os seus interesses, até que a força popular, visível nos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto, se propagou pelos centros rurais e se fez sentir de forma imperiosa. Os “pequenos” ameaçavam matar os que se recusavam a apoiar o Mestre de Avis, de forma que a luta rompeu, antes internamente, definindo dois campos sociais de interesses opostos; de um lado, os “homens bons”, que tinham muito a perder com o conflito; do outro, os “ventres ao sol”, que não tinham nada a arriscar. A burguesia comercial marítima viu-se, então, diante de um impasse - era urgente decidir se estava a favor do Mestre ou dos

¹³ Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 385.

partidários de Castela. O caráter burguês da Revolução de 1383 está, pela ótica de Joel Serrão, justamente no fato de a burguesia ter escolhido o lado da revolução popular e ter, por isso mesmo, feito de tudo para que esse lado saísse vitorioso. “A burguesia compreendeu, a tempo, de que lado soprava o vento dos seus interesses e, a partir desse momento, deu então todo apoio ao Mestre d’ Avis.”¹⁴

Da mesma forma, é notório o caráter social da revolução, já que houve, sim, um levante popular, de protesto, contra as condições de miséria enfrentadas pelo povo, mas o fato é que a revolução não se reverteu favoravelmente para alterar a situação econômica e o modo de vida dos ‘pequenos’, antes deu a vitória à burguesia comercial e marítima, que “conseguiu impor como política nacional a *sua* política, isso é, a largada para além-mar.”¹⁵ Para o povo, o arranjo político, feito após a Revolução de 1383-85, apenas substituiu uma nobreza por outra que, “embora de extracção burguesa, não deixou de ser funcionalmente idêntica à antiga.”¹⁶

O combate decisivo, do qual as forças portuguesas saíram vitoriosas, se deu em Aljubarrota, em agosto de 1385, posteriormente ocorreram somente alguns pequenos confrontos, limitados à campanhas fronteiriças, no entanto, a paz com Castela só foi assinada em 1411¹⁷. Depois disso, a orientação política que se esperava do Mestre de Avis caiu no vazio; as promessas de melhorias para o povo não foram cumpridas e a ação do monarca não procurou beneficiar a população, conforme o esperado. Com o tempo tudo voltou a ser como antes, as imposições ao trabalho rural, o imposto independentemente da condição

¹⁴ Joel Serrão, *O Caráter Social da Revolução de 1383* op. cit., p. 44.

¹⁵ *Ibid.*, p. 47.

¹⁶ *Ibid.*, p. 59.

¹⁷ José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, 17ª. edição, Publicações Europa-América, 1995, p. 122.

social e o poder ilimitado e absoluto do rei; em suma: o “povo miúdo”, que ajudou a expulsar o rei de Castela e seu numeroso exército, não recebeu nenhum benefício especial do novo regente. Logo que os castelhanos levantaram o cerco à Lisboa, o Mestre de Avis deixou a cidade e, segundo Fernão Lopes, só retornou quatro anos depois, portanto não é de se estranhar que a comunidade nacional continuasse economicamente deficitária, afinal o rei não parecia estar interessado nas dificuldades do povo português.

2.2 “Por te cruzarmos, tantas mães choraram”

O cronista atribuiu a decadência comercial à guerra contra Castela, mas também há outros fatores importantes na composição do quadro social que propiciou a expansão ultramarina: a crise rural, a depressão econômica do norte da Europa causada pela Guerra dos Cem anos e também a concorrência dos mercadores italianos e de outros países que dispunham de mais capital. O quadro crítico, vivido pela população portuguesa do século XIV, e registrado por Fernão Lopes, certamente é um forte constituinte da gama de motivações para a largada expansionista, que levou Portugal às conquistas marroquinas e à realização das viagens seguintes à Índia e ao Brasil.

No reinado do Mestre de Avis, a vida econômica foi centrada no litoral, enquanto que a administração do Estado especializou-se na economia e na política militar ultramarina; como resultado, em 1415, apenas quatro anos depois de assinada a paz com Castela, o rei de Portugal, numa fantástica expedição militar composta por 19.000 combatentes e 1.700 marinheiros

conquistou Ceuta, no norte da África, cidade que despertava a cobiça por ser o centro de uma região produtora de cereais¹⁸. A princípio, a finalidade de tamanha expedição era o cumprimento da promessa feita pelo rei, por ocasião da vitória de Aljubarrota, definitiva na guerra contra Castela; seria a desejada comemoração que os feitos bélicos demandavam, além de oferecer a “grande vantagem” do saque. O preço dessa comemoração, instituída pelo rei, foi a transformação de um centro comercial ativo, como o era Ceuta, em um palco de lutas onerosas para Portugal; apesar disso a condução da política ultramarina seguiu avante.

Naturalmente a ampliação de recursos foi também a causa das viagens marítimas empreendidas por outros países da Europa, nos últimos séculos da idade média, mas é revelador constatar que, em Portugal, a expansão marítima desempenhou o papel de atividade principal da nação. No século XV, as viagens eram do interesse de todas as classes sociais. Para o povo foi, principalmente, uma forma de emigração, possibilidade de uma vida melhor e libertação de um sistema de opressões. Para os clérigos e nobres, a oportunidade de servir a Deus e ao rei, através das conquistas e da cristianização, trazendo como recompensas as comendas, as tenças e as capitâneas. Quanto aos mercadores, a possibilidade de comercialização de produtos importados acenava lucros certos; e, finalmente, para o rei as viagens significavam prestígio e novas fontes de receita. Portanto a expansão prometia unidade política, suficiência econômica e paz social.

José Hermano Saraiva considera que seja essa a explicação para o fato de a política ultramarina ter repercutido tão profundamente sobre tantos aspectos

¹⁸ Cf. José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 146.

da vida portuguesa e que tenha sido, em meio a inúmeros planos efêmeros e provisórios das iniciativas do Estado português, “uma atividade permanente” inscrita no programa do estado durante cinco séculos¹⁹.

Desta forma, a conquista de Ceuta marca o início da política oficial das atividades marítimas que passaram a ter um papel importante na história portuguesa. Desde 1416, saíam do Tejo expedições mais ou menos regulares com a finalidade de exploração da costa africana, inclusive algumas feitas por particulares autorizados pela coroa. Também uma sede de conhecimentos geográficos e informativos sobre os recursos das regiões produzia expedições que traziam na sua carga mais que especiarias, escravos ou ouro – traziam homens transformados pela aventura e pelo rigor das viagens, os quais deixavam nas áreas dominadas as marcas predatórias do conquistador. O horizonte do homem português alargava-se conforme crescia seu domínio, mantido pelas lutas constantes e por uma estratégia de colonização, a curto prazo, em que os mecanismos de exploração e controle determinaram de imediato o extermínio e a escravidão dos nativos.

Totalmente voltada para o comércio marítimo, a economia do país fez com que nada mais se produzisse em Portugal, de forma que no fim do século XVI, a produção artesanal portuguesa mantinha-se a mesma do século XIII, pequena e destinada ao complemento da vida rural e à vida das aldeias.²⁰

Nos anos de grande atividade marítima, o mercantilismo transformou a cidade de Lisboa num grande centro, em que negociantes nacionais e estrangeiros, entre embarques e desembarques no Tejo, movimentavam uma diversidade de mercadorias e, também, onde circulavam, em meio a fardos,

¹⁹ José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 137.

²⁰ Cf. José Hermano Saraiva, *op. cit.*

sacos, caixas e animais estranhos, gentes de muitos lugares e costumes diferentes. Fernão Lopes descreve as margens apinhadas de navios, sem um palmo de espaço livre para as barcas de Almada ancorarem e a grande quantidade de lojas de estrangeiros: genoveses, lombardos, catalães, milaneses, corsos, biscainhos, todos ali reunidos numa intensa atividade econômica.

Diogo Velho, do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende deixou suas impressões sobre a intensa atividade comercial de Lisboa:

(...)
 Ouro. Aljôfar, pedraria
 Goma e especiaria
 Toda outra drogaria
 Se recolhe em Portugal

Onças, leões, elefantes
 Monstros e aves falantes,
 Porcelanas, diamantes,
 É já tudo mui geral.

As novas coisas presentes
 São a nós tão evidentes
 Como nunca outras gentes
 Jamais viram mundo tal²¹
 (...)

Outros autores também exprimiram a sensação de estranhamento diante da nova ordem que se impunha sobre o meio a que estavam acostumados. António Ferreira, o conhecido autor da *Tragédia de Dona Inês de Castro*, foi um dos que sentiram negativamente o impacto das tantas transformações; ele já não reconhecia, sob o fervilhar de mercadores e transeuntes, a cidade onde nascera e viu no mercantilismo uma ameaça à manutenção dos valores da sociedade telúrica do velho Portugal. Os desconcertos gerados pela ambição

²¹ Diogo Velho *apud* Rômulo de Carvalho, *O texto poético como documento social*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Serviço de Educação, 1995, p. 88.

burguesa se lhe afiguravam uma clara ruptura moral, logo, é com melancolia que Ferreira reconhece a chegada dos novos tempos: “...esta Lisboa / em África, Ásia, Europa, tão famosa / quão diferente a vejo...” e as novas formas de relacionamento humano, voltadas somente para os negócios e interesses materiais:

Aquele grã Rua Nova, conhecida
por todo mundo, que outra coisa conta
senão da nau ganhada ou nau perdida?²²

Rômulo de Carvalho²³ informa que a *Rua Nova* dos versos de Ferreira de Castro situava-se próxima ao local, onde é hoje a Rua do Comércio. Lá ficavam os estabelecimentos comerciais, em torno dos quais, uma multidão de mercadores, de diversas origens circulavam, fechavam acordos e expunham seus preciosos carregamentos.

Voltada para o mar, a vida econômica deu as costas à vida campesina, o que fez a atividade agrícola despencar ainda mais. Além disso, o homem da cidade consumia os produtos obtidos pela importação, sem se preocupar em produzi-los, o resultado foram cem anos de monopólio oriental, durante os quais, não há notícias de qualquer fabricação de novos produtos no país.

Essa trajetória de perdas e ganhos está presente em muitas obras de grandes autores portugueses e não há dúvida quanto à importância do ciclo dos descobrimentos na construção do imaginário que vemos representado na literatura portuguesa. No século XVI, o teatro de Gil Vicente, entre “gentilezas e coisas de folgar”, deixou entrever, na constituição dos vários painéis de fundo, onde se desenrolavam as peripécias dos seus personagens, as conseqüências sociais da expansão e, embora, as farsas tivessem a finalidade comum ao

²² António Ferreira *apud* Rômulo de Carvalho, *op. cit.*, p.100.

²³ Rômulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 100.

gênero - fazer rir o expectador, quase sempre à custa dos enganos gerados pela astúcia de uns sobre a ingenuidade de outros, também nos deixaram um cenário social matizado pelos problemas e perigos causados pela desenfreada prosperidade marítima. Gil Vicente exaltou El Rei D. Manuel e o crescimento dos domínios portugueses no Oriente e também deixou visível o outro lado da moeda: a pobreza dos campestinos que deixavam o campo sob o impulso de um estímulo duplo – abandonar a miséria e perseguir a prosperidade, “os fumos da Índia”, que a cidade parecia oferecer.

Em uma peça apresentada em Évora, em 1533, *Romagem dos Agravados*, Gil Vicente relaciona a vida do trabalhador campestino com a miséria: “Eu trabalho até que caio”, “Cada vez mais me empobreço”. O autor chamou o trabalhador da terra de “João Morteira” e o filho do lavrador de “Sebastião”, nomes muito significativos – morte e mártir para representar uma classe que agonizava. O interessante é que o personagem queixa-se de Deus, sem que o tom de sua fala pareça brincalhão, como é característico das farsas vicentinas, antes se mostra sério e compenetrado:

... chove quando não quero
 e faz sol das estrelas
 quando chuva alguma espero
 ora alaga o semeado
 ora seca quando i há;
 ora venta sem recado
 ora neva e mata o gado
 e ele tanto se lhe dá
 (...)
 Podia-me Deus fazer bem
 sem nisso dar perda a alguém,
 mas do demo, que ele quer!²⁴

²⁴ Gil Vicente, *Romagem dos Agravados*. Texto integral disponível em: <www.fl.ul.pt/centros_invs/teatro/pagina/textos/textos_teatro/texto_GV/romagem_dos_agravados.pdf> Adob Acrobat, pp. 3-4.

Diante da impertinência da queixa, Frei Paço responde: “Cuidais que nam dizes nada / e que mora Deos contigo”, mas João Morteira continua firme, sem se importar se suas palavras são ofensivas ao todo-poderoso:

Vedes vós eu padre digo
 Que tempere o invernado
 E leixe criar o trigo
 Mas ele de tençoneiro
 Sem ganhar nisso ceitil
 Vai dar chuvas em janeiro
 E geadas em abril²⁵

Para João Morteira, a culpa de os elementos naturais serem contrários ao trabalho do lavrador é do descaso divino. Deus parece não se importar com os seus males e responde a seus pedidos com providências trocadas, o que faz seu trabalho de lavrador ser inútil e sem proveito. O tom de zombaria desloca-se para a atitude divina que manda chuva, quando João Morteira reza por bom tempo, e vice-versa. Sobre essa passagem de *Romagem dos Agravados*, é precisa a leitura de Cleonice Berardinelli²⁶. No desenvolvimento de sua análise, a autora distingue duas asserções retiradas de um estudo sobre Gil Vicente, feito por José Saraiva e incluído na *História da Cultura em Portugal*. A primeira colocação de Saraiva admite que João Morteira blasfema contra o todo-poderoso porque é um “rústico”, condição que permitiria tais disparates, levando-se em conta que é comum no teatro de Gil Vicente a liberdade de expressão dada a esses personagens. A segunda evidencia que a fala do lavrador exprime, de maneira gritante e dura, a sua condição de camponês. Berardinelli concorda com a segunda, mas quanto à primeira asserção, sua discordância se baseia na *lógica irrepreensível* (expressão utilizada por

²⁵ Gil Vicente, *op cit.*, p. 4.

²⁶ Cleonice Berardinelli, *Os Republicanos da Rua do Príncipe*, Revista Semear, Cátedra Puc-Rio. Disponível em: <www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/1sem_09.html>

Saraiva) com que João Morteira exprime seu desabafo e revolta. O leitor sente-se tocado pela forma dramática da exposição, assim não julga disparates as imprecizações contra Deus porque, intimamente, reconhece que mesmo o homem de fé pode sentir-se abandonado por Deus. Berardinelli cita, a esse propósito, passagens bíblicas, em que se podem ver exemplos de fé abalada por desespero. Entre elas:

... a voz de Jó, quando amaldiçoou a própria vida: “Pereça o dia em que nasci e o dia em que se disse: “Foi concebido um homem” e se queixou de Deus: “Por que as setas do senhor combatem contra mim?”. E também a interpelação do profeta Jeremias: “Por que saí eu do seio materno, para ver trabalho e dor, e consumirem-se meus dias na confusão?”, “Acaso estarás apartado, Senhor, até o fim? Escander-se-á como fogo a tua ira?”²⁷

Justifica-se assim a discordância de Berardinelli, cuja pertinência é aqui ressaltada, pois João Morteira mostra-se um homem comum que, ao revoltar-se contra Deus, expõe a sua condição de camponês e o desejo de não vê-la continuada pelo filho, para quem quer um destino diferente. Tal posicionamento insere no âmbito dos culpados a responsabilidade social, já que João Morteira reconhece que a única oportunidade de dar uma vida farta e promissora ao seu descendente seria fazê-lo ingressar na vida eclesiástica. Como camponês, ele seria inevitavelmente mais um mártir da miséria, melhor seria, portanto, que o rapaz ficasse sob a guarda da igreja:

Não com devoção sobeja
Mas porque possa viver
Como mais folgada seja.²⁸

Nessa farsa, que desmascara a indução do conformismo social pela igreja, Gil Vicente faz desfilar, aos pares, diante do Frei Paço, os queixosos e

²⁷ Cleonice Berardinelli, *op. cit.*

²⁸ Gil Vicente, *Romagem dos Agravados, op. cit.*, p. 6.

descontentes. Fidalgos, rústicos, regateiras, pastoras, ao todo quinze interlocutores, ouvem a hipocrisia do Frei Paço, cujo nome atesta os interesses afins da igreja e da nobreza, assim como sintetiza as duas instituições por meio da mescla de vestimentas e da adoção de maneiras cortesãs. O frade veste hábito e capelo, próprios dos religiosos, mas também compõem seu figurino as luvas, gorro e uma espada dourada, elementos que ele exhibe juntamente com a postura refinada de homem da corte:

Falo mui doce cortês
 Grã soma de cumprimentos
 Obras nam nos esperes
 Senam que vos contentes
 Com palavrinhas de vento.²⁹

Vê-se que as queixas de João Morteira não poderiam encontrar eco solidário em nenhuma parte, a igreja leviana e indiferente induz o pobre ao conformismo e, em contrapartida, vive folgadoamente a sua missão de conselheira do povo. Para o frade, as queixas dos agravados são infundadas e, ante as reclamações, o conselho de Frei Paço é sempre o mesmo: “faze o que eu te disser / conforma-te c’ o que Deus quer.”³⁰ Em paralelo, esse mesmo conselheiro dirige-se a seus confrades e mostra que quem paga as regalias e privilégios dos quais a corte e a igreja usufruem são justamente os pobres, no caso, os pescadores:

Irmãos, haveis de notar
 Que o paço é a flor das flores,
 Pasto de grandes senhores,
 E mais, é um grande mar
 Com soma de pescadores.³¹

²⁹ Gil Vicente, *op. cit.*, p.2.

³⁰ *Ibid.*, p. 5.

³¹ Gil Vicente, *op. cit.*, p. 11.

Essa peça de Gil Vicente aparece em um período em que a fome fez muitas mortes e que o campo improdutivo foi sendo abandonado em favor da pretensa fortuna que a cidade de Lisboa parecia oferecer. Vemos, então, que a “Riqueza ultramarina não chegava aos campos, mas suas conseqüências repercutiam nele”³². Os portugueses anônimos que suportavam as provações das longas viagens e conseguiam regressar formavam um grupo de desprotegidos cujo valor social se resumia a sua contribuição durante o percurso ultramarino e para os quais a volta significava encarar as dificuldades que a sobrevivência impunha.

Temos, então, o reverso da aventura marítima, a amarga realidade dos que ficam na terra se sobrepõe à poesia da aventura, o mar não é mais aquele dos trovadores medievais, revelador do saudosismo da partida e da tristeza da ausência. O oceano passa a carregar, na sua representação, a marca dos “novos tempos”: a opulência dos descobrimentos e o desastre social resultante das empreitadas expansionistas.

Posteriormente, Camões trará a glorificação do espírito náutico, que nasce para o homem português, quando os valores culturais, trazidos pela expansão, encontram lugar no ambiente cultural renascentista. Em *Os Lusíadas*, surge a figuração do português audacioso, vitorioso sobre a fatalidade – o homem universal dos quinhentos. Na epopéia, a vibração não é dada somente pelas batalhas, pelo esforço militar dos portugueses, a atuação dos navegadores na luta contra os elementos naturais ganha relevo e importância. O mar é, agora, o grande desconhecido, o grande abismo, terror e encanto dos nautas. Emoção e perigo estão em todo poema, assim como a descrição de maremotos

³² José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 194.

inimagináveis. A grande epopéia marítima, independentemente dos prejuízos ou vantagens econômicas que trariam o empreendimento como um todo, significa uma proeza humana que a retórica camoniana faz questão de exaltar.

Camões conheceu os perigos do mar durante sua viagem à Índia e a experiência vivenciada no trajeto carregou de realidade a representação das grandes tormentas. Como resultado, em *Os Lusíadas*, misturam-se narrativas históricas e a experiência de vida do poeta, conhecedor, inclusive, do fato de que o comércio marítimo não era feito somente a peso de ouro – as perdas humanas eram imensas - além da fome e doenças, as tripulações enfrentavam naufrágios na longa travessia do Índico.

Inegavelmente, a expansão ultramarina com o resultado do comércio de especiarias, beneficiava somente as classes dominantes portuguesas, faustosas e ricas, em oposição à extrema pobreza do povo em geral. É preciso lembrar também que o período em que Camões dá término a *Os Lusíadas* é tempo de plena decadência econômica e militar para Portugal; decadência que culminaria na perda da autonomia política em 1580. Isso poderia explicar, em parte, o fato de, em *Os Lusíadas*, o tom de exaltação ceder espaço à fala do velho do Restelo, voz popular, posicionando-se em relação à política expansionista. A fala eloqüente vem da boca de um ancião, “só de experiências feito”, e sinaliza para o sombrio resultado das aventuras marítimas e também para os prejuízos impostos ao povo, em proveito de apenas alguns beneficiários.

A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e essa gente?
Que perigos, que mortes lhes destina
Debaixo de algum nome preeminente?³³

³³ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Ed. Crítica Francisco da Silveira Bueno, Coleção Prestígio, Rio De Janeiro: Ediouro, s/d, p. 382.

A voz que soa na praia do Restelo, em meio à agitação de amigos e parentes dos que partiam com a armada de Vasco da Gama, é uma voz inconformada, possui um tom semelhante ao da fala de João Morteira de *Romagem dos Agravados*, a quem não convenceu a explicação religiosa (a única compatível com a hipocrisia de Frei Paço), segundo a qual o sofrimento do pobre é indício de uma vontade superior a cuja lógica o homem não tem acesso e que, por isso mesmo, deve se conformar e aceitar, seja qual for, o seu destino.

A força retórica do Velho do Restelo é dessa sorte de exposições que ressoam verdadeiras porque expressam uma condição humana que assoma a partir das experiências dolorosas. A emoção permeia a censura feita pelo ancião ao desejo de glória e poder que terá como consequência o sacrifício de muitos.

Uma hipérbole resume o quadro da despedida: “A branca areia as lágrimas banhavam / Que a multidão com elas se igualavam”³⁴. Nesse episódio, em que a armada prepara-se para partir, entre os muitos que sofriam a separação iminente, destaca-se a voz de um velho cujas imprecações não se constituem uma expressão isolada; antes dele, outras vozes, por meio da narração do Gama, se manifestam contrárias aos sacrifícios impostos à população pelas constantes viagens, o que faz dessa passagem de *Os Lusíadas* um parêntese aberto entre os versos de louvor à glória da expansão ultramarina.

A consternação do povo é bem visível e, mesmo sendo expressa por Vasco da Gama, não deixa dúvidas quanto à opinião da “gente da cidade” sobre a validade das grandes viagens ultramarinas:

³⁴ Luís Vaz de Camões, *op. cit.*, p. 379.

Em tão longo caminho e duvidoso
 Por perdidos as gentes nos julgavam,
 As mulheres com um choro piedoso,
 Os homens com suspiros que arrancavam.
 Mães, esposas, irmãs, que o temeroso
 amor mais desconfia, acrescentavam
 A desesperação e frio medo
 De já não nos tornar a ver tão cedo.³⁵

Sendo as viagens e os perigos tão numerosos não era de espantar que “as gentes” já dessem os que partiam “por perdidos”. A narração de Vasco da Gama se detém na comoção dos populares e no esforço em determinar que a partida acontecesse “sem o despedimento costumado”, a fim de evitar que o propósito da viagem fosse obscurecido pela tristeza e pelo temor. Dentre as cenas pungentes, o Gama narra a despedida de uma mãe cujas palavras dirigidas ao filho soam amargas e proféticas:

Por que me deixas, mísera e mesquinha
 Por que de mim te vais, ó filho caro,
 A fazer o funéreo enterramento
 Onde sejas de peixes mantimento?³⁶

A viagem se traduz em presságio funéreo, é significativa de uma perda irremediável, já que a morte se anuncia quase certa. Além disso, a partida ainda impõe outro tipo de perda, ela determina a morte do amor que o afastamento prolongado irá ditar às esposas:

Como, por um caminho duvidoso
 Vos esquece a afeição tão doce nossa?
 Nosso amor, nosso vão contentamento,
 Quereis que com as velas leve o vento?³⁷

Embora seja obstáculo que, uma vez vencido, enfatiza a audácia do empreendimento, o lamento popular faz-se ouvir. É, ainda, digno de nota o fato

³⁵Luís Vaz de Camões, *op. cit.*, p. 378.

³⁶*Ibidem.*

³⁷Luís Vaz de Camões, *op. cit.*, p. 379.

de que, na fala dos populares, não há qualquer alusão à glória expansionista, tampouco orgulho pátrio de ver que os seus estavam participando da dilatação da fé e do Império português. As pessoas estão abatidas pela dor da despedida, portanto a aventura marítima, do ponto de vista dos que ficavam, é insensata. E é um homem do povo quem o diz, ele fala por todos que pagavam o preço da largada expansionista. Homem do povo, sem dúvida, como bem esclarece Massaud Moisés:

Imaginá-lo de outra classe obrigaria a manobras forçadas para lhe justificar a presença junto aos populares; e, mais ainda, para lhe justificar as palavras de censura. Se a multidão era constituída de gente do povo e, quando muito, da burguesia embrionária dos comerciantes e artesãos, mas nunca a fidalguia e a nobreza, por meio do Velho, fala o povo, cujo saber somente poderia ser de “experiências feito”.³⁸

Nas *Décadas* João de Barros, obra, que provavelmente tenha sido utilizada como referência por Camões, encontramos o clima ufanista e o sentido grandiloqüente dado à ação dos portugueses no Oriente e, embora a intenção dessa história de Portugal seja a louvação patriótica e exaltar as conquistas e a navegação, o quadro da despedida para o qual Camões abriu um espaço diferenciado em sua epopéia, também é representado através de uma perspectiva emocional; vemos que o sentimento de perda era comum a todos que ocorreram à praia, naquela manhã de sábado, do dia 8 de julho de 1457:

...No qual acto, foi tanta a lágrima de todos, que neste dia tomou aquela praia posse dos muitos que nela se demoraram na partida das armadas (...) de onde com razão lhe podemos chamar praia de lágrimas pêra os que vão, e terra de prazer aos que vêm. E quando veio ao desfraldar das velas, que os mareantes, segundo o seu uso, deram aquele alegre princípio de caminho, dizendo – Boa viagem! -tôdolos que estavam postos nas vistas deles com

³⁸Massaud Moisés, *A Literatura como Denúncia*, Cotia: Íbis, 2002, p.24.

uma piedosa humanidade debroram estas lágrimas e começaram de os encomendar a Deus...”³⁹

Ignorante dos verdadeiros objetivos ditados pela “glória de mandar” e “vã cobiça”, o povo é conduzido às incertas empreitadas e esse é o cerne da questão para o Velho do Restelo. Ele critica a desmesurada ambição humana em nome da qual se invertem os valores: “Já que à bruta crueza e feridade / Puseste nome, esforço e valentia” e pela qual se despreza a preciosa vida: “... que devia / De ser sempre estimada...”. Na visão do homem experiente, a tragédia está em se buscar os extremos, pois não havia outra razão para o povo português lançar-se nas viagens dos descobrimentos, senão a ânsia de glória extremada e anseio do desconhecido. O Velho anuncia e invalida as justificativas com fortes argumentos. Ora, se a questão é combater pela religião de Cristo, “Não tens junto contigo o ismaelita, / Com quem sempre terá guerras sobejas?”⁴⁰ ou, se a razão é conquistar territórios e obter glórias e riquezas: “Não tem cidades mil, terra infinita” e tão próximo (dizem os versos), um adversário como o ismaelita, também valente, de forma que vencê-lo seria sempre uma grande glória? Um a um os argumentos favoráveis às viagens de expansão são refutados pelo Velho, a experiência lhe diz que não é um bom negócio trocar um reino novo pelo antigo, nem deixar que o reino se despoe ou que sucumba ao inimigo que espreita as suas fronteiras. Num crescente, o tom se torna indignado: “Oh! Maldito o primeiro que, no mundo, / Nas ondas vela pôs em lenho sêco” e contra esse primeiro homem que teve coragem de enfrentar o mar, O Velho do Restelo lança a sua revolta:

³⁹ João de Barros apud Silvério Benedito, *Para uma leitura de Os Lusíadas de Luís de Camões*. 3ª. edição, Editorial presença, 2006, p. 43.

⁴⁰ Luís Vaz de Camões, *op.cit.*, p. 383.

Nunca júizo algum alto e profundo,
Nem cítara sonora ou vivo engenho,
Te dê por isso fama nem memória,
Mas contigo se acabe o nome e a glória.⁴¹

O discurso veemente, embora pareça invalidar pela lógica dos argumentos a jornada heróica que está prestes a ter início, também é uma voz reativa, na medida em que a fala do Velho do Restelo é contemplada e derrotada, pois não impede que a viagem aconteça e que seja exaltada pelo poeta. O peso de tais imprecações, em um texto destinado a exaltar os feitos heróicos que levaram à expansão ultramarina, está no fato de o Velho de “aspecto venerando” guardar na sua voz a razão imposta pela “justa Lei que sigo e tenho”, o respaldo é de fundo moral, ético e religioso, tradicionalmente cristão. As referências à mitologia grega, que aparecem entremeadas à fala do Velho do Restelo, não chegam a qualificar esse saber como renascentista, o que salta à vista muito mais uma visão medieval oposta ao caráter mercantilista das empreitadas, pois é um saber “só de experiências feito”, ou seja, um conhecimento de causa.

Mas nenhum argumento demove os nautas da missão de “descobridores” e com isso o objeto da epopéia ganha valoração. Como analisou Massaud Moisés, não importa que o tempo tenha dado razão ao exaltado orador, pois nada impediu que Vasco da Gama chegasse às Índias e que Portugal se tornasse o império grandioso do século XVI⁴². O enaltecimento da pátria se torna ainda mais engrandecido, à medida que os nautas enfrentam e vencem as dificuldades, seja as de ordem emocional, como a triste despedida na praia das lágrimas; seja as impostas pelas forças naturais ao insignificante homem, “um bicho da terra tão pequeno”.

⁴¹ Luís Vaz de Camões, *op.cit.*, p. 384.

⁴² Massaud Moisés, *op. cit.*, p. 27.

O registro de João de Barros também mostra as implicações da corrida expansionista:

Entre muitas cousas da grande admiração que esta nossa conquista oriental tem, e muito pêra ponderar com o discurso de prudência, é que, além de contendermos acidentalmente per armas com homens de várias nações e seitas, como nela há, temos perpétua contenda com os elementos (...) grande Oceano, principal sepultura dos Portugueses, depois que começaram seus descobrimentos.⁴³

O mar que sepultava os portugueses era, então, o “Mar tenebroso”, as águas desconhecidas, que tragavam os navios para as suas profundezas e oferecia perigos que a imaginação medieval fazia aterradores: monstros, abismos profundos, mistérios e castigos a espreitar a fraca carne humana. Na epopéia camoniana, o ápice do confronto entre forças tão díspares se dá, no Canto V, quando a figura disforme e imensa do Adamastor aparece ao “bicho da terra, tão pequeno”. O mundo, então, se desfigura, os ares e o mar se escurecem - cenário profético da ameaça aterrorizante que está por vir. O gigante se eleva das águas e anuncia aos portugueses o castigo pela ousadia de ultrapassar os limites, ou seja, ultrapassar o Tormentório, “o oculto e grande cabo”, singrando “os mares nunca dantes navegados”. E mais: embora a previsão do Adamastor anuncie que a glória de subjugar outros povos com “dura guerra” já faz parte do futuro dos portugueses, mostra também que há um preço alto a pagar: os futuros nautas verão, cada ano, “Naufrágios, perdições de toda sorte”.⁴⁴

⁴³ João de Barros, *Décadas da Ásia*, Texto disponível em: <<http://carreiradaindia.net/seccao/decadas-da-asia-joao-de-barros/88k>>

⁴⁴ Luís Vaz de Camões, *op. cit.*, p. 413.

No texto de *Os Lusíadas*, a apologia aos poderes humanos, à vitória do homem sobre os elementos naturais tem o seu reverso no árduo caminho que a “gente ousada” terá que trilhar. No Canto X, é dito ao rei:

Pois aquêles que a tão remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dois inimigos vencem: uns, aos vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.⁴⁵

Em vários momentos, o texto camoniano contempla o reverso da aventura expansionista abrindo espaço à melancolia emanada “das gentes”. De fato, se observarmos o contexto do século XVI, perceberemos que a história da expansão estende esse ânimo melancólico a vários estratos da população. Desde a conquista de Ceuta, a largada para além-mar foi conduzida pela monarquia e não pela concorrência capitalista privada. O Estado tomou para si o papel de grande mercador e gradativamente foi centralizando as atividades comerciais. Os empreendimentos tornaram-se grandiosos e, devido à política de comércio marítimo, dependentes de estaleiros e armamentos. Assim, o que antes era atividade do rico burguês de Lisboa, passou às mãos dos oficiais do rei e a concorrência de particulares só poderia existir caso lhes fosse feita uma concessão régia. A centralização econômica feita pelo Estado resultou no declínio da burguesia urbana e a nobreza reconstituiu plenamente seu poder e prestígio. Em decorrência, a economia passou a ser comandada pelos nobres - a nova clientela do rei, a quem se associavam para desenvolver as negociações que a política de expansão ultramarina estava favorecendo. O litoral se tornou, então, a porta de frente da nação portuguesa e por ela circulou o lucro destinado à classe dominante, enquanto o interior do país caiu no mais

⁴⁵ *Ibid.*, p. 758.

completo esquecimento. A vida campesina teve que amargar, portanto, a constante falta de recursos, de forma que, durante muitos séculos, a produção agrícola se manteve tipicamente medieval.⁴⁶

No entanto, a despeito do laivo melancólico que penetra o poema, nem as dúvidas e angústias que marcaram a vida dos navegadores e nem o reconhecimento da pequenez humana impediram que a exaltação heróica dos feitos portugueses tivesse proeminência em *Os Lusíadas*.

E somente quando o tempo e os rumos da história começaram a minar o estado de espírito hiperbólico do português conquistador, a imagem heróica foi pouco a pouco se deteriorando sob o peso das derrotas no ultramar e a miséria continuou a se instalar ainda mais soberana do que antes. *A arte de furta*, de autoria de um português anônimo “mui zeloso da pátria”⁴⁷, escrita antes de 1656, é documento da sociedade portuguesa do século XVII. Aí se registra a corrupção durante o reinado de D. João IV e as perdas e enganos da largada expansionista. Em um dos textos ocorre um conselho de Estado, no qual um dos conselheiros propõe que se abandonem algumas províncias, porque ele sabe da impossibilidade de a Coroa manter todos os territórios conquistados. O presidente desse conselho representa, em *A arte de furta*, a atitude oficial de conservação do sentimento ufanista, o qual se opõe ao senso de realidade e à lucidez do pobre conselheiro que acaba sendo preso, porque era consenso que os portugueses não abandonariam as conquistas das gerações anteriores.

Durante os séculos seguintes, a imagem de Portugal, o grande império do Algarve ao Japão, assim como o espírito épico continuaram em processo de

⁴⁶ Cf. José Hermano Saraiva, *op. cit.*

⁴⁷ Padre Manuel da Costa, *A arte de furta*, Ed. Crítica e introdução de Roger Besmut, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1991.

degeneração e os escritores dão o testemunho da atmosfera cultural que acompanhou as transformações sociais e políticas do país.

Somente no século XX, pelas mãos de Fernando Pessoa, o gosto saudosista faz reviver o entusiasmo pela longa história de batalhas, perdas e ganhos escrita pelos portugueses ao longo dos séculos. Os poemas que compõem a segunda parte de *Mensagem*, definida pela epígrafe “possessios mares” trazem a memória das viagens no ultramar e dos personagens da era dos descobrimentos: D. Henrique, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama... um retorno à história, à glória das conquistas e às perdas resultantes das empreitadas. No entanto, a viagem de Pessoa dá-se através de símbolos, cabe a cada homem buscar a sua essência interior sinalizada nessa trajetória. E a cada português cabe navegar entre os símbolos deixados na cultura, em busca de uma identidade coletiva. A viagem em Pessoa é pessoal, íntima (e por isso universal) e, também, nacional concernente à cultura portuguesa.

Há, nos doze poemas de “Mar Portuguez”, um sentido de busca constante; os portugueses são os eternos viajantes, que Eduardo Lourenço chama de “povo emigrante”, dispersos e presentes em todo o mundo, numa deriva sem fim, aparentemente dispostos a assimilar os costumes alheios, mas que sempre voltam ao espaço mítico da pátria.

Povo errante, separado de si mesmo pelo oceano,ilhado na imagem sublimada de um passado de glórias, os portugueses respondem, nos versos de Pessoa, “se valeu a pena” abandonar casa, noiva e mãe, para seguir atrás de novas terras. Para o poeta de *Mensagem* será sempre válida a saída do cais, a ruptura com o porto e o enfrentamento da despersonalização no rumo de uma identidade mais profunda, oculta, o que, para o ortônimo, quer dizer real. A

resposta positiva que nos dá o poema “Mar Portuguez” toma como âncora simbólica o primeiro grande feito marítimo português, a ultrapassagem do Cabo Bojador, realizada por Gil Eanes, em 1434:

Quem quere passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,
Mas nelle é que espelhou o céu.⁴⁸

O Bojador, situado na costa ocidental da África, representou, durante muito tempo, o limite para o avanço da navegação portuguesa. Ultrapassá-lo significou para D. Henrique a continuidade das viagens e a possibilidade de empreendimentos mais arrojados. Diante disso, podemos entender que a “febre de navegar”, a ânsia sem fim é um dado nuclear na construção da imagem do conquistador. Desprovido dessa “febre”, o homem português não poderia ultrapassar, metaforicamente, os limites humanos nem enfrentar o “grande abismo”, mas imbuído do desejo incessante de seguir adiante, realiza o que antes parecia ser inatingível e se mostra capaz de grandes atos que o tornam digno de “ver o céu”. O direcionamento que Pessoa confere às imagens é abstrato, deslocando a meta do plano histórico para o mítico – “ver o céu”. De fato, essa diretriz já estava esboçada em Camões, afinal “ver o céu” também foi a complementação do prêmio concedido a Vasco da Gama, quando vencidos os perigos e os obstáculos do mar tenebroso, foi-lhe dado conhecer o planeta inteiro e depois a máquina do mundo.

No que concerne ao chão da história, o tempo concorreu para tornar realidade parte das premonições do Velho do Restelo, a viagem custou muito em vidas e valores. O reverso da expansão ultramarina é a decadência

⁴⁸ Fernando Pessoa, *Obra Poética*, *op.cit.*, p. 82.

econômica que, no século XIX se tornou crucial. *Prece*, último poema da segunda parte de *Mensagem* faz um balanço das perdas:

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.⁴⁹

A noite veio. Dando voz ao decadentismo que o alcança, Pessoa lamenta o estágio da civilização ocidental e tenta reerguê-la, propondo uma viagem mítica. Em Portugal era preciso reerguer os ânimos, extraindo poder dos símbolos da crença. Afinal, a memória gloriosa das conquistas portuguesas esvaziara-se na carência de uma economia mais sólida e os valores de antes perderam o sentido ante o descontentamento dos que permaneceram à parte das decisões do Estado.

Portugal voltara-se, cada vez mais, para suas fronteiras e o reduzido espaço de domínio, para o qual a política ultramarina havia dado as costas, reclamava ações mais efetivas por parte de seus governantes. O país chegara ao século XIX num clima de insegurança política e econômica tão agravada que a nação se via em riscos de perecer, inclusive, culturalmente. Antes de Pessoa, escritores do século XIX repensaram e interpretaram o passado à luz do presente, ou seja, atribuíram o devido peso à política expansionista e colonialista no processo de degeneração econômica que Portugal viu chegar a extremos.

Assim, a leitura do mundo, feita pela literatura, pode refletir de muitas formas uma história social e, ao mesmo tempo, remodelar essa mesma história, se os lugares definidos, a priori, estiverem sujeitos à visão crítica, que

⁴⁹ Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 83.

a experiência múltipla e diversa costuma trazer. A seleção e a leitura que é feita do passado é sempre uma experiência que se realiza no presente e, por isso, a atribuição de significados está sujeita continuamente a um olhar transformador.

3. O BOM FILHO, NEM SEMPRE, A CASA TORNA.

Um *pobre de Cristo* deixa sua terra, local de nascimento e memória, para assumir um outro espaço como garantia de sobrevivência. O tempo passa e um belo dia ele percebe que a natureza migratória do seu gesto tem uma ação corrosiva sobre as imagens que carrega na memória. Os contornos vão se esgarçando, as cores perdendo a força e o movimento passa a ser sempre o mesmo – cenas de ritmo enfraquecido à força das sucessivas repetições, que não dão mais conta do dinamismo da existência anterior. Os personagens secundários da sua história pessoal - um ou outro vizinho, parentes mais distantes, o empregado da loja, a mãe de um amigo - vão desaparecendo das lembranças, sumindo como se nunca tivessem existido e aqueles que *não se pode nunca esquecer* também vão, com a força do tempo, desbotando como imagens fixadas por um retrato. Todavia, mesmo descolorida pela ausência prolongada dos que deixaram sua terra, a memória engendra um lugar, em que as relações de parentesco, a convivência com amigos e a idéia de pertencer a uma “terra-mãe” constituem, paradoxalmente, um espaço único, pessoal e ao mesmo tempo coletivo, sobre o qual se assentam as noções de filia e identidade. Esse espaço é referência existencial e é também cais, ponto de partida para o qual nem sempre se pode retornar.

Longe de sua terra, o viajante será um estrangeiro, identificado como “fulano de um tal lugar” e estará fadado a carregar, junto às suas experiências pessoais, registros do percurso histórico e cultural do seu local de nascimento e a reconhecer-se, no presente, sobretudo através de suas lembranças.

Ao tempo da experiência individual, que o sujeito traz como sucessão irreversível e finita, junta-se um tempo histórico que não é só seu, mas diz respeito à nação - contínua, afeita a mudanças, porém simbolicamente fixa, pois se constitui a referência existencial de um povo, lugar de reconhecimento e afirmação da identidade.

Em *Mitologia da Saudade*⁵⁰, Eduardo Lourenço pensa a existência da nação como “destino”, isso significa dizer que a imagem que um povo tem de si mesmo não nasce somente da consciência de um destino particular, ligado a uma dada região. Embora esse aspecto da identidade defina-se a partir da existência de um outro, não é apenas o processo de surgimento e afirmação entre outras nações distintas que confere identidade a um determinado povo. Para Lourenço, o tempo que mede a existência do reconhecimento de ser particular é histórico - enquanto registro de acontecimentos sucessivos - e ao mesmo tempo trans-histórico, porque só o que *parece* inalterável através dos tempos dá sentido ao conceito de identidade. Um povo se nomeia - e nessa nomeação sugere um desejo de unidade - porque, simbolicamente, existe como se sempre tivesse existido e traz consigo a promessa de duração. “Não é a pluralidade das vicissitudes de um povo através dos séculos que dá um sentido à sua marcha e fornece um conteúdo à imagem que ele tem de si mesmo. A história chega tarde para dar sentido ao seu itinerário. Só o pode recapitular.”⁵¹

Portanto, a imagem, a partir da qual uma nação se reconhece distinta entre inúmeras outras, precede o seu vínculo à “historicidade”, ou seja, às variáveis conjunções de tempos diversos e aos fatos revisitados pela memória; isso porque o reconhecimento que uma coletividade tem de si própria passa

⁵⁰ Eduardo Lourenço, *Mitologia da Saudade*, S. Paulo: Cia das letras, 1999.

⁵¹ *Ibid.*, p. 90.

pela concepção de um tempo que não é percebido como finito e irreversível. A sucessão de fatos e a história pessoal e finita dos indivíduos são elementos constituintes do percurso histórico de uma nação, porém, segundo Lourenço, somente o que *parece* resistir através dos tempos pode dar um conteúdo e um sentido a esse percurso.

No caso da constituição da identidade portuguesa, Lourenço demonstra que ela se deu, a partir de uma perspectiva mítica. Portugal, ao se constituir reino independente, nos meados do século XII, guardou suas fronteiras da ocupação islâmica e resistiu à unificação dos povos peninsulares de uma forma “miraculosa”, em função de ter escapado ao destino comum dos seus vizinhos peninsulares (iguais em recursos e força) - sucumbir à hegemonia de Castela. “Miraculosamente”, então, o pequeno reino cristão manteve sua identidade política e essa circunstância pareceu aos portugueses um fato insólito, atribuído à providência divina. De maneira que na origem da nação portuguesa está a inscrição mítica e messiânica do seu destino cuja representação simbólica é a Cruz de Cristo.

Ensimesmado pela sua condição de povo escolhido por Deus, “numa constância e num fechamento que só encontramos símil no povo judaico”⁵², viveu ainda, durante o período das grandes navegações, o estatuto de povo singular eleito para o papel de “descobridor”, colonizador e mensageiro da fé cristã. A leitura de Portugal como destino crístico parte, então, de uma concepção miraculosa de suas origens, cristalizada e reforçada pelo tempo e pelas empreitadas expansionistas. Porém, no século XIX, os novos rumos políticos sinalizados pela Revolução Liberal puseram em xeque a postura

⁵² Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 92.

ensimesmada da nação portuguesa e trouxeram à tona a disparidade, entre a parca economia do país e o crescente desenvolvimento econômico europeu. Nesse momento, a compreensão do passado coletivo, fundamentada na observação criteriosa dos fatos, tendeu a excluir o que estivesse na ordem da lenda ou do mito e Portugal viu-se, então, pela primeira vez, através do olhar dos críticos nacionais, como um país provinciano e atrasado economicamente.

Lourenço evoca essa noção de “destino”, justamente, para mostrar que a leitura que o povo português faz de si mesmo está entranhada em uma concepção mítica, que a exigência do espírito crítico, durante o século XIX, teve que inevitavelmente confrontar. O interesse do autor pelos constituintes do imaginário português está na possibilidade de compreender o destino em curso ou, ainda, o devir, que a expressão literária portuguesa “adivinha” ao traduzir e atualizar os vínculos com a concepção mítica do passado.

Edward Said⁵³ traz uma reflexão fortemente crítica em relação a essa noção estática de identidade que Eduardo Lourenço considera fundamental para o entendimento da história cultural portuguesa. De acordo com Said, ainda somos herdeiros da idéia, segundo a qual, o indivíduo se define pela nação à qual se integra e cuja autoridade advém de uma tradição supostamente contínua. Em sua ótica, essa concepção está no cerne do pensamento imperialista. Há quinhentos anos, a distância entre o europeu e muitos dos “outros” povos tem sido sistematizada pela medida binária “nós” – “eles”, base de todo discurso cultural monolítico. Atualmente, no entanto, a preocupação ideológica com a identidade está em consonância com interesses e programas de vários grupos e o surgimento de novos

⁵³ Edward W. Said, *Cultura e Imperialismo*, Trad. Denise Bottman, S. Paulo: Cia das Letras, 1995.

alinhamentos, independentes de fronteiras, nações ou essências, contestam os domínios homogêneos de expressão cultural e tornam possíveis leituras múltiplas e desgarradas do princípio de “oposição” - sempre um discurso se opondo a outro – princípio muito caro às atividades nacionalistas e imperialistas. O conceito de nação, portanto, passou a abrigar outras comunidades imaginadas com referenciais de tipos distintos, grupos dentro de outro grupo, com voz e força expressiva. Afinal, conforme exposição de Said, a cultura não pode se constituir monopólio exclusivo, seja do Ocidente, do Oriente, das minorias ou de homens e mulheres.

Distanciadas entre si, as duas visões de nacionalidade interessam a esse estudo, principalmente, em função do seu tema central - a viagem e o que ela representa, como movimento transformador. Uma vez em terras estranhas, nossos personagens viajantes, distantes de suas origens, abraçam uma outra cultura e vêem, à medida que as assimilam, desbotar as referências anteriores, mas ainda assim tendem a conservar nas suas consciências pessoais elementos do imaginário coletivo assimilado antes da partida.

Em muitos contos portugueses da segunda metade do século XIX, podemos “ler”, entrecruzada à ficção, um momento bem específico, como se o texto, indiretamente, estivesse a contar também uma segunda história, sub-repticiamente transferida para a situação ficcional, como memória de uma experiência individual e ao mesmo tempo coletiva. Ao lermos essas “duas” histórias, imbricadas e contíguas, construímos uma outra, que busca, principalmente, seguir e compreender os movimentos discursivos, os nexos semântico-conceituais e ideológicos que estão dando forma à narrativa.

Por outro lado, é possível surpreender, nos personagens e muitas vezes nos autores, a força do conceito de nação internalizado como entidade estática. Por outro, é justamente a possibilidade de se pensá-lo como integrante de uma história móvel e feita de intercâmbio que dá o fio condutor da leitura, que se pretende aqui realizar.

A experiência da viagem, presente na história de tantos povos, foi uma constância na vida dos portugueses e, assim como em outros tempos, durante a segunda metade do século XIX, a viagem significou, acima de tudo, fuga da miséria - principalmente para os “pobres de Cristo”, afugentados pela fome e pela falta de oportunidades.

Alguns autores do período, como Fialho de Almeida, Alberto Braga, Pedro Ivo, e Ferreira de Castro contaram histórias sobre esses viajantes portugueses, mas o fizeram, principalmente, pela ótica dos que ficaram. Falaram das partidas através das ausências, das saudades e das expectativas de reencontros. E os que deixaram sua terra natal, em busca de oportunidades, levaram na lembrança imagens de uma vida “ingênua”, que a imaginação e a distância transformaram em exemplar.

A partir de 1870, o conto, como forma literária, ganha alguma relevância em Portugal e absorve inúmeras tendências, abrigando desde observação e análise da sociedade até aspectos próprios da tradição oral. Todavia, há, entre os contistas, uma predileção pelo ambiente rural, pelas aldeias e vilas, onde as relações humanas supostamente diferiam da vida urbana, assim como nos mostra o conto *O Retrato dos pais* de Alberto Braga.

“- Diga-lhe meu senhor que nós – dizia ela com voz trêmula - que... morremos, sim, que já morremos... ambos!”⁵⁴ A frase é dita por Ana, personagem criada por Alberto Braga e trata-se de mensagem a ser transmitida ao filho que, emigrado para o Brasil há tempos, solicitara um retrato aos pais que continuamente esperavam a sua volta a Portugal. Um primeiro retrato já havia sido rejeitado pelo filho, de forma que se tenta a confecção de um segundo. Como esse segundo retrato deve seguir ditames que não se conciliam com os valores paternos, a solução encontrada é essa morte, indicativa de uma perda absoluta, o total desligamento entre o filho e a sua própria origem.

No início do conto *O Retrato dos Pais*, já temos uma imagem bem definida do mundo rural português: no caminho entre o Porto e Braga existe uma aldeia cercada de carvalhos chamada Isabelinha. É tão insignificante, tão longe de tudo, que a “imperial do tejadilho” não sai da estrada principal para fazer as entregas do correio, é preciso que o “manco” fique à espera, na ponta do atalho, exatamente às sete horas da manhã, para receber as cartas e encomendas. Com a saca de brim surrada no ombro, o manco segue para a casa do Bento do correio e as mulheres de Isabelinha correm a pedir ao Tomé boticário que libere seu menino do serviço, para que ele possa ler as cartas.

Ansiosos, homens e mulheres escutam a leitura com respeitoso silêncio. Ouvem todas as cartas uns dos outros, e as notícias, tristes ou alegres, são sentidas e comentadas por todos, como se fossem membros de uma única família.

Certamente esse episódio do conto *O Retrato dos Pais*, de Alberto Braga, ainda nos é familiar. Até hoje, ainda há lugarejos como Isabelinha, ainda

⁵⁴ Alberto Braga, *O Retrato dos Pais*, in: *Contos Escolhidos*, Lisboa: M. Gomes Livreiro Editor, 1892, p. 117.

existem lavradores analfabetos que precisam de um menino para a leitura da tão esperada correspondência. Não importa que esse conto tenha sido escrito em Portugal de 1892, com essa leitura experimentamos uma aproximação com o universo daqueles camponeses pobres, ansiosos pelas notícias dos parentes ausentes, dos filhos que tiveram a oportunidade de partir, porque os pais puderam mandá-los “ao mestre”, a fim de livrá-los do trabalho árduo da lavoura.

Em *O Retrato dos Pais*, o único filho de Tia Ana e “seu homem” sonhou com as oportunidades que as ainda agrestes terras brasileiras ofereciam aos europeus dispostos a emigrar. Teimou em deixar sua aldeia, apesar das lágrimas desesperadas que sua mãe enxugava no avental e o fez às custas de privações e sacrifícios dos pais. Sete moedas e meia pagaram o embarque à proa, na galera Constância, que a mãe, a soluçar, viu partir do cais de Massarelos. Depois foi só ausência, saudades e a espera pelas cartas do único e adorado filho, cartas que a mãe guardava junto ao peito como relíquia e que, com o tempo, passaram a rarear. A aldeia continuou no mesmo ritmo pacato, com os parentes envelhecendo à espera de uma notícia que anunciasse o sucesso ou o regresso dos entes queridos.

Percebe-se que o ambiente rural, nesse conto de Alberto Braga, guarda dois aspectos distintos: se por um lado representa o lar, referência segura de relações amorosas e duradouras, por outro, é estagnação e falta de perspectivas. Em *Isabelinha*, o tempo parece estar em suspenso; ilhada entre duas cidades, a aldeia mantém a comunicação com a estrada principal através de atalhos e o contato de seus moradores com o mundo se dá através das cartas dos parentes ausentes.

Para os moradores, a passagem do tempo é marcada pela sucessão de notícias trazidas pela mala-posta. Uma após a outra, as cartas soam como badaladas significativas da ausência - como se a vida passasse apenas para os que estão distantes. As notícias atestam o passar dos anos e, além delas, somente os sinais impostos pela velhice dão conta da ação irreversível do tempo. No caso de Tia Ana, a saudosa mãe, robusta e sadia, os anos fizeram-na trêmula, curvada e surda.

No início do conto, a base emocional em que se apóia a representação da Tia Ana prima pelo tom piedoso. Sua aparição se faz, quando já é uma velhinha trêmula e surda, leva uma roca enfiada à cinta e vive em uma casinha pobre, de telha vã com porta e postigo sem vidraça, cercada por uma estacada velha “esverdengada” pelas chuvas. A boa velha já está ciente de que o filho não é mais aquele rapaz afetuoso que se despediu dela, com lágrimas nos olhos, acenando debruçado na amurada do navio. O autor trabalha no sentido de assegurar olhares piedosos lançados sobre a “pobre” mãe que, para fazer a vontade do “filho de sua alma” - tentar a sorte no Brasil - liquidou as poucas economias, comprou passagem, roupas, chinelas, e “ralou-se de saudades”, atenuadas somente com a chegada das cartas. Quando não recebia notícias, caminhava até o Carmo, em Braga, para, junto à campa do milagroso Frei Joãozinho da Neiva, rezar fervorosamente, com as mãos postas em súplica, pela saúde e prosperidade do filho.

Isabelinha... Não poderia haver nome mais apropriado à pequena e encantadora aldeia, cenário idílico, em que o trabalho rústico e simples é ordenado pelos ciclos da natureza. Northrop Frye⁵⁵, em sua leitura das imagens

⁵⁵ Northrop Frye, *Código dos Códigos - A Bíblia e a Literatura*, S. Paulo: Editorial Boitempo, 2004.

da Bíblia, lembra que as cidades são simbolicamente femininas. Parece que a imagem materna é adequada a Isabelinha, já que a pequena aldeia, metonímia da terra portuguesa, está nesse conto de Braga a aninhar os filhos. Mas a pequena aldeia do Minho, como tantas outras aldeias portuguesas, vê partir seus filhos jovens e robustos e espera ansiosa a chegada de notícias: “Não se imagina o que é a chegada do pacote a uma aldeia qualquer do Minho! Cartas dos filhos ausentes! Que ansiedade em ver realizadas as esperanças...”⁵⁶

O tom da narrativa faz com que todos os espaços de Isabelinha sejam extensões do ambiente doméstico e familiar. Não havia segredos entre os moradores que, solidários, participam das venturas e tristezas uns dos outros:

Era lindo ver aquelle quadro (...)
O rapaz sentava-se no espigão dum muro baixo com as pernas bamboleantes à sombra de um sombreiro. Em volta d'elle, mulheres e homens apinhados, com as bôcas abertas, escutavam-no com respeitoso silêncio. O filho do Boticário ia lendo uma por uma, muito vagarosamente as cartas que lhe entregavam. Não havia segredos para ninguém.⁵⁷

Podemos dizer que o ambiente de Isabelinha é utopicamente doméstico, de uma integridade idealizada, um quadro idílico, local em que o homem sente-se parte integrante da natureza e afinado com suas leis.

Na parte introdutória de *O Campo e a Cidade*⁵⁸, Raymond Willians refere-se à ligação entre a terra, sempre provedora, responsável pela subsistência, e as realizações da sociedade humana - entre elas a cidade, como algo que esteve sempre evidente na longa história das comunidades. Decorre desse elo, a cristalização de atitudes emocionais poderosas, nascidas nas comunidades e que persistem no imaginário coletivo. Como exemplo, o autor mostra que, tão

⁵⁶ Alberto Braga, *op. cit.*, p. 101.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 111.

⁵⁸ Raymond Willians, *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, S. Paulo: Cia das Letras, 1990.

significativa quanto a relação estabelecida entre o campo e uma forma natural de vida, em que são fundamentais valores como inocência, paz e virtude, é a associação do campo à ignorância, à limitação e ao atraso. Da mesma forma, a representação da cidade oscila entre uma concepção negativa: mundaneidade, barulho, ambição, e uma concepção positiva, de desenvolvimento - lugar de saber e realizações. Essa variação corresponde às inúmeras configurações das atividades produtivas somadas a fatos históricos e políticos, específicos de uma determinada região. Em decorrência, tanto a forma de vida campestre quanto a cidade serão também representadas de numerosas formas, em consonância com o ritmo e as circunstâncias responsáveis pelo desenvolvimento das atividades produtivas e comerciais.

Para os que vivem no campo, a idéia de cidade se desenha como um horizonte distante, carregado de fascínio, que as cartas dos que partiram mais ajudam a modelar; fascínio esse que corresponde ao caráter excepcional conferido aos símbolos de progresso, próprios da vida citadina e que pode pôr em risco os valores tradicionais, na medida que evidencia, por contraste, a estagnação e precariedade da vida camponesa.

Considerando o contexto português do século XIX, em que há um direcionamento político voltado à exploração sistemática e eficiente da produção agrícola, a oscilação entre as concepções positiva e negativa do campo, mencionada por Willians, advém dos resultados, pouco eficientes, do projeto português de modernização das forças produtivas. Isso porque o aumento da produção dos campos e do comércio que nela se baseou não trouxe o benefício esperado para a grande maioria da população, que continuou muito pobre e analfabeta.

Helder Macedo⁵⁹ escreve sobre as coordenadas ideológicas que direcionaram as produções portuguesas do século XIX e, embora seu texto esteja direcionado à leitura dos poemas de Cesário Verde, suas considerações sobre a antinomia campo-cidade que, segundo ele, reflete exemplarmente, em termos sociais, culturais e políticos, a sociedade portuguesa do período, estão em consonância com a oscilação de perspectiva, detectada em *O Retrato dos Pais*. Helder observa que o contraste entre o meio rural e o meio urbano traduz, no contexto português, uma polarização ideológica determinada pelo fato de ter existido, em Portugal do século XIX, duas nações – a cidadina, europeia e cosmopolita, que podia importar os elementos da “civilização” e a nação autenticamente portuguesa, à margem do desenvolvimento, mas com valores próprios, assentados em uma longa tradição cultural.

O desenvolvimento industrial europeu evidenciava o atraso português, sem que as mudanças acenadas pela revolução de 1822, e mais tarde pelo governo liberal, atenuassem a distância entre a falta de dinamismo português e a força econômica alardeada pela Europa. A burguesia portuguesa, pelo fato de estar no poder, não atribuía as causas da fragilidade nacional às estruturas e instituições com que governava o país, mas encontrava a justificativa para o fracasso na própria nação, como se fosse um destino histórica e organicamente inevitável. Assim, metonimicamente, cidade e campo passaram a representar civilização e atraso. Enquanto a representação da cidade tinha no seu estofo os ares do progresso, o campo se traduziu em estagnação.

A reação a essa ordem de idéias, decorrente da falácia governamental adotada pela classe burguesa e cidadina, conferiu ao campo valores que o

⁵⁹ Helder Macedo, *Coordenadas Ideológicas*, in: *Nós, uma leitura de Cesário Verde*, Lisboa:Editorial Presença, 1999, pp. 19-49.

elevaram a uma idealização arcádica, bucólica e, também, à condição de raiz, lugar de trabalho e integração social. Nas obras de inúmeros autores portugueses do século XIX, principalmente nos contos, encontramos o amor à terra e a valorização da pureza do camponês. São evidenciados os valores de retidão e caráter das pessoas que se mantiveram emotivamente ligadas à terra e aos valores de um passado autenticamente português. No entanto, a oscilação se faz presente. Na mesma atmosfera de pureza, em que o homem encontra refúgio e refrigério para sua alma, por vezes, são retratadas a miséria, a falta de recursos e a ignorância. Quando a cidade se torna cenário, o gosto pela observação da sociedade, então em voga, traz a recorrência de costumes dissolutos, os casos patológicos, o adultério e a degenerescência.

No conto de Braga, Isabelinha também aparece representada como uma aldeia “obscura”, “emboscada n’uma devesa cerrada de carvalheiras”⁶⁰. A ausência do progresso aparece logo nas primeiras páginas: a “mala-posta”, puxada vagorosamente por cavalos, à rédea solta, leva paquetes e passageiros sonolentos, sacudidos pelos solavancos causados pelas irregularidades da estrada de terra. O condutor usa uma corneta de som roufenho e intermitente, para anunciar sua passagem e atira a saca de brim surrada e suja que contém a correspondência, para que o *manco* a apanhe no ar.

O esclarecedor texto de Joel Serrão, *Rotina e Inovação nos transportes*⁶¹, conta que, até meados do século XIX, não havia correio capaz de vencer as estradas de terra batida, que muito mal permitiam a circulação dos almocreves, sem os quais muitas regiões portuguesas permaneceriam completamente isoladas. As vias rodáveis eram tão precárias que somente pesados veículos,

⁶⁰ Alberto Braga, *op. cit.*, p.97.

⁶¹ Joel Serrão, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, Antologia, Coleção Horizonte, Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

de traça primitiva, conseguiam vencer as distâncias sem se desmantelarem pelo caminho. Somente em 1853, as diligências passaram a fazer o transporte de pessoas e do correio com certa regularidade, embora demorasse 34 horas para cumprir o trajeto Lisboa-Porto.

Com muito humor, Ramalho Ortigão descreve o que seria uma viagem pelas estradas de Arcos, Ponte de Lima e Viana, nas diligências minhotas⁶². Inicialmente o autor de *As Farpas* mostra a desproporção entre a potência de tração dos dois pequenos garranos (quando não era apenas um) e a quantidade de pessoas, de bagagens e de toda sorte de objetos que abarrotavam a diligência. Empilhados ou “ensanduichados” metodicamente entre camadas de bagagens e de mercadorias, os ocupantes formavam uma massa viva a bambolear de um lado a outro, segundo as irregularidades das estradas. Lentamente a diligência seguia seu curso, entregando inclusive a mala-posta como aquela mencionada no texto de Braga.

Somente com a implantação das linhas férreas, houve mudança substancial nas condições de circulação. Os comboios foram responsáveis pela instauração de novos hábitos, porque trouxeram uma maior mobilidade de circulação, quer interna, favorecendo sobretudo as migrações periódicas, quer externa, pois tornaram possível o escoamento de grande contingente humano para os portos de embarque. Ainda assim muitos lugarejos ficavam longe das vias de circulação e permaneceram completamente indiferentes à instauração de novos ritmos de vida.

Isabelinha, o cenário idílico do conto de Braga, descrito como um lugar recôndito, resguardado das mudanças, não oferece perspectiva ao jovem e

⁶² Ramalho Ortigão, *Farpas Escolhidas*, Introdução e seleção de Rodrigues Cavalheiro, Lisboa:Editorial Verbo, 1971, p. 20.

forte filho português, de forma que a partida se torna inevitável, principalmente, para os mais qualificados, aqueles que já têm um ofício, ou os que aprenderam a ler e a contar. Para entendermos o quanto é significativa a partida do filho nesse conto de Braga, é preciso considerar que essa foi a história real de muitas famílias portuguesas, na segunda metade do século XIX. Elas perderam seus filhos para a cidade, porque o trabalhador reagiu às transformações econômicas que geraram seu empobrecimento. Uma das questões principais para o entendimento desse processo de evasão do campesino é que a teoria liberal das funções do Estado não considerava de sua competência a orientação econômica e a deixava à espontaneidade das atividades privadas que, naturalmente, seguiam pelo caminho mais fácil e já conhecido: a comercialização da riqueza gerada pela terra e pelo trabalho na lavoura. O Estado entendia que deveria favorecer o desenvolvimento econômico através da construção das vias de comunicação, sem interferir diretamente nas atividades privadas, de forma que o crescimento do comércio em Portugal viu, ser levado pelo vagão, para a cidade ou para o cais de embarque, tudo que se podia extrair da terra. A facilidade da comercialização, gerada pelas linhas férreas, estimulou o aumento da produção e, em decorrência, a ocupação de toda terra produtiva, inclusive as baldias.⁶³

Desde o século XVIII, os terrenos baldios eram comuns aos vizinhos de uma paróquia ou lugar. As pessoas utilizavam o mesmo chão, para plantar, pastorear o gado, e dali extrair a lenha. E mesmo aquele que não era proprietário e não dispunha de dinheiro conseguia retirar da terra o seu sustento. Em 1867, o código civil veio a extinguir, na lei, a propriedade comunal

⁶³ Cf. Irene M. vaquinhas; Rui Casção, *Evolução da Sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*, in: *História de Portugal* (direção de José Mattoso), V vol., Círculo de leitores, 1993.

e, com a individualização da propriedade, ocorre uma fuga do campo para a cidade, porém as possibilidades de emprego não eram proporcionais à procura.

Em *A História Concisa de Portugal*, José Hermano Saraiva⁶⁴ mostra que Lisboa saltou de 160 mil habitantes em 1864, para 391 mil em 1890, ou seja, meia Lisboa é do século XIX. No Porto, a porcentagem de construções também foi enorme e, embora esse crescimento tenha gerado muitos empregos, não deu conta da massa de camponeses que migravam para a cidade e que acabaram formando as *lhas*, concentrações de moradias populares miseráveis. Sendo assim, não é difícil entender como essa “mesma cidade” poderia ser vista, ora como a solução para a falta de oportunidades, ora como a madrasta que não acolhe com amor um filho órfão.

3.1 O falso retrato

Os componentes do mundo camponês que Alberto Braga representa no espaço ficcional de *O Retrato dos Pais* escapam à crítica social incisiva da fase realista. Apesar disso, não se pode dizer que o contista ignora os objetivos de um programa literário que exigiu dos seus autores uma postura crítica bem definida diante da moral burguesa, da família, dos governantes e das instituições.

A ficção portuguesa, durante a segunda metade do século XIX, não esteve imune ao crescente avanço das ciências físicas, biológicas e sociais. Embasada em postulados científicos e filosóficos, a estética realista dos

⁶⁴ José Hermano. *História Concisa de Portugal*, op. cit., p. 313.

escritores do período determinava que a literatura retratasse a realidade; e este é um ponto a considerar no título do conto “O Retrato dos Pais”. Em segundo lugar, essa ambição de representar “realisticamente” levava a uma visão de conjunto social, do coletivo, de forma que o leitor pudesse ver refletido, nas páginas do livro, seu próprio contexto. Tais posturas completavam-se com uma condenação do subjetivismo e com a consideração da realidade a partir de uma perspectiva materialista, ainda que muito freqüentemente o conto português preservasse algum sentimentalismo de sabor romântico, na evocação dos tempos de infância e da aldeia natal, com seus vinhedos e paisagens bucólicas.

Como observam Lopes e Saraiva em *História da Literatura Portuguesa*⁶⁵, algumas circunstâncias contribuíram para a resistência desses traços nas produções portuguesas; por exemplo, o fato de que a maior parte dos leitores e intelectuais, embora residindo no meio urbano, pertencia a famílias de proprietários rurais. Além disso, os tipos aldeãos e os acontecimentos corriqueiros das aldeias e vilas eram mais conhecidos pela maior parte do público português do que os elementos da vida urbana ainda em desenvolvimento.

Assim é que os autores, em maior ou menor grau, voltaram-se para a generalidade dos padrões coletivos, e os personagens “tipos”, representativos de grupos sociais definidos, estiveram em evidência. Mas devemos atentar para o fato de que as figuras caricatas, exageradas pela descrição exaustiva (que tinha como função compor precisamente um determinado tipo), terminam por construir uma visão facciosa do conjunto social. Isso porque, paradoxalmente, a

⁶⁵ José Antônio Saraiva; Oscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 17^a. ed., Porto Editora, s.d., p. 897.

representação do conjunto é construída através de uma ênfase dada às minúcias, isto é, pela relevância dada à soma de aspectos individuais.

Em *Minha vida daria um romance*⁶⁶, Maria Rita Kehl refere-se ao papel organizador da literatura realista em sociedades cujo amparo simbólico deixou de ser a figura divina. A falência das relações dos indivíduos com as tradições que confirmavam suas condutas e lhes asseguravam uma visão de mundo coesa trouxe transformações sociais e subjetivas que a escrita realista de certa forma traduziu. Na falta de alicerces sólidos, os sujeitos passam a contar somente com os seus sentidos e somente a experiência individual vale como via de acesso aos valores tidos como universais. Assim, o leitor da obra realista reconhece-se num contexto ficcional que situava o indivíduo no centro de todas as referências.

Ao longo do século XIX, a pretensão de conferir realismo e de fixar configurações sociais que iam se estabelecendo conforme avançava a economia capitalista, propiciou, paradoxalmente, uma melhor definição do que seria uma personalidade individual. Isso porque a identificação do leitor com um narrador onisciente, capaz de descrever minuciosamente uma situação, paisagem ou temperamento repõe – utilizando uma expressão de Maria Rita Kehl – “numa cultura secular, algo semelhante a um sujeito-suposto-saber”⁶⁷

A autora chama a atenção para o fato de que os personagens, embora fossem pessoas comuns cujas histórias pessoais serviam para explicar as configurações e funcionamento da sociedade capitalista, vivenciavam sempre algo digno de ser relatado. De maneira que o personagem representativo de um

⁶⁶ Maria Rita Kehl, *Minha vida daria um romance*, in: Giovanna Bartucci (Org.), *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*, Rio de Janeiro: Imago, 2001.

⁶⁷ *Ibid*, p. 68.

conjunto terminava por se destacar, ganhar relevo individual, em um solo comum, escolhido a priori pelo escritor, para explicitar uma coletividade.

Ao estudar os personagens machadianos em *O Enigma do Olhar*⁶⁸, Alfredo Bosi constata que, mesmo quando constrói o personagem em consonância com um certo padrão “tipológico”, Machado deixa que ele, eventualmente, exponha ângulos que tensionam esse padrão, mostrando facetas e características que desafiam a explicação fornecida pelo determinismo social ou biológico. Fica assim garantida uma dimensão de “individualidade”, aquela que faz o personagem dar-se ao leitor como “ser”, como impulso atomizado, avesso a qualquer determinação ou certezas fornecidas pelo seu estamento. Em contrapartida a essa construção mais refinada, o personagem puramente típico caracteriza-se como “um conjunto fechado de caracteres psicossociais”⁶⁹, é a negação dialética do estado individual. O tipo tira o indivíduo do seu estado de ser “avulso”, disperso existencialmente e, em troca de sua submissão ao determinismo sociológico, lhe garante estabilidade em uma das inúmeras galerias de tipos sociais, que os realistas e naturalistas do século XIX tanto apreciaram desenhar. Segundo Bosi, quando Machado recorre ao tipo, o ajuste social dá coesão, estabilidade e solidez à dispersão individual e, na medida que a submissão e ordenação do personagem impedem rasgos de individualidade, fica garantida a representação de um grupo social bem definido.

O raciocínio de Bosi em relação a Machado é valioso para dissolver a rigidez da classificação. Na sua ótica, indivíduo, tipo e pessoa compõem uma rede dinâmica de possibilidades; um processo de inerência, e não de exclusões

⁶⁸ Alfredo Bosi, *O Enigma do Olhar*, S. Paulo: Ática, 1999.

⁶⁹ *Ibid*, p.158.

definitivas.⁷⁰ Tal perspectiva permite considerar que mesmo o personagem estabelecido em consonância com o padrão “tipológico” poderá, eventualmente, trazer ângulos que tensionem esse padrão e que não tenham correspondência direta com seu estamento ou ocorram em decorrência de um fator determinante.

No caso particular de *O Retrato dos Pais*, o personagem “tipo” tem uma função específica: compor um retrato, o retrato do camponês português, representante de um grupo social: os trabalhadores rurais. Mas essa mesma identidade social sofre mutação: o camponês é português, o seu filho torna-se “brasileiro” e isso afeta a ambos. No nível da composição ficcional, a resposta a esse movimento sócio-cultural dá-se a partir das individualidades. Assim, embora na escrita de Braga a explicação funcionalista dos comportamentos mantenha-se mais ou menos implícita, e circunscrita ao conjunto limitado de caracteres que tipificam o camponês português do século XIX, já nela se percebe um impulso histórico que abala o caráter estático do tipo. Mesmo o sentido do tempo sofre, na representação, a interferência da matéria histórica: o deslocamento do viajante. Tipificado pela estagnação cultural da pequena aldeia, o tempo português transforma-se num tempo em suspenso, marcado pela ausência do filho que partiu para o Brasil; finalmente, essa temporalidade traduz-se, na representação ficcional, como expectativa da mudança que deveria surgir com o retorno do viajante.

No “retrato” dos pais é possível reconhecer faces ficcionais que se solidarizam com as de muitos pais e mães camponeses, que tiveram seus filhos levados pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelas cidades

⁷⁰ Alfredo Bosi, *op. cit.*, 160.

portuguesas em desenvolvimento e pelo sonho de fazer fortuna no Brasil. Também o pano de fundo desse retrato nos remete a um espaço específico, (uma aldeia portuguesa, entre Santiago da Cruz e a Estrada de Barcelos) que funciona como metonímia do meio rural, cujos habitantes aventuraram-se em longes terras para fugir da miséria, resultado da estagnação econômica. E essa miséria deve-se ao fato de que a evolução da economia portuguesa no século XIX sofreu profundamente os reveses dos acontecimentos políticos.

Além do arcaísmo dos equipamentos e da forte concorrência estrangeira, Portugal enfrentou a separação econômica do Brasil, as invasões francesas, o domínio comercial inglês e, ainda, as agitações que se seguiram depois do triunfo liberal. Ou seja, essa foi uma época em que o desenvolvimento econômico dependeu totalmente dos acontecimentos políticos. A falta de capital e de um clima mais propício ao crescimento da economia acentuou gravemente o atraso português em relação à intensa expansão da economia européia. Saraiva registra dados que elucidam a situação do campesino do século XIX:

A emigração verificou-se nas regiões de pequena propriedade; quase não há alantejanos entre os emigrantes. A explicação está em que para a longa viagem transatlântica era preciso dinheiro, e isso só se verificava nas regiões onde a maioria da população rural mantinha ainda alguns vestígios de propriedade: Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral. O emigrante vendia a courela, ou a “legítima”, isto é, a porção de bens que, segundo o Código Civil, não podia deixar de herdar. E partia quase sempre sozinho, deixando na terra a família e as dívidas.⁷¹

Aqueles que aprenderam a contar, ler e escrever foram buscar trabalho na cidade, seja em Lisboa, no Porto ou no Rio de Janeiro. Às famílias, coube

⁷¹ José Hermano Saraiva, *A História Concisa de Portugal*, op.cit., p. 319.

esperar as cartas, mensageiras alegres do progresso conquistado com muito trabalho, e da esperança de “ser feliz em poucos anos”.

No Conto de Alberto Braga, a cidade, palco da tensão dramática, mostra duas faces. A primeira é face do progresso e das oportunidades, que pode ser vista através do *atelier* Fritz de fotografias, da loja de ferragens dos Senhores Nogueira & Sá e também através da figura do “brasileiro”, homem educado, de colete branco, relógio de ouro e sócio do “rico filho” de Dona Ana, aquele que deixou Isabelinha, para tentar a sorte no Brasil. A segunda face do cenário urbano não é amistosa, é a que recebe o campesino com desdém. Num pólo oposto, Braga situa o mundo rural, representado por uma “*boa, religiosa e honesta província*”, povoada por seres íntegros e solidários, que são considerados os filhos legítimos da terra portuguesa.

3.1.1 A imagem desfigurada

Um desses filhos portugueses, o rico filho de Tia Ana, não retorna à casa dos seus pais. Na proporção em que faz sua vida no Brasil, vai esquecendo sua gente, deixando de escrever aos entes queridos, porque “*o trabalho lhe roubava o tempo de o fazer amiudadas vezes.*”⁷². Quase vinte anos depois da partida, uma das raras cartas vem anunciar o casamento com noiva prendada e rica de nascimento. Ele pede o retrato dos pais e manda dez moedas para as despesas.

⁷² Alberto Braga, *op. cit.*, p. 106.

Como já foi dito, são dois retratos. Para conseguir o primeiro, os pais vão ao retratista em Braga, vestidos com a melhor roupa, a que servia para a romaria do Espírito Santo. O escritor minucioso, bem ao gosto realista, carrega nas tintas, para nos dar a idéia de quão campesinos eram os trajés: chita amarela salpicada de florzinhas verdes, soquinhos de pano azul, capotilho de baeta escarlate, fustão amarelo, niza azul, guarda-sol escarlate. Há exagero na composição dos trajés: muitas pregas, ponteiras de verniz, lenço de franja, colarinho muito engomado e teso apontado ao lobo das orelhas, guarda-sol com cabo de osso em forma de punho. E, finalmente, torna insólito o retrato: *“ficaram com as cabeças muito levantadas, os olhos arregalados e espantadiços os beiços franzidos, os membros hirtos e constrangidos...”*⁷³.

Através de uma outra carta, o filho desaprova o retrato e pede que os pais procurem Joaquim Ferreira da Silva, seu sócio brasileiro, *“que lhes dará as instruções precisas”*. A generosa fatura de detalhes não amplia a visão que se possa ter do campesino português, antes reitera o traço unilateral relativo ao registro fixado pelo retrato, que resulta numa atitude: *“lorpa, grotesca e ridícula!”*, conforme conclui o narrador.

Os velhos vão à cidade, à loja de ferragens, conforme indicação do filho, procurar o brasileiro, que os faz esperar uma hora - *“Era meio-dia quando o brasileiro entrou”*. *“Conturbados de acanhamento”*, os velhos respondem ao cumprimento do Silva que apenas lhes indicou, sem qualquer explicação, que fossem ao andar de cima, dizendo: *“não se demorem hem?”*. Os velhos foram tratados como coisas; as explicações não são necessárias. Desconhecendo o que estava por vir, subiram ao primeiro andar, onde um caixeiro e uma criada

⁷³ Alberto Braga, *op. cit.*, 110.

os aguardavam, para ajudá-los com as roupas que deveriam vestir, a fim de posarem para o novo retrato.

O narrador não poupou os pobres velhos (nem o leitor) do constrangimento, da falta de paciência demonstrada pelos ajudantes e do desconforto causado pela situação e pelas roupas: *“Estava aflicto, quase apoplético com o laço da gravata a apertar-lhe a garganta, como a corda dum enforcado...(...) Abriu-se a porta do gabinete e apareceu a Tia Anna vestida de senhora. Oh! Os pés estorciam-se-lhe nos sapatos, o chapéu caia-lhe pela nuca!”*⁷⁴. Tampouco escapamos do escárnio do caixeiro e da criada que *“abafavam com a mão na boca as gargalhadas de troça”*, enquanto os velhos desciam com muito custo as escadas. No atelier, o sócio do filho explicou ao fotógrafo como queria o retrato, de forma que novamente, sem qualquer explicação, os velhos foram “colocados” diante de um reposteiro azul, conforme a disposição indicada pelo brasileiro.

Um pouco antes do final do conto, já temos bem definidos os dois universos: campo e cidade. A oposição se ergue visivelmente, quando fica latente que as roupas não são adequadas nem ao jeito nem ao corpo dos velhos camponeses. Tia Ana e “seu homem” não poderiam nunca parecer “fidalgos”, como os chamou com escárnio a criada, pois eram rudes, embrutecidos pelo trabalho árduo e nenhuma roupa poderia encobrir sua natureza campesina. O desfecho vem restituir-lhes a dignidade: os velhos não puderam conter as lágrimas e recusaram-se a tirar o segundo retrato. “Quando o photographo assentou sobre elles a lente da máquina, retirou de repente a

⁷⁴ Alberto Braga, *op.cit.*, p. 115.

cabeça de sob o panno de velludo preto que o cobria e observou espantado: - Então vocemecês estão a chorar?⁷⁵

E foi chorando que o homem da Tia Ana pediu ao estarecido brasileiro que escrevesse ele mesmo ao José (só nesse momento o filho é nomeado) para dizer-lhe que, se ele não desejava mostrar à noiva o retrato anteriormente enviado, seria melhor esquecê-los. Tia Ana concorda e emite a frase anteriormente citada: “- Diga-lhe meu senhor que nós (...) que já morremos... ambos!”

Logo de início, registra-se auto-ironia lançada à noção (cara à estética realista) de que a realidade pode ser captada a partir dos detalhes externos. Segundo a perspectiva de Braga, há uma dimensão interna que, como diz D. Casmurro, “não agüenta tinta”⁷⁶; no caso específico desse conto, essa dimensão é consubstanciada por valores, particularmente a autenticidade.

Se concluído, o segundo retrato dos pais portugueses seria espelho distorcido, capaz de falsear as faces dos velhos aldeãos. A imagem distorcida do falso retrato deu aos velhos a possibilidade de se verem como o filho os queria ver, mas essa imagem de viés, que o retrato iria fornecer, foi recusada porque iria produzir um efeito destrutivo da face camponesa. A face dos pais que, segundo os parâmetros do texto, constitui a face autêntica seria substituída por uma outra, coincidente à identidade que, por meio de artifício, o filho queria construir. Artificial e, na ótica de Braga, grotesca, tal identidade guarda consonância com a situação daquele que perdeu o laço com a origem.

⁷⁵ Alberto Braga, *op.cit.*, p. 116.

⁷⁶ Machado de Assis, *D. Casmurro*, 26 ed., S. Paulo, Ática, 1992, p. 14. (D. Casmurro, na tentativa de “restaurar na velhice a adolescência” faz construir uma casa como aquela em que foi criado, mas reconhece que a tentativa é vã, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos. Conserva-se o que é externo, porém o “interno não agüenta tinta”).

O efeito do estratagema fotográfico, usado na ficção de Braga, faz lembrar o método utilizado por Perseu⁷⁷, cuja façanha o mito grego contou. Perseu recebeu a incumbência de matar a Medusa, temida pelo seu poder de transformar em pedra todo ser vivo que olhasse diretamente para ela. O filho de Zeus, então, utiliza um escudo de bronze, polido de tal forma que pôde servir como espelho, por meio do qual o herói observou a cabeça, feita de serpentes, que ele tinha a incumbência de decepar. Perseu cumpre sua missão utilizando o escudo para espelhar uma realidade para a qual ele não poderia olhar diretamente, sob o risco de perecer. A mediação feita pelo espelho funciona como uma representação da realidade que ele temia e queria ver destruída.

Assim como Perseu, o filho de *O retrato dos pais* não podia olhar diretamente para a realidade, sob o risco de fazer emergir a face de campesino que ele tentava ocultar da noiva rica. A nova identidade, adotada no Brasil, poderia ser destruída pelo retrato fiel à imagem dos pais. Para combater o perigo de olhar diretamente para a realidade, o filho pediu o segundo retrato cuja imagem destorcida funcionou como o escudo de Perseu, à medida que ocorre a morte simbólica dos pais para permitir a nova vida do filho. O caráter elíptico da ausência dos progenitores anula completamente a identidade campesina do filho, não há mais liames possíveis com o local de nascimento, todos os laços com a origem foram cortados.

A função do pincel realista, como possibilidade de representação de um grupo social, encontra, nesse texto de Braga, um questionamento. É possível que a reprodução revele, como, na ótica de Braga, o primeiro retrato de fato revela. Mas essa representação atada a uma realidade alcançável pelos

⁷⁷ Mito de Perseu por Elisa Goldman, PUC, RJ, arquivo disponível em: <www.educaçãopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist13.htm>

sentidos pode também iludir: o segundo retrato ilude e engana, sendo mentira incapaz de comunicar a identidade dos pais, moldada, inclusive, pelos anos de saudade e pela esperança, sempre renovada, de um dia ter de volta o filho que se foi. Em seguida, e muito enfaticamente, o enredo trabalha com a idéia do distanciamento que o emigrante toma em relação à sua origem e que evolui para uma perda. Mais adiante, emerge a questão da deformação e o falseamento dessa origem no plano das representações.

Há também ironia recaindo sobre os artifícios, definidores do mundo moderno. A própria fotografia, em si, é um aparato da Modernidade. Ao emigrar, o filho participa de um projeto expansionista e capitalista que promove rupturas dos mundos fechados. A partir desse pacto feito com o projeto moderno, a volta torna-se impossível; e como também é impossível alterar uma origem cuja autenticidade, na óptica de Braga, resiste aos golpes do artifício, só resta a consciência da descontinuidade que está dolorosamente expressa na frase de Tia Ana: “Diga-lhe que morremos”. Os pais demonstram compromisso com a autenticidade, que o conto parece situar no cume de sua hierarquia de valores circunscrita numa tradição romântica. Também é por força da ironia que o conto encerra-se com uma imagem de retorno para casa; os pais voltam para a aldeia, cientes de que o filho jamais retornará, pois não há mais nenhum laço entre eles.

Construída sobre o motivo do filho pródigo, contido na parábola evangélica, a narrativa de Alberto Braga relaciona-se com ela de forma irônica: ele registra a impossibilidade de o filho voltar. No entanto, se trata de ironia atravessada por profundo sentimento; os pais voltam para casa, marcados pela dolorosa ciência da sua perda. Essa ciência melancólica contamina o cenário e,

por isso, há em seu centro uma paisagem crepuscular: “na tarde d’esse mesmo dia, quando os últimos raios de sol poente purpurisavam a cumiada das montanhas e pelos respaldos do outeiro vinham descendo as sombras esfumadas do crepúsculo...”⁷⁸. Cabisbaixos e chorosos, os pais retornam a pé para a aldeia, parando, vez ou outra, nesse espaço idílico em que o homem conta com a simpatia da paisagem e com ela entra em harmonia. Se a integridade moral dos pais não lhes salva do desfalque emocional, a natureza adere a esse ânimo melancólico em laço solidário. Torna-se viável afirmar que essa sintonia entre paisagem e estado de alma existente no final do conto oferece um retrato-espelho que se contrapõe às dissonâncias inerentes ao artifício proposto por aquele que partira.

Ao pedir que lhe fosse mandado um retrato infiel, imagem desfigurada dos pais, o filho nega sua origem e desvincula-se de sua identidade primeira, a fim de ser um outro, em terras brasileiras – um comerciante bem-sucedido, casado com moça prendada e rica. Somente no final do conto, ficamos sabendo que o “rico filho”, o “filho de minha alma” chamava-se José. Optando por nomeá-lo apenas no final, o narrador talvez esteja indicando a culminância de um processo gradativo, através do qual o indivíduo emancipa-se do meio social e familiar. De igual maneira, com essa nomeação, o narrador ofusca a representação tipológica. Sua personagem passa a ser José – um indivíduo - deixando de ser um campestre português, como também deixou de ser simplesmente “o filho”.

⁷⁸ Alberto Braga, *op.cit.*, p. 117.

3.1.2 “Em toda parte do mundo é Brasil”

No texto de Braga, o Brasil é focalizado sob a perspectiva dos habitantes da pequena aldeia do Minho. No trecho abaixo transcrito, Tia Ana dialoga com o brasileiro da granja, aquele que induzira o seu filho a partir:

“Ali é que um homem se faz gente. Está aqui um brasileiro como a mim. Lhi garanto, Ti Ana, que o rapaz se tiver tento na bóia – hem? - arranja pàtácària gorda, e, em pouco tempo àtiça baixela em casa” . Ao que Tia Ana responde: “Em um homem tendo saúde e a graça do Nosso Senhor, em toda a parte do mundo é Brazil!”⁷⁹.

Ante a sedutora imagem apresentada – imagem que segue Caminha (querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem.”⁸⁰) e Anchieta (“Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque, e não se vê em todo o ano árvore nem erva seca”⁸¹) – Tia Ana resiste, desnudando o aspecto utópico exposto na sedução: “em toda a parte do mundo é Brasil!”. A visão de Tia Ana traduz a consideração do Brasil como lugar de ameaça, tentação; emigrar para o Novo Mundo é ceder ao pacto da modernidade e, especialmente, é ceder a uma tentação na qual se arrisca a identidade. De fato, segundo Silvano Santiago⁸², ainda que as relações de dependência e subordinação geradas pelo colonialismo tenham determinado a perspectiva europeizante do discurso cultural, isso não quer dizer que a terra colonizada não tenha, ela também, por seu turno, “produzido”, de alguma forma, a cultura

⁷⁹ Alberto Braga, *op.cit.*, p. 105.

⁸⁰ Sílvio Castro, *A Carta de Pero Vaz de Caminha – O descobrimento do Brasil*, Porto Alegre: L&PM Editores, 2000, p. 254.

⁸¹ Afrânio Coutinho, Gênese da Idéia de Brasil. In: *A Literatura no Brasil*, São Paulo: Global, 1997, p. 254.

⁸² Silvano Santiago, *Vale quanto pesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 17.

do colonizador; ou melhor, que ela também não tenha deixado suas marcas no europeu. Silviano dá o exemplo dos códigos lingüístico e religioso que se deixaram “enriquecer por novas aquisições, miúdas metamorfoses, estranhas corrupções, que transformam a integridade do Livro Santo, do Dicionário e da Gramática Europeus”. Neles, o *elemento híbrido reina*.⁸³, e os alicerces da superioridade cultural recebem os novos ares da “impureza”, das inusitadas combinações, dos desvios da norma, minando assim o discurso único, imutável, que o europeu deixou como legado.

Também por esse aspecto – que se acrescenta àquele consubstanciado pelo pacto fáustico que o filho realiza com um mundo moderno centrado no artifício e por isso desprovido de autenticidade – a viagem para o Brasil é perigosa. Todos os filhos que partem passam a ser outros e, por isso mesmo, o filho que partiu não pôde retornar.

O interessante é que a literatura portuguesa nem sempre registrou a imagem do Brasil como um lugar de riquezas. A primeira referência à palavra Brasil, segundo Nelson Vieira, em *Brasil e Portugal A Imagem Recíproca*, pode ser encontrada no *Auto da Barca do Purgatório*. Gil Vicente descreve o novo mundo como um lugar de desterrados, um local terrível, cujo aspecto infernal se justifica pela aproximação da palavra Brasil à palavra medieval “brasio” – brasa quente. No diálogo com o diabo, a lavadeira Marta dá graças por ter sido enviada ao purgatório e poupada, assim, do castigo infernal, que seria a ida ao Brasil.⁸⁴

Independentemente das produções portuguesas, uma farta literatura circulou e deu conta das riquezas que a terra reservava aos que tinham

⁸³ Silviano Santiago, *Uma Literatura nos Trópicos*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 16.

⁸⁴ Nelson H. Vieira, *Brasil e Portugal (o mito e a realidade na expressão literária)*, *A imagem recíproca*, Diálogos Fronteiras Abertas, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 26.

coragem de enfrentar o desconhecido. A História do Brasil, escrita em 1627 por Frei Vicente do Salvador, contém um registro bastante significativo das atividades dos “povoadores” da colônia:

... por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e: si as fazendas e bens que possuem soubessem falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pêra Portugal, porque tudo querem para lá.⁸⁵

O tempo e os relatos se encarregaram de manter no imaginário português a idéia de Brasil como lugar propício para aqueles que queriam fazer fortuna, visando usufruí-la em Portugal. Emigrava-se com a intenção de enriquecer rapidamente e regressar à pátria, ostentando uma série de signos que os caracterizavam como “brasileiros”, denominação que foi ganhando novos valores e significados conforme foram mudando os fatores conjunturais que definiam não só o volume da emigração quanto as condições de recepção dos emigrados no Brasil.

Muitos textos ficcionais do período tiveram como eixo do enredo a emigração. No caso de *O retrato dos pais*, o filho de Tia Ana representa um daqueles que se adaptaram e não quiseram mais voltar a Portugal. Talvez por isso o Brasil seja, para Tia Ana, um lugar de ameaça. Alberto Braga parece negar a imagem do novo mundo, situando, no cerne da proposta de partida, o caráter ilusório que é próprio às tentações; como insinua Tia Ana, ao concluir: *Riquezas são o demônio*. Não é à toa que justamente um “brasileiro”, de roupa branca e relógio de ouro, tenha sido a pessoa recomendada pelo filho para dirigir a produção do falso retrato, tampouco não é à toa a negativa veemente

⁸⁵ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>, Acrobat, p. 4.

dos pais que, mais do que recusa, se torna uma resistência à quebra dos vínculos com a terra de origem.

A concepção expressa por Tia Ana - “qualquer lugar do mundo é Brasil, para quem tem saúde e força para trabalhar” - mostra também que, segundo Alberto Braga, a possibilidade de crescimento, ali mesmo, na pequena aldeia do Minho, não fora totalmente descartada e que a próspera colônia não era a única ou principal alternativa para sanar o atraso da economia portuguesa.

3.2 Caminhos de ferro

O *Filho*, texto de Fialho de Almeida, também conta a história de um jovem português que deixou sua aldeia em busca de oportunidades; no entanto, nesse conto, o “pobre de Cristo” não conseguiu fazer fortuna nas terras brasileiras; tampouco encontrou noiva rica como aconteceu com o José de O *retrato dos pais*.

O relato impressiona pelo desfecho trágico que resulta do sonho de uma vida nova. A mãe que espera o impossível retorno do filho, morto em viagem, acaba sua vida debaixo do mesmo trem, veículo primeiro no caminho da migração dos jovens ansiosos por um futuro melhor. Nesse texto, a força do progresso material, simbolizada pela locomotiva, esmaga os antigos valores e anseios da família campesina e evidencia a falta de dinamismo econômico da produção nacional, culpada da emigração dos trabalhadores para o Brasil. Fica resumido na cena final o choque entre dois mundos: representada pelo trem, a modernidade traz consigo velocidade, violência, promessa de chegada

em um ponto futuro e capacidade de destruir. O outro mundo, aquele que será esmagado, está representado pela mãe que um dia acreditara na promessa de futuro e agora enfrenta a desilusão. Enquanto o primeiro é veloz, esse outro mundo, personificado na figura de uma velha, é lento e, por isso, morre.

Impressionante é a cena final:

Vêm-se os olhos da máquina luzindo laterais, como os dos peixes e dos grandes sáurios: e o faulhar da máquina sobre a via, e o penacho de fumo que a labareda doira, como uma crina de cavalo danado e formidando. (...) desenrola o corpo de anelado, feito de vagões de ferro que se chocam, fosforejam, zumbem, fumando, bramindo num hausto de relâmpago que atravessa a noite lóbrega das matas. É nesse instante que a velha está passando...⁸⁶

A narrativa deixa o tempo em suspenso pelo contraste brutal que insinua - a fragilidade da velha indo ao encontro da pujança do trem. A máquina brilha no fundo negro da noite e anuncia estrondosamente a sua passagem, mas a velha não a vê, não percebe a sua aproximação; acabou de ser informada da morte do seu filho que há anos partira para o Brasil.

Configurando um ser monstruoso, a descrição do trem é feita com elementos que ecoam o apocalipse. Seus olhos de peixes, próprios aos grandes sáurios, aproximam-no em força à imagem do Leviatã que, na Bíblia, aparece como crocodilo ou, como nos dizem os capítulos 40 e 41 do Livro de Jó, *o rei de todos os animais ferozes*. No diálogo entre Deus e Jó, é visível a força destrutiva do monstro: "... quem alguma vez o enfrentou e se salvou? (...) a quem o ataca, não adiante espada... Ele tem o ferro na conta da palha e

⁸⁶ Fialho de Almeida, *O Filho*, in: *O Conto Realista*, Org. R. Barros, Dir. Massaud Moisés, S. Paulo: Global, s/d, p. 94.

o bronze como se fora pau podre. Das narinas escapa uma fumaça como a de uma caldeira que cozinha e que ferve / O seu hálito acende os carvões”⁸⁷.

Na descrição do trem, é enfatizada essa mesma força feita de ferro e fogo. A locomotiva, “jogo de válvulas, bruscos vômitos de fumaradas”, rasteja, anela-se como uma serpente e atrai a vítima indefesa, já dominada pela atração hipnótica exercida pelo olhar do monstro, pois a mãe, ao saber da morte do filho, deixa de perceber o mundo a sua volta, apenas avança para a linha do trem, sem ouvir os ruídos da máquina.

O trem é visto ao longe pelo *penacho de fumo que a labareda doura*, é um cavalo danado que avança, em carreira furiosa, como “um hausto de relâmpago que atravessa a noite” - ferros se chocam, fosforejam, zumbem, fumando, bramindo, “ululando da goela de um subterrâneo profundo”. São imagens ruidosas, de fogo e força, atuando na noite escura. Também quanto à estrutura física, a descrição insiste na lembrança do Leviatã, encontrada no Livro de Jó:

O seu dorso é formado por uma fileira de escudos / Fixados por um selo de rocha duríssima / Um está unido ao outro e um sopro não passa entre eles (...) uma couraça de dupla malha, onde ninguém nunca penetrou. E da sua boca saem chamas / e dela saltam centelhas de fogo.⁸⁸

A máquina tem a mesma couraça impenetrável que se vê na descrição do monstro bíblico. Os vagões de ferro se anelam velozes sobre os trilhos, chispando centelhas de fogo, enquanto seguem indomáveis em direção à estação. E a mãe, que apenas caminha, sem rumo, atordoada pela notícia inesperada, não luta contra o perigo que o trem representa para a sua frágil

⁸⁷ Bíblia Mensagem de Deus, S. Paulo: Edições Loyola, 1993, pp. 584-585.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 585.

condição de camponesa. Além disso, ela não faz parte daquele mundo de comboios, de “gares” ou “rails”, é só mais uma viúva pobre da Bairrada, para quem a esperança de ver o filho novamente era o único alento.

Quem deu a notícia de sua morte à velha senhora foi um rapaz da terra, o Clemente, recém chegado do Brasil, agora podendo portar um chapéu de coco “à zamparina” e um “grilhão de ricaço” no colete, feliz por estar prestes a dar “um alegrão” em sua gente, que ainda não sabia de seu retorno.

Mas antes mesmo dessa passagem, o narrador já havia nos acenado com um trágico desfecho. Enquanto a camponesa esperava por seu filho, a natureza resplandecia na sua beleza acinzentada, prenhe de presságios. A paisagem de dezembro já havia envolvido a velha senhora em sua bruma, era um dia triste, sem cor nem horizonte. Delimitando o cenário, surge a paisagem outonal, composta pelas vinhas ressequidas e angulosas, ainda sem qualquer folhagem que lhes sugira a existência da vida. A velhinha acocorada, com a taleiga de estopa no quadril, encolhida e pequenina esperava solitária pelo trem, enquanto as gralhas “*em turbilhões funéreos*” voavam por cima das lavouras, “*rotando na névoa fusca como papéis queimados...*” ou debandavam em espirais pro arvoredo, as “diabólicas comadres, com as suas ladainhas roucas de presságios”⁸⁹.

A notícia da morte do filho prepara o terreno para o estabelecimento do clímax da narrativa - a velha deixa de sentir e ouvir o mundo exterior e avança para a linha do trem, ao mesmo tempo em que o comboio deixava a estação, fazendo com suas poderosas máquinas a terra tremer, “como domada sob a correria horríssonas do monstro.”

⁸⁹ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 91.

Sem lágrimas ou lamentações, cega para o mundo, a velha caminha cambaleante em direção aos trilhos. A sugestão é que a poderosa máquina é um ser vivo, que ao se aperceber da mísera presença que avança em sua direção, talvez ignorante do perigo que ele significa, prepara-se para o bote: “E a máquina chama-a a si subitamente, dá-lhe um encontrão para dentro do caminho, enovelou-a bem em suas saias de viúva, e sem trepidar fá-la um bolo,...”⁹⁰

Nesse conto de Fialho, a máquina, na sua aparência monstruosa, forte com os sons poderosos de suas ferragens, devora a campesina e tudo que ela representa: a miséria, a estagnação e a falta de perspectivas. E se, por um lado, o autor situa o trem como símbolo do progresso material, por outro, é também no trem que ele situa a morte da esperança no progresso. Na ótica de Fialho, morre com a esperança um tempo feito de intimidades e certezas, de relações íntegras e duradouras, de uma afinidade com a natureza e com as formas de produção familiar. Mas o seu texto é melhor apreendido, a partir de um olhar sobre a vida portuguesa do período.

O comboio de Lisboa, personagem indiscutivelmente poderoso, corresponde no processo da evolução da economia portuguesa, à força maior contra a falta de transportes, que os políticos, há muito, denunciavam como principal causa da falta de desenvolvimento econômico. Até os meados do século XIX, a única estrada macadamizada era a que fazia a ligação Lisboa-Coimbra, construída antes das invasões francesas. Essa estrada garantia que a viagem se realizasse em três dias e o transporte era feito numa diligência de quatro lugares que, em 1804, deixou de funcionar porque a viagem era

⁹⁰ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 94.

bastante dispendiosa e não havia tantos passageiros suficientemente abonados para arcar com as despesas,

Na segunda metade do século XIX, propaga-se em Portugal uma ideologia oficial de progresso identificada com o desenvolvimento material, mas as condições de vida, de cultura e o nível de consciência do trabalhador rural não evoluíram. A produção industrial não obteve dinamismo suficiente para fazer frente à mecanização europeia. A falta de crescimento da produção nacional determinou a dependência do capital bancário interno ou externo.

Os *rails*, os *fourgons*, ou o *plaid*, termos que Fialho de Almeida incorpora em seu texto, assim como todos os termos estrangeiros que entraram em Portugal nesse período (carpete, purê, bebê, bife, pudim, clube, toilette, etc) ou, ainda, as novidades ligadas à ciência, à filosofia ou ao pensamento são significativos de um desenvolvimento que esteve alheio aos reais problemas de ordem econômica. Um desenvolvimento que nada oferece à melhoria de vida do camponês promove o seu desenraizamento.

O conto de Fialho de Almeida está atento a questões sociais que decorrem da lentidão com que se desenvolveu a capitalização industrial em Portugal. Em 1840, existiam somente quatro máquinas a vapor, destinadas à indústria, contra milhares em toda a Europa. A produção portuguesa só encontrava mercado na província ou nas colônias, porque seus resultados não se comparavam em qualidade aos dos produtos importados dos países industrializados. Eça de Queiroz escreveu em *Os Maias*:

Aqui importa-se tudo. Leis, idéias, filosofia, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústria, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vêm em caixotes pelo pacote. A civilização custa-nos caríssima com os direitos de alfândega; e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas.⁹¹

Principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, a literatura nos oferece inúmeras leituras da sociedade da época e da ideologia oficial sintonizada com a noção de progresso, enquanto melhoramentos materiais. Nesse contexto, os autores, em menor ou maior grau, viam a literatura como instrumento de reforma social e a ambição documental do Realismo não deixou de impor as suas normas.

A chamada Geração de 70 reuniu alguns dos grandes escritores do século XIX e deu início a um movimento de base idealista e revolucionária que, a princípio, acreditou firmemente na possibilidade concreta de transformar o país. Tanto que o ciclo das Conferências do Cassino Lisboense, série de palestras destinadas a rever a natureza dos problemas nacionais, tinha no programa o estudo das condições de transformação política, econômica e religiosa da sociedade. Porém, a ação do grupo se fez sentir muito mais no plano literário do que propriamente nos problemas concretos da estrutura social portuguesa e, se a poesia moderna foi a “voz da revolução”, como proclamou Antero de Quental, sua ressonância teve alcance geral, não se caracterizando como ação primordialmente política.

As idéias polêmicas da década de 70 têm forte enraizamento histórico. Eventos como a Questão Coimbrã e As Conferências do Casino foram política e socialmente motivadas, foram movimentações que pretendiam interferir na

⁹¹ Eça de Queiroz, *Obra Completa*, Organização, Introdução, Fixação dos textos autógrafos e Notas introdutórias feitas por Beatriz Berrine, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1997, pp. 1114-1115.

vida pública. Projetos como *As Farpas*, de Ramalho Ortigão, escritos inicialmente em parceria com Eça de Queirós, assim como grande parte da produção jornalística, crônicas e artigos, tinham como propósito a reforma dos costumes e do pensamento, de maneira que essas produções privilegiavam o tom crítico e apontavam com escárnio para o velho mundo sentimental, católico e aristocrático que a Geração de 70 queria ver destruído. Assim, direta ou indiretamente, se fez sentir a influência desse pequeno grupo de autores cujas idéias não se instalaram lentamente, obedecendo gradualmente a um período de transição, em que se podia discernir a mistura de tendências estéticas; mas sim de forma abrupta, sob o signo da ruptura e da transformação.

Eça de Queirós, nesse quadro, relaciona transformação social com renovação estética e propõe, por meio da literatura, uma nova abordagem que descarta de antemão, o tom subjetivo, intimista, para expor “realisticamente” as feições do mundo moderno e, ao mesmo tempo, caduco, por “insistir em se educar segundo o passado”, expressão utilizada pelo escritor em carta a Rodrigues de Freitas, em 1878.

Na abertura das Conferências, Eça foi categórico quanto à posição dos que dela participavam:

As conferências hão-de encontrar resistências. Em primeiro lugar, o nosso público, inteligente e literário, ama sobretudo o *bel-esprit*, a oratória, a frase. Modo peninsular. Ora as conferências pela sua natureza científica e experimental – exigem justamente o contrário dos aparatos teóricos. São a demonstração, não são a apóstrofe; são a ciência, não são a eloquência.⁹²

⁹² Eça de Queiroz, *Correspondência*, (leitura, coord., prefácio e notas de Guilherme de Castilho), vol.1, Casa da moeda, pp. 140-142.

O caráter científico e experimental a que alude Eça de Queirós encontra sustentação no pensamento proudhoniano, levado por Antero de Quental às reuniões do Cenáculo e recebido entusiasticamente pelos seus companheiros.

Sintonizada ou em polêmica, toda uma geração esteve voltada para as idéias levantadas pelos estudantes da Geração de 70, os quais adotavam uma postura crítica e reflexiva a propósito da imagem que os portugueses estavam habituados a fazer de si mesmos. Em *Portugal como Destino*⁹³, Eduardo Lourenço analisa o papel da Geração de 70 no cenário cultural português, mostrando que a dimensão do movimento ultrapassa o caráter ideológico de uma manifestação estudantil, afinada com o pensamento de Proudhon e, posteriormente, com o de Marx e Lassalle. A conferência inicial: “As causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos” trouxe, implícito no título, o reconhecimento de Portugal como nação decadente; atribui-se a “cegueira” do país aos três pilares de sustentação econômica e ideológica, vigentes havia séculos: o catolicismo, o absolutismo e as conquistas.

A recusa do passado nacional, a autocrítica e o reconhecimento da passividade econômica portuguesa formaram a base de um desejo mais ou menos comum - europeizar Portugal, libertá-lo do seu arcaísmo, através do progresso que a revolução industrial prometia. Contudo, Portugal, na segunda metade do século XIX, vivenciava grandes contradições no que se refere à evolução de sua política econômica e, novamente, isso se refletiu negativamente no campo.

⁹³ Eduardo Lourenço, *op.cit.*, pp. 89-152.

Em *O Filho*, percebemos a representação desse desacerto entre a caminhada rumo ao progresso, preconizada pela Geração de 70, e a condição de precariedade vivenciada pela população campestre, em larga medida alheia às propostas elaboradas pelos intelectuais portugueses. Fialho de Almeida comenta esses paradoxos em sua obra. Particularmente no conto focalizado, a representação de rapazes entusiasmados com as novidades trazidas pela linha férrea surge ladeada por uma série de elementos ligados à tradição portuguesa, que ora indicam atraso e miséria, ora se constituem partes efetivas de uma tradição, que podemos chamar de popular.

A descrição inicial dos rapazes se dá a partir de imagens que remetem à inocência, frequentemente atribuída às crianças e aos animais. São bichinhos curiosos, inocentes e cheios de energia:

E os mais novos, quinze anos, dezesseis, dezoito anos, todos alegres daquela primeira migração às sementeiras lá de baixo, esses não param examinando tudo pelos cantos, espantados, deslumbrados, fulvos e bonitos como bezerrinhos de mama; e e-los estacam diante dos relógios, dos aparelhos do telégrafo, a sala do restaurante cheia de flores...⁹⁴

Esses alegres rapazes correspondem à grande massa de campestres que iam trabalhar no Alentejo, os rabuzanos, montanheses “cheirando a lobo”, cujo principal alimento eram sardinhas assadas entre as pedras. Tais trabalhadores absorvem, ávidos, um mundo feito de novidades, de mudanças promissoras, que o desenvolvimento econômico supostamente iria proporcionar.

O efeito desconcertante do contraste social, trazido com a modernidade, é grifado no conto de Fialho de Almeida. No início, surge logo o

⁹⁴ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 90.

ambiente moderno da gare com as suas salas de espera iluminadas, funcionários em plena atividade, conferência de mercadorias prontas para o embarque, além da imagem grandiosa da maquinaria do trem que se aproxima. No texto, os elementos trazidos pelo progresso e desenvolvimento acentuam a pobreza dos camponeses que, deslumbrados, observam os chalés de hospedagem, a sala do restaurante, cheia de flores, ou ainda, os jardins das casas dos funcionários da estação. Em contraste, a massa humana amontoa-se, na terceira classe, junto aos tamancos e cobertores de lã.

O “filho” é um desses filhos de Portugal, natural de *Vacariça* cuja partida ocorrera há dez anos. O moço de 23 anos, forte e bonito, carregando seus sapatos na ponta de um bordão, deixou chorosa a pobre mãe de

cara ressequida e cor de cera, que desde viúva perdeu o riso, emurhecendo e mirrando na solidão de um casebre, com a esperança porém no dia em que o rapaz, tornado do Brasil, lhe fizesse passar sem fome os derradeiros poentes da velhice.⁹⁵

O narrador estabelece um contraste entre a força do desenvolvimento, mostrada como insensível e impessoal, e um liame entre os indivíduos - a terra de nascimento, “núcleo de força, e ainda agora a mais impoluta ara da família portuguesa”⁹⁶. O narrador traz as vozes da terra, *murmúrio dolente das azenhas, risotas da romagem, balidos do pulvilhal... São virgindades da sagrada terra*, memória sentimental, acima de tudo, mas concretizada pelas lembranças dos cheiros, do frescor, das melodias pungentes; indefinidas sensações nunca esquecidas, pedrinhas marcando o caminho de volta, garantindo um possível retorno dos filhos, que se vêem obrigados a deixar a terra.

⁹⁵ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 89.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 90.

Gaston Bachelard, em *A Poética do Espaço*⁹⁷, diz que, em cada um de nós, existe uma casa onírica. Todo lugar verdadeiramente habitado traz a noção de casa como sendo um espaço vital, sujeito à dialética da vida; canto do mundo, no qual nos enraizamos. A imaginação constrói as paredes e o indivíduo reconforta-se com a sensação de proteção; “.vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade através do pensamento e do sonho”⁹⁸. Assim, o refúgio traz o benefício, não só pela sua existência presente, mas pela evocação de um passado imemorial, posto que é síntese da memória e da imaginação. Lembrança e imagem alimentam o “sonhador do lar” e a casa, mais que paisagem, é um estado de alma. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior, fala de uma intimidade”.

Em *O Filho*, as referências ao lar apontam para uma identidade cuja firmeza é dada pela intimidade com a natureza. São as lembranças da terra natal, onde “*perfilam-se as colunatas do pinhal, em gradações difusas, delicadas como um desenho a carvão sobre que alguém tivesse sacudido um lenço de assoar.*” e a memória das tradições “*fados chorosos, melodias locais duma tristeza penetrante*”⁹⁹, que sustentam essa idéia de casa, enquanto raiz e refúgio.

No capítulo “Bucólico e Antibucólico” de *O Campo e a Cidade*¹⁰⁰, obra citada anteriormente, Raymond Willians reporta-se a uma linhagem literária que tem em comum a concepção de bucolismo. Ele recua no tempo em busca de textos significativos sobre a vida no campo e chega ao século IX a.C., onde encontra *Os trabalhos e os dias* de Hesíodo, poeta da Beócia, região

⁹⁷ Gaston Bachelard, *A Poética do Espaço*, Trad. Antônio da Costa Leal e Lúcia Leal, R. de Janeiro: Edições Tijuca Ltda., s/d.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 23.

⁹⁹ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 92.

¹⁰⁰ Raymond Willians. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, *op.cit.*, pp. 27-67.

central da Grécia. Esse texto ressalta a necessidade do trabalho árduo, além de trazer normas para a agricultura e definir os períodos de arar, de cuidar dos vinhedos e de cuidar dos animais, atividades para as quais o esforço e a prudência deveriam ser as virtudes fundamentais. Suas recomendações levam à agricultura prática e à justiça social. Já para os poetas bucólicos gregos do século III a.C., ligados ao centro literário de Alexandria, a concepção de bucólico tem uma base diferente. Teócrito, por exemplo, mostra em um de seus idílios o plantio e a colheita, mas esse idílio é uma exceção, o trabalho normal que aparece nos outros poemas é o pastoreio de cabras, carneiros e vacas. Finalmente, quando o autor chega ao século I a.C., às *Bucólicas* de Virgílio, percebe uma forma de elaboração literária mais complexa e refinada que a existente nos idílios de Teócrito, pois, além dos trabalhos vinculados às diferentes estações, podemos encontrar as condições sociais ligadas ao labor agrícola.

Na Bucólica I, o cenário agradável dos rios conhecidos, sombras frescas e lugar aprazível, onde abelhas de Hibia bebem das flores dos salgueiros, contrasta com a situação de Melibeu, o pequeno agricultor, que foi expulso de suas terras:

Será que um dia, após longo tempo, reverei os territórios pátrios,
o teto da minha pobre choupana coberto de colmo e, mais tarde,
revido os meus domínios, encontrarei, surpreso, algumas
espigas?¹⁰¹

Os versos apontam para acontecimentos sociais e políticos da época, quando Virgílio e seus conterrâneos tiveram suas terras desapropriadas. Um amigo, Asínio Polião, conseguiu junto ao Imperador Augusto, que as terras do

¹⁰¹ Ivone da Silva Rebello, *O Engajamento Político-social na poesia bucólica de Virgílio, Calpúrnio e Nemesiano.*, disponível em: <www.filologia.org.br/soletras>.

poeta lhe fossem devolvidas, sorte que seus conterrâneos não tiveram, de forma que Virgílio alude, em seus versos, à dor e à miséria dos deserdados.

Além dessa tensão entre o deleite e a perda, ainda são visíveis, no bucolismo dos poetas clássicos, outras tensões: entre verão e inverno, colheita e trabalho, passado ou futuro e presente. Segundo Willians, a adaptação renascentista dessas modalidades clássicas procurou eliminar, de forma gradual, as tensões, até nada restar de adversidades que pudessem conturbar o quadro rural visto como refúgio, de paz e delícias.

Seguindo essa linhagem surge a escrita de Fialho de Almeida. Em *O Filho*, a tensão entre deleite e perda ressurgue. A terra de nascimento ganha um tom idealizado, mas é também o local de pobreza e privações e deverá, por isso mesmo, ser abandonado. A idealização é expressada pela relação de simpatia, estabelecida entre os humanos e os elementos da natureza e pela apresentação de relações humanas afetuosas; enquanto a ameaça de perda é indicada pela dispersão, inerente ao movimento migratório, que por sua vez foi causado pela miséria.

É interessante perceber que a linguagem também atua para fornecer identidade. No linguajar característico dos montanhese: “as palavras crepitam, cascalham os xx e a pronúncia beirã veste de graças uma língua cortada de termos antiquados fina e poética”¹⁰².

Ao lado da intimidade nostálgica, que une os rapazes na estação, o narrador introduz, logo no início do conto, a miséria dos jovens trabalhadores, amontoados na sala de espera da terceira classe, com suas roupas de saragoças, a tasquinhar um horrível pão de milho. Mais evidente ainda é a

¹⁰² Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 91.

condição paupérrima da velha mãe, acorada no chão da sala de espera, “descalça de pé e perna como em geral andam as mulheres pobres da Bairrada”¹⁰³, carregando num saquinho de estopa o farnel que esperava partilhar com o filho. Veio a pé, caminhando por entre os pinhais, até chegar à estação, onde foi advertida pelo guarda para que se desviasse dos trilhos. Assustada, a velha tentava explicar que era de fora e, titubeante entre as tantas novidades, saía a perguntar ingenuamente às pessoas se tinham visto, por ali, um rapazote sem barba nenhuma, com uma cicatriz que lhe ficou de um carbúnculo, “seu filho!”, que deveria chegar no comboio de Lisboa.

Somente um pobre tarimbeiro montanhês, talvez por que a pobre mulher o fazia recordar-se de sua mãe, ouviu pacientemente a história da ausência, das saudades e da doença do filho, que voltava para casa, sem fortuna nenhuma.

Como já foi dito, o conto traz como pano de fundo a situação de Portugal do século XIX, momento em que o campo representava o principal estaleiro do trabalho português (ainda em 1900, 61 % da população trabalhava na agricultura), As reformas agrárias, com vistas ao crescimento econômico, tiraram dos camponeses as “comedorias”, a parte do salário paga em azeite, toucinho, farinha - alimentos indispensáveis ao aldeão e o salário que recebiam não era suficiente para comprar o necessário à subsistência.

Nesse contexto, a construção das vias férreas foi vista como solução para o desenvolvimento da economia portuguesa. Sobre essa questão, é pertinente a ordenação de idéias estabelecida por Saraiva:

¹⁰³ Fialho de Almeida, *op.cit.*, p. 88.

O triunfo do liberalismo foi acompanhado por mutações decisivas no panorama cultural português: novas idéias, novos gostos, novos nomes. A mudança foi intensa e rápida nas cidades; as serras continuaram analfabetas, mas agitadas agora pelo caciquismo, pela estrada e pelo comboio, pelo regresso de algum emigrante bem sucedido que restaura a igreja e constrói um chalé.¹⁰⁴

Mudanças intensas traduziram um aparente crescimento econômico, a intensificação das atividades comerciais conduziu à capitalização imobiliária, enquanto o desenvolvimento industrial caminhava a passos lentos. O comércio e não a indústria constituiu a base da frágil formação capitalista, de forma que o trabalhador rural recorria à cidade em busca de trabalho e encontrava muitos prédios e pouca indústria, muitas vagas para criadas e pouca oferta para trabalho masculino. *Sem eira nem beira*, o campestre pobre manteve-se à margem do aparente progresso, observando as mudanças determinarem o crescimento do desnível social.

Alexandre Herculano escreveu no Diário do Governo:

... as grandes povoações estão atulhadas, em quanto os campos estão desertos; e isso acontece porque a agricultura na offerece vantagens, não sendo possível transportar aos grandes mercados os productos do solo. Se o governo tractar de abrir comunicações para o interior do paiz, seja por estradas, seja por via de canaes, poderá usar de meios repressivos, ao menos indirectamente, para obviar a despovoação do reino.¹⁰⁵

Os intelectuais reclamavam, sem muitos resultados, por medidas do governo que pudessem sanar a falta de ligações internas. A execução das estradas macadamizadas se conduziu morosamente, a primeira da província, a de Abrantes a Castelo Branco, pensada para assegurar a ligação fluvial,

¹⁰⁴ José Hermano Saraiva, *História Concisa da Literatura Portuguesa*, op.cit., p. 320.

¹⁰⁵ Alexandre Herculano, texto publicado no Diário do Governo de 13 de janeiro de 1938, páginas 47-48.

teve seu início em 1849. Em 1858, nove anos depois de iniciadas as obras, a estrada contava somente com 23 quilômetros construídos.¹⁰⁶

A “despovoação do reino” se tornou inevitável e foi observada com muita propriedade por Ramalho Ortigão. O autor, quando descreveu aspectos do Ribatejo e da Estremadura, em 1886, verificou que do Cascal às Caldas, com exceção de pequenas hortas, só havia terrenos improdutivos. “E faz pena pensar que tantos braços robustos escasseiam ao arroteamento do solo, que simplesmente pede pequenos proprietários”, enquanto quilômetros e quilômetros de mato bravo, sem qualquer tipo de ocupação, pertencem somente a uma pessoa.¹⁰⁷

A reforma agrária não foi pensada para melhorar a vida do camponês, não serviu prioritariamente para o enriquecimento do país como um todo, somente poucos se beneficiaram. As serras continuaram analfabetas e as pessoas passaram a sentir o peso das diferenças sociais, cada vez mais pronunciadas e visíveis, principalmente, quando um *emigrante bem sucedido volta e restaura a igreja ou constrói um chalé*.

O caminho do mundo rural para o mundo burguês oferecia ao lavrador esfomeado uma condição de trabalho passageira, na medida em que a cidade não podia dar conta da massa de trabalhadores desempregados. Em função disso, a saída dos trabalhadores portugueses para o estrangeiro foi tão intensa que chegou a se tornar um problema político. Em 1873 houve um inquérito parlamentar sobre as causas da emigração de quase 20 mil homens por ano e o resultado da investigação relatou que o principal motivo era a cobiça.

¹⁰⁶ Cf. Joel Serrão. Rotina e Inovação nos transportes. In: *Temas Oitocentistas – Para a História de Portugal no século passado, Ensaios*, Livros Horizontes, 1980.

¹⁰⁷ Ramalho Ortigão, *Farpas Escolhidas, op. cit.*, p. 20.

A esse respeito, os dados fornecidos pelo historiador José Hermano Saraiva são surpreendentes: consta de suas pesquisas que a emigração do século XIX dirigiu-se quase toda para o Rio de Janeiro, sendo sua grande maioria constituída por camponeses e gente sem profissão. Parte ficava na cidade e o restante ia para o interior substituir a mão-de-obra escrava. O número de emigrantes que conseguiu regressar à sua pátria foi pequeno - a grande massa partiu pobre e morreu pobre, O Brasil era, dizia-se, o cemitério dos portugueses”¹⁰⁸.

3.2.1 A morte do futuro

O filho imaginado por Fialho de Almeida também não conseguiu voltar à sua terra. Suas cartas à saudosa mãe exibiam lamentos e não esperanças. O filho queixava-se, falava de doenças, tristezas, saudades de Vacariça e pedia orações. A sua morte, quando já estava a caminho de casa, somada à morte da mãe traduzem o fim de uma estrutura familiar. Em termos produtivos, essa estrutura entrava em descompasso com a política agrária adotada por Portugal cuja principal promessa era inserir o país no desenvolvimento europeu.

Muitos textos ficcionais trazem essa imagem do retorno impossível, que está presente no conto de Fialho de Almeida. Pedro Ivo, com a narrativa *A Doida de Tagilde*, publicada em 1874, conta a história de uma moça que enlouquece ao saber que o noivo havia morrido no Brasil, local para onde o

¹⁰⁸ José Hermano Saraiva, *História Concisa da Literatura Portuguesa, op.cit.*, p. 319.

rapaz emigrou, na esperança de conseguir o dinheiro necessário para o casamento. Embora já tivesse chegado à aldeia a notícia da morte do emigrado, sua noiva recusou-se a aceitar tal fato e continuou a esperar, indefinidamente, pelo impossível regresso do rapaz. Separou-os o Brasil, o país “dos sonhos ambiciosos desses que vão colher areias de ouro em rios de lágrimas”¹⁰⁹, lugar onde Francisco foi buscar o “futuro”, cobrado de antemão pelo pai da moça que exigia que o pretendente tivesse mais que “fortes braços para o trabalho”. Ali, na aldeia, a possibilidade de ganho era relativa à força do trabalho, nem mais nem menos, de forma que Francisco não tinha como rebater o argumento usado pelo pai de Maria para impedir o casamento: “Não olhe para os braços, homem! ... São bons... bem sei... mas braços quebra-os uma doença... e depois?”¹¹⁰. O velho exigia, em troca do seu consentimento, uma garantia, que assegurasse o sustento da filha, caso “faltassem os braços” do marido.

O Brasil aparece como salvação, única forma de ganhar mais do que a justa medida do sustento. Em dois anos de trabalho poderia juntar o suficiente para comprar a sonhada “casinha”, um campo para plantar e ainda para juntar a reserva de dinheiro, na verdade um “seguro” maior que os braços, fortes e saudáveis, do jovem carpinteiro. Foi com essa justificativa que Francisco conseguiu convencer sua noiva a deixá-lo partir para o Brasil, mas a viagem foi sem volta. As duas primeiras cartas trouxeram consolo e alimentaram as esperanças de Maria, já a terceira veio marcada com a obreia preta, o sinal fúnebre, que anunciou a tragédia, antes que qualquer palavra tivesse sido lida.

¹⁰⁹ Pedro Ivo, *A doida de Tagilde*, in: *Contos*, Porto: Lello & Irmãos Editores, s.d., p. 76

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 71

Também em *A Última Dádiva*¹¹¹, de Trindade Coelho, a partida para o Brasil se configura uma perda. Desta vez, a narrativa dá os indícios da desgraça futura por meio de pressentimentos, suspeitas e sensações que Cosme, um pai prestes a se despedir do filho, percebe em si, embora relute tenazmente em lhes conferir crédito, porque sabe, perfeitamente, que a viagem para o Brasil talvez seja a única chance de seu pequeno Joaquim não sucumbir à miséria, que lhes determinara o destino, até então.

Um barqueiro vem buscar o menino, para levá-lo até o navio de emigrantes, apressa-se em cumprir sua tarefa, não pode atrasar-se, mas Cosme, angustiado, já não sabe se deve ou não deixar seu menino partir. À tristeza do pai, em luta constante contra o pressentimento de que não mais tornaria a ver o filho, contrapunham-se as palavras do barqueiro, constrangido pelo choro intermitente do homem, que relutava em afastar-se do filho: “Assim! Lá porque o pequeno vai para o Brasil, não fique vossemecê a pensar que o não torna a ver! (...) há-de vê-lo que o não há-de conhecer, digo-lhe eu! Mais ano, menos ano, aparece-lhe aí, rico...”¹¹²

O final pungente do conto é elaborado com tintas trágicas. Desesperado, Cosme vê o barco afastar-se, enquanto as palavras de despedida do menino tornam-se mais e mais distantes, abafadas pelo marulho das ondas, no seu trabalho de conduzir a embarcação.

Esse sentimento de perda esteve evidente na literatura portuguesa do século XIX. Deixar a terra e a família compreendia muito mais que aventurar-se, no sentido de estar aberto ao desconhecido; compreendia também a incerteza do retorno. A emigração para o Brasil se tornou a aventura

¹¹¹ Trindade Coelho, *A Última Dádiva*. In: *Meus Amores*, Lisboa: Ulmeiro, 2000.

¹¹² *Ibid.*, p. 53.

“necessária”, para a qual era preciso um duplo esforço; tanto o de enfrentar o desconhecido e as incertezas, quanto o esforço de reunir coragem para deixar a família e os amigos.

A mãe, que aparece no texto de Fialho, esperou dez anos pelo retorno do filho, rezando todos os dias pelos que “mouream lá longe em terra estranha, e acaso possam voltar um dia reconduzidos `a paz do lugarejo em que nasceram.”¹¹³ A incerteza do retorno está contida na oração diária e mais avulta, à medida que as cartas revelam o insucesso do filho. Ele pede rezas “para que Nosso Senhor lhe conservasse a saúde”, lamenta o excesso de trabalho e o clima ruim. As cartas vão sinalizando o fracasso e a volta de mãos vazias, mas para a mãe isso não importa – “Pouco ou muito ele trouxesse, tudo é riqueza – disse a velha – para quem não tem senão a noite e o dia.”¹¹⁴. Ela é a imagem da pobreza, não possui absolutamente nada, seu único bem é a memória que traz do filho, por isso não pôde compreender por que o soldado, com quem conversava, lhe disse que depois de dez anos o rapaz haveria de estar muito mudado. “Mudado. O filho dela mudado!”. Não lhe parecia possível que a lembrança que guardava como um bem, a garantir conforto e alento durante os dez anos de espera, tivesse outra feição.

Finalmente a espera da velha chega ao fim, as luzes acendem-se na estação, “as cornetas dos guarda-agulhas” anunciam a chegada dos comboios e num instante a estação fica repleta de gente - passageiros, o homem da água, o homem dos pastéis, revisores, malas e mercadorias, em constante movimento fazem “reverdecer” o coração amargurado da velha, que, inquieta, procura em todas as faces, a imagem do rapazote; confunde o

¹¹³ Fialho de Almeida, *op. cit.*, p. 89.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 92.

seu vulto na multidão; corre enganada ao encontro de uns e outros; repassa todas as fisionomias procurando a do filho, até que encontra Clemente, de quem recebe a notícia: “ O seu José, tia Rosa, o seu José... morreu na viagem.”.

A promessa de um futuro esgota-se naquele momento. A extrema perda e a dor levada ao ápice traduzem-se em apatia absoluta, por isso tia Rosa não percebe o trem que “chama-a a si subitamente”. A parte final da narrativa acentua a insignificância da pobre mulher, em função do choque de forças absolutamente desiguais. Pequenina e trêmula, ela foi subjugada pela maquinaria fumegante e, nem ao menos, pôde ser enterrada no cemitério, porque o Cura da Pampilhosa alegou que ela tinha morrido sem confissão.

Depois do fatal encontro com a velha, o trem continuou a “correr em desfilada”; a poderosa e soberba máquina seguiu seu curso, simbolizando a força do progresso cujo avanço não poderia mais ser freado.

Nesse confronto desigual, entre o trem e a aldeã, é possível ver pelo menos uma das contradições embutidas no forte apelo ao progresso. Na década de 40, a ferrovia foi uma resposta entusiasmada à falta de condições favoráveis para a circulação de mercadorias, o que significava, na visão de muitos, a maior causa da pobreza no campo. No período, os meios de transporte estiveram no centro de discussões realizadas por portugueses que detinham notoriedade.

Garrett e Herculano, conscientes das contradições inclusas na proposta de regeneração do país, levantavam objeções à empolgação progressista pela qual a burguesia citadina se deixava levar. Garret demonstra seu juízo de valor em *Viagens na minha terra*:

... ó geração do vapor e do pó de pedra, macadamisae estradas, fazei caminhos de ferro, construí passarolas de Ícaro (...) E em pergunta aos economistas-políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de individuos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infamia, à ignorancia crapulosa, à desgraça invencível, à penuria absoluta, para produzir um rico?¹¹⁵

Percebe-se que incomoda a Garret a perspectiva de um futuro que poderia deixar atrás de si um cortejo de desvalidos. A imposição de um capitalismo “regenerador”, sempre em nome do crescimento e desenvolvimento do país, estava se efetivando ao largo das rotinas da vida portuguesa, especialmente as provincianas.

Com essa mesma atitude, Oliveira Martins discutirá a questão em seu “Projeto de lei de fomento rural”:

Quando nós em Portugal acordamos para a vida econômica, despertou-nos do nosso sono histórico o silvo agudo da locomotiva, e, estonteados por ele, supusemos que todo o progresso econômico estava em construir estradas e caminhos de ferro. Esquecemos todo o resto.¹¹⁶

No resto estava, por exemplo, a falta de instituições econômicas que pudessem intermediar os interesses portugueses, quando se estabelecessem concorrências com outras nações. E, ainda, uma questão crucial para Oliveira Martins: “Pelos caminhos de ferro, esquecemos a terra mãe omnípara de toda a riqueza; tratamos do instrumento, abandonando a matéria prima.”¹¹⁷. A política de modernização dos transportes caminhou desacompanhada de outras modernizações, que também se faziam necessárias, e a falta de

¹¹⁵ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa: Typ. Gazeta dos Tribunais, 1846, p.25. Obra digitalizada disponível em: <<http://purl.pt/55>>

¹¹⁶ José Serrão, *Temas Oitocentistas* – Para a História de Portugal no século passado - Ensaios, Livros Horizonte, 1980, p. 123.

¹¹⁷ José Serrão, *Temas Oitocentistas*, *op. cit.*, p. 124.

investimentos fomentadores da produção agrícola fez com que muitos trabalhadores vissem na cidade um universo ao qual queriam ascender. O desenvolvimento econômico ganhou, dessa maneira, um significado negativo que muitos autores portugueses quiseram evidenciar.

No conto, a explicitação dos antagonismos que a idéia de progresso congrega alcança seu apogeu na representação do caminho de ferro; o trem será a causa direta da instauração do novo ritmo de vida, que avança “luzindo”, “fumando”, “bramindo” - “poderosíssimo, cada vez mais crescente (...) ululando da goela dum subterrâneo profundo.”¹¹⁸

3.3 O filho mestiço

Assim como Fialho de Almeida e Alberto Braga, Pedro Ivo, também autor português do século XIX, escreveu a história do emigrado para o Brasil. Nesse caso, porém, no conto *Zé Sargento*, a morte impede que o camponês faça a viagem de volta e é seu filho, nascido brasileiro, quem o substitui no sonhado retorno à terra de origem.

Para atender ao último desejo do pai, pedido feito no leito de morte, o filho brasileiro empreende viagem a Portugal e faz edificar um majestoso templo na província em que seu pai havia nascido e deixado, muitos anos antes, quando decidiu tentar a sorte em terras distantes.

O narrador se refere ao filho do português como “brasileiro”, definição cujo valor adjetivo concerne muito mais ao grau de mestiçagem do que ao local

¹¹⁸ Fialho de Almeida, *op. cit.*, p. 88.

de nascimento. O brasileiro é “bastante moreno” de olhos e barbas muito negras, “espécie de adolescente feito homem por intervenção da estufa”. “É uma criatura de pés e mãos infantis que só conceberá bem quem já tiver visto uma mulher barbada e vestida com trajes masculinos”.¹¹⁹ Essa caracterização mostra o menosprezo do narrador pela figura mestiça, dando a entender que a mistura de raças produziu num ser “estranho”, “quase disforme”. As marcas da mestiçagem estabelecem a distância entre os moradores do lugarejo e o intruso, tolerado e recebido com cordialidade porque, desde a sua chegada, pagou muito bem os préstimos que lhe foram concedidos.

Em relação a esse tipo de “cordialidade”, com que os personagens portugueses trataram “o brasileiro”, pode-se dizer que as diferenças culturais foram ofuscadas pelo interesse. Para Benjamin Abdala Júnior¹²⁰, quando ocorre mescla de culturas, podem ser estabelecidos traços comuns de aproximação, mas não há eliminação do conflito. Enquanto construção, a cordialidade serve ao propósito de obscurecer a violência da imposição que o mais forte economicamente exerce sobre o mais fraco. Tomando como exemplo o Brasil do século XIX, Abdala Júnior enfatiza que a ótica da cordialidade contribuiu para descartar da memória historiográfica oficial brasileira os fatos que pudessem desestabilizar a noção de um estado nacional coeso, conivente com as ideologias das nossas oligarquias rurais, em que as diferenças já estavam definidas pela senzala.

No caso do texto de Ivo, vemos que a cordialidade apenas encobriu as diferenças entre o brasileiro e os portugueses; diferenças essas, bem marcadas

¹¹⁹ Pedro Ivo, Zé Sargento, in: *Serões d'inverno*, Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora Arthur Brandão, p. 189.

¹²⁰ Benjamin Abdala Júnior, Fronteiras Múltiplas, Identidades Plurais, in: *Geografias Literárias e Culturais: Espaços / Temporalidades*, Org. Lea Masina e al, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 49-58.

por uma oposição de ordem econômica definida pela facilidade de compra do brasileiro e a necessidade de venda dos portugueses. Os moradores da aldeia receberam o “mancebo moreno” com um misto de interesse e revolta. Alegres, ficaram aqueles que viram na negociação de terras com o brasileiro rico, filho do emigrado português, a possibilidade de um ganho muito superior a qualquer outro que viesse a derivar de acordos entre os moradores da localidade. Tristes, os que se viram privados, “por uma penada de tinta”, da terra que, durante tantos anos, lhes havia “bebido o suor”. A atitude cordial, nesse caso, recalçou os conflitos e essa maneira amistosa, com que o brasileiro foi recebido, encobriu um acordo tácito entre os moradores da aldeia, traduzido perfeitamente pelos versinhos populares com os quais um “refinado” avarento, muito conhecido ali por essa sua característica, explicou a aparente generosidade com que tratava o brasileiro; “quem o dá a quem entende, \ Não o dá que bem o vende¹²¹.

Os versos que servem de justificativa para a aparente benevolência demonstrada para com o intruso traduzem uma forma de compreender a relação entre as pessoas com base em um sistema de trocas; há um preço a pagar, tanto por quem acolhe, quanto por quem é acolhido.

Pode-se entender que os versinhos populares explicitam o dimensionamento, feito pela “sabedoria popular”, das concessões próprias de uma negociação: “quem o dá a quem entende; não o dá que bem o vende”. O acordo se estabelece a partir de um entendimento recíproco, o “dar” deverá ser entendido por quem recebe o favor (ou a benevolência) como sendo uma venda cujo preço deverá, obviamente, ser pago futuramente.

¹²¹ Pedro Ivo, Zé Sargento, *op. cit.*, p. 190.

O brasileiro é visto como um devedor, pois sua ida a Portugal é o resgate de uma dívida, que seu pai supostamente contraíra com a comunidade portuguesa, no momento em que resolveu partir para o Brasil. O pagamento é feito por meio da construção do templo, símbolo do progresso material conquistado pelo português, lá nas “longes terras” brasileiras. A portentosa construção se configura o pagamento à modesta aldeia que, privada dos melhores anos, do máximo da força produtiva de um de seus habitantes, cobra uma compensação, mesmo que a quitação da dívida venha pelas mãos do filho brasileiro.

Além de dimensionar a dívida como muito alta, na medida em que o templo é “majestoso”, “falado em seis léguas de distância”¹²², a construção termina por tentar justificar a partida, a ausência, o esforço daquele que um dia emigrara.

No texto de Ivo, o jogo de interesses fomentou uma atitude cordial, por parte dos habitantes da aldeia que, não só “tolerou” a presença do mestiço, como também os inúmeros inconvenientes que a construção do templo trouxe ao lugar. O pacato lugarejo viu surgir um exército de operários, ocupado na tarefa de extrair, a fogo, o granito das montanhas e a madeira das matas, o que gerou a movimentação incessante dos carros que transportavam os materiais para o local onde se erguia o templo.

Na narrativa, todas as atividades relacionadas à construção do templo foram associadas a agressões contra a natureza e, também, contra a memória pessoal ou coletiva dos moradores. A mata, que cercava a aldeia, desapareceu, os pinheirais estendidos pelo chão ficaram à espera da ação do machado,

¹²² Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 195.

enquanto os castanheiros se transformaram em pranchões. As montanhas, essas foram mutiladas pelas explosões; “estruendo de tiros” tiraram o sossego dos moradores... O narrador é categórico: as transformações causadas pela vinda do brasileiro são nocivas ao lugarejo. “Que coisa de seis meses! Que mudança na aldeia! Quem entrar pelo norte, quase que a não conhece.”. “Procuremos a causa de todas essas mudanças...”, “É tudo obra do Brasileiro.”¹²³

Incisivamente, o narrador destaca o poder de compra do estrangeiro e estende esse poder à compra dos valores, da tradição e dos afetos. A começar pela escolha do terreno, no qual iria ser construído o templo: “Há de ser aqui!” – pronunciou o brasileiro, ao se definir pelo local, privilegiadíssimo, de onde se podia avistar toda a povoação e os campos vizinhos. E com “mãos de príncipe”, empreendeu as negociações com os proprietários de terras; uns ficaram alegres, por serem gananciosos, (conforme a avaliação do narrador); outros exprimiam nas faces o pesar do lavrador, já saudoso “d’umas árvores que lhe havia abrigado a infância, ou que elle plantou e viu crescer.”¹²⁴

O “popularíssimo” brasileiro passou a ser recebido com “mesa posta” em todas as casas porque pagava pelo mais insignificante serviço. Desta forma, estabelecidos pesos, medidas e preços, a boa vontade dos habitantes da aldeia para com o filho do emigrado se estabelece, mesmo que aparentemente. O narrador, no entanto, não partilha desse acordo e opina desfavoravelmente sobre as ações do brasileiro, inclusive nos momentos em que se insere na narrativa. O fato de o rapaz ter vindo cumprir o último desejo do pai português não foi suficientemente forte para “redimi-lo da metiçagem” nem dos transtornos

¹²³Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 189.

¹²⁴*Ibid.*, p. 190.

causados pela construção do templo. A descrição do personagem se mantém sempre no mesmo tom depreciativo, e a narrativa insiste em mostrar que a tolerância demonstrada pelos moradores tinha um preço e estava sendo pago “com mãos de pródigo”. Tratava-se, portanto, de um acordo de interesses, que servia como justificativa para os bons modos com que os portugueses retribuíaam a prodigalidade do brasileiro. Mas havia sempre a impossibilidade de preencher o vazio deixado pelo emigrado, pois a emigração é vista como um desfalque que não pode ser compensado. A falta e o vazio, resultados da partida, serão sempre pagos artificialmente. Quem volta não é o mesmo que partiu e isso é trabalhado simbolicamente pela substituição do pai pelo filho. A mestiçagem, nesse caso, é o indicativo da diferença, vista como uma espécie de “contaminação”. O português emigrado torna-se “brasileiro”, também, porque faz o pacto com a modernidade, um pacto fáustico, fundado no desenvolvimento e no progresso. No momento da morte, ele se lembra da dívida para com a terra de origem e a transfere para o filho, que deverá, então, pagar a promessa feita pelo pai. Assim como *Fausto*, de Goethe, que aprende a construir e a destruir em nome do desenvolvimento e da criação de recursos¹²⁵, o filho anuncia o “progresso” com a construção do templo e a destruição da paisagem. Ele também observa, como Fausto, a organização do trabalho, o engajamento de trabalhadores, a escolha e compra das terras. A perspectiva é realizar, construir, transformar, de acordo com a perspectiva progressista que levou o português ao Brasil. O retorno impossível, resultado do pacto fáustico, está na impossibilidade de se apagar a morte - ela também

¹²⁵ Cf. Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. S. Paulo: Cia das letras, 1986.

uma decorrência da partida - e ao fato de que a terra nova, quando não mata o português, o transforma em um “outro”; no caso, no mestiço.

3.3.1 A terra da fartura

Em Zé Sargento, as relações estabelecidas entre os portugueses e o brasileiro nos dão conta de que a narrativa, ao deixar claro a falsa cordialidade e o desdém para com a aparência do mestiço, traduz um contexto muito específico mesclado pela precariedade da situação econômica portuguesa do século XIX, a qual gerou a intensa imigração para o Brasil.

A imigração foi o reconhecimento da fragilidade econômica e o resultado de um processo em que duas questões se destacam igualmente – de um lado, a constatação de que a terra de origem não pode (ou não quer) sustentar seus filhos e, de outro, a consciência de que a terra alheia é madrasta – escolhe seus preferidos, lhes dá fortuna e valor, enquanto abandona outros à míngua, obrigando-os ao retorno inglório, quando não os quer sepultar ela mesma. E, para Pedro Ivo, mesmo quando lhes dá fortuna, a terra nova compra a identidade portuguesa e a destrói.

Sampaio Bruno em *O Brasil Mental* escreveu que, enquanto havia subsídios do governo brasileiro, a emigração foi um “desaparecer contínuo de gente”. Quando, porém, não havia mais ajuda de custo, o governo português destinou essa “sobrepopulação” para a África. Em 1894, novecentos imigrantes foram disputar a insignificante paga para o árduo trabalho na lavoura. E foram, mesmo assim, porque as famílias não podiam, naturalmente, esperar indefinidamente por uma solução; havia fome a saciar: “Debandaram e

debandaram aos mangotes (...) é um tremendo quadro esse do êxodo coletivo, quase da nossa população agrícola e urbana. Portugal despovoou-se".¹²⁶ .

Também a Oliveira Martins preocupava a crescente imigração portuguesa no final do século XIX e ainda com mais um agravante: a concorrência da imigração italiana que, em 1888, mostrava-se progressivamente crescente. Ao autor inquietava, inclusive, o fato de que a falta de progresso econômico poderia fazer com que os emigrados portugueses, comparativamente aos imigrantes de outros países, fossem cada vez menos aptos a se distinguirem pela sua atividade útil. Além da perda contínua da força produtiva, havia o perigo da desqualificação dessa mão de obra.

Oliveira Martins fez um balanço da emigração, a partir de dados portugueses e de estatísticas publicadas em 1889, no artigo de Levasseur, "O Brésil". Ele orçou a saída de 14 mil emigrantes por ano, entre 1880 e 1888, isso sem contar os que saíram clandestinamente, desses, somente a metade retornava a Portugal. Sobre a expatriação, assim se expressou o autor:

...se a emigração de caixeiros, gente de comércio que se limita a sentar banca para fazer fortuna e regressar ao ninho paterno, tem como consequência natural a repatriação; a emigração de trabalhadores rurais, pelo contrário, tem como consequência também natural a expatriação. O caixeiro torna-se negociante, enriquece, e, vendo-se dono de um pecúlio maior ou menor, como esse pecúlio é dinheiro sem fixidez, líquida, recheia a carteira e volta a acabar regalamente a vida junto as carvalhas da sua infância, na praça nova do Porto ou na rua dos Capelitas de Lisboa (...) Lavrador, proprietário, os seus haveres não tem a mobilidade dos do negociante. E, além disso, a lavoura enche de amores quem a exerce, enraíza o homem no solo que lavra...¹²⁷

O número de repatriados parece a Oliveira Martins um grave problema, uma perda sem grandes vantagens econômicas, já que, em números, os sete

¹²⁶ Sampaio Bruno, O Brasil Mental, apud Joel Serrão, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, op. cit., p. 147.

¹²⁷ Joel Serrão, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, op. cit., p.141

mil expatriados representavam somente a remessa de 14 mil contos de réis por ano. O autor pergunta se “é bom negócio e uma indústria lucrativa essa nossa criação de gado humano para exportação.”¹²⁸. E ainda “É bom negócio vender sete mil cabeças de portugueses por tal quantia?”¹²⁹.

Oliveira Martins encara o problema, também, de um outro ângulo; ele vê a falta de perspectiva do trabalhador português na própria terra e considera que, se Portugal não “exportasse” as cabeças de portugueses, o país teria um suplemento de alguns milhares de pretendentes a qualquer tipo de emprego e parasitas a quem o governo teria que dar de comer. Logo: “sem subsídios do Brasil pela exportação da indústria da cria de gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos”¹³⁰.

Considerando esse quadro, compreende-se porque, durante muitos anos do século XIX, o humor nacional não poupou os que haviam “brasileirado”. Os que voltaram foram alvos de sátiras e epigramas e o sarcasmo cobriu a figura do brasileiro.

As narrativas do período nos oferecem várias leituras jocosas como a que aparece em *Anos de Prosa*, de Camilo Castelo Branco. Nesse texto, o narrador tenta fazer um “debuxo” de José Francisco, um brasileiro, que a qualidade de ser acionista do Banco Comercial do Porto se sobressaía à aparência infame para cuja descrição a narrativa precisou de uma página inteira. No “debuxo”, vemos perfeitamente as três barrigas, uma sobre a outra, na ordem imposta pela gravidade, suportadas pelos pés, “tartarugas envoltas em bezerro” e, também, a face; face de homem, “apesar doutros animais que lhe não disputam

¹²⁸ Joel Serrão, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, op. cit., p. 142.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 144

¹³⁰ *Ibid.*, p. 145.

os foros de humanidade, porque não tem um curso de história natural.”¹³¹. A descrição ainda enfatiza um outro dado: o Sr Andraes, o brasileiro de Coselhas, também era Comendador da Ordem de Cristo e retribuía favores com a “mão direita fechada, para que a esquerda não se espantasse de tanta prodigalidade”¹³².

No espaço ficcional de Zé Sargento, o filho que retorna é aquele cujo pai, tendo enriquecido, foi impedido pela morte de “voltar e acabar regaladamente a vida junto às carvalhas de sua infância”, como disse Oliveira Martins. De toda forma, retorna o “filho pródigo”, que recebeu o mesmo nome do pai, para ser acolhido no lar paterno. Todavia, como já foi dito, tal acolhimento é problemático, dando-se como uma forma de comércio.

A balança da negociação só, em aparência, é equilibrada e o narrador evidencia contradições. O poder de compra do brasileiro aparece nesse texto de Pedro Ivo com a marca do pacto fáustico e até da exploração. O intruso determina quais terras deseja comprar e, quando a compra, realmente, se efetua, alguns camponeses trazem, na fisionomia, o “pezar do lavrador, privado por uma pennada de tinta, da terra que tantos annos lhe bebeu o suor.”¹³³.

Conforme Oliveira Martins, a força do capital arranca as raízes que o homem cria no solo que lavra. Ao mesmo tempo, o dinheiro do brasileiro corresponde à entrada de capital no país e representa a força capitalista que, teoricamente, poderia sanar o atraso da economia portuguesa.

O narrador de Pedro Ivo insinua uma “inversão de papéis”, pois a antiga colônia, representada no conto pela figura do brasileiro, ganha poder por força do capital. Descrevendo o brasileiro como a “criatura de mãos e pés infantis”,

¹³¹ Camilo Castelo Branco, *Anos de Prosa*, 4ª. ed., Lisboa: Parceria A. M. pereira, LDA, 1973, pp.96-97

¹³² *Ibid.*, p. 99.

¹³³ Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 190.

um “produto da estufa”, o narrador não apenas marca a distância do filho em relação à terra do pai, mas também parece querer reverter, pela via do racismo, essa “inversão de papéis” operada historicamente. “Contaminado”, o filho mestiço distancia de um modelo, traz consigo uma suposta deformação.

De fato, o modelo de “ser” europeu, imposto aos povos colonizados, e à revelia do reconhecimento de qualquer identidade primeira, determinou para negros, índios e mestiços o destino de ver-se e reconhecer-se como um reflexo canhestro do povo que exercia o poder exploratório. A privação sistemática da identidade, durante a situação de subalternidade, rebaixava mais e mais o negro, na valoração ditada pela diferença racial. Se por um lado a superioridade do colonizador aparece fissurada em Zé Sargento, já que sua própria subordinação é representada, por outro lado instaura-se uma espécie de demonização do mestiço, e com ele de todo o projeto modernizador, no qual, o capital tem, sobre qualquer tradição, um grande triunfo.

Essa reflexão tem consonância com a seguinte formulação de Mignolo:

A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais, visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. Se a cosmologia ocidental é um ponto de referência historicamente inevitável, as múltiplas confrontações de dois tipos de histórias locais desafiam dicotomias.¹³⁴

Essa argumentação de Mignolo reporta-se ao fato de que nenhuma das histórias locais em choque, durante o século XVI, permaneceu inalterada. No caso específico de Portugal e Brasil, verifica-se que entre as decorrências desse embate está a forjadura de um imaginário colonial em que o racismo, vem sedimentando, desde então, a idéia de que a diferença racial já traz em si

¹³⁴ Walter Mignolo, *Histórias Locais / Projetos Globais Colonialidade Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*, Trad. Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 10.

uma valoração distintiva a qual, no processo de subalternização, tem a função de legitimar a subjugação tanto dos povos como do conhecimento. No século XVI, as atividades missionárias, foram “tradutoras” do mundo colonial, sendo que essa escrita selou as diferenças “visíveis” entre europeus e os povos que não sabiam escrever sobre si mesmos, condição que, no século XVIII, se explicita pela capacidade que os povos “com história” tinham de escrever a história dos povos que ainda não a tinham escrita.

No texto de Ivo, a relação de superioridade do português parece querer se afirmar pela diferença racial, no entanto ela desarticula-se em função da supremacia econômica do brasileiro. O poder que, anteriormente, conferiu à colonização portuguesa legitimidade para impor-se e criar a condição de subalternidade para nativos, negros e mestiços, transita, nesse conto, para as mãos do brasileiro rico.

A passagem do brasileiro pela aldeia, apesar de ter sido muito rápida, de apenas seis meses, se resumiu em perda para os moradores. O dinheiro modificou a paisagem do lugarejo, retirou a cortina de árvores que o cercava, privou alguns das terras que tinham sempre sido da mesma família e, finalmente, transformou o valoroso Zé Sargento em um homem triste e gasto pela bebida. Em troca, ficou o majestoso templo, “falado em seis léguas ao redor”, mas incapaz de reunir vinte fiéis nas cerimônias dos domingos.

Em muitas obras do século XIX encontramos faces similares dos “brasileiros” ou dos que “abrasileiraram” e muitas dessas versões reiteram o seu poder econômico. Exemplo pertinente pode ser visto no romance de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, quando o protagonista, um fidalgo em decadência financeira, recebe uma proposta de arrendamento de uma de suas

propriedades, feita por um lavrador, “o brasileiro, assim chamado por ter herdado vinte contos de um tio, regatão do Pará”¹³⁵. Aquele, a quem coube a alcunha, vestia aos domingos “uma sobrecasaca de pano fino” e podia contar com setenta votos na freguesia, uma situação próspera, inclusive politicamente, que ele conseguiu arrendando e cultivando as boas terras que não eram exploradas pelos fidalgos da região.

Falando sobre as implicações ideológicas contidas na valorização do espaço rural no romance queirosiano, Carlos Reis focaliza a situação do brasileiro de *A Ilustre Casa de Ramires*. Na sua ótica, o texto alude à capacidade do brasileiro de valorizar os recursos agrícolas que não eram explorados pelos fidalgos possuidores de grandes propriedades rurais, absolutamente ociosas. O brasileiro, portanto, parece “basear o poder (econômico e político) que já possui, na capacidade de valorizar o que os fidalgos desprezam: os recursos agrícolas do espaço em que vivem.”¹³⁶

Também Julio Diniz, em *A Morgadinha dos Canaviais*, descreve uma personalidade que soube enriquecer, a do senhor Eusébio Seabra, “chamado por antonomásia o brasileiro”. Esse personagem deixa a aldeia ainda criança e volta, quando já é um senhor de boa aparência cujo vocabulário e maneiras corretas traduziam um certo refinamento. Voltou rico do Brasil e fez construir, não um templo, mas uma casa cujo jardim mostrava enfeites de louça, pintados de verde e amarelo, “tinha mais fama nas aldeias vizinhas que os jardins suspensos da Babilônia”¹³⁷. Com “mãos de pródigo”, esse filho retorna, para distribuir pela aldeia, pequenas porções dos bons resultados de quarenta anos

¹³⁵ Eça de Queiroz. *A Ilustre Casa de Ramires*, in: *Obra Completa*, vol. II, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar SA, 1997, pp. 260-261.

¹³⁶ Carlos Reis, *O Espaço Rural no Romance Queirosiano: A Ilustre Casa de Ramires*, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1985, p. 285.

¹³⁷ Julio Diniz, *A Morgadinha dos Canaviais*, Lisboa: J. Rodrigues, 1920, pp. 178-179.

no Brasil: vestiu todos os santos dos altares, trocou o sino que há dez anos soava rachado e fez “a sua custa a festa do orago”. Assim ganhou prestígio, reconhecimento e poder político, que os botões de brilhante e o ouro que envergava mais enfatizavam; partes, sem dúvida, da paga pelos quarenta anos de árduo trabalho: “— a que cheguei eu?! Comi candeias acesas pelo Brasil, para arranjar um bocado de pão para o resto da vida; com isso me contento.”¹³⁸

Essa imagem do retorno bem sucedido percorre o conto *Zé Sargento*. Tal poder deformante exercido pela ex-colônia já está previsto em *O retrato dos pais*. Distante, o filho fornece os ditames para que os pais adquiram uma nova aparência, segundo os códigos aprendidos em outro país. Afirma-se, no contexto de Braga, a lei da origem, a manutenção de uma referência portuguesa que, às custas de um desenlace, resiste à deformação. No texto de Pedro Ivo, no entanto, o “mestiço” “macula” a “pureza” portuguesa, resguardado por um vínculo que, afinal, não pode ser negado. Sendo “outro”, ele vem do “mesmo” e surge como um presente que foi gestado no seio do passado – um fruto inesperado do expansionismo. Desta vez, portanto, há, por parte da ex-colônia, renitência, mas não resistência. Ao contrário dos pais que se recusaram à imposição de um outro código, muitos dentre os portugueses do conto *Zé Sargento* envolvem-se no pacto proposto. Nesse sentido, o empreendimento da conquista termina por revelar sua verdadeira natureza. Vista por uma ótica que resiste à toda mudança, a navegação representou perigosa inserção num mundo aberto, realizada sob a égide do capital.

No conto de Pedro Ivo, o filho executa uma avassaladora passagem cujo objetivo é bem definido: deixar em terras portuguesas as marcas dos resultados

¹³⁸Julio Diniz, *A Morgadinha dos Canaviais*, op. cit., p. 181.

obtidos por seu pai, o enriquecimento e a “contaminação deformante” O vínculo com a origem, lembrado e afirmado pelo último desejo do pai, expresso no leito de morte , não se estende para o brasileiro sem alterações. Homem de uma nova condição, ele pôde pagar com “mãos de príncipe” seu acolhimento, daí ter sido recebido na residência do reitor da freguesia, ter comprado as melhores terras e, ainda, ter podido levar consigo o grande amor de Zé Sargento.

3.3.2 Zé Sargento – honra e fracasso

Da mesma maneira que podemos entender o brasileiro como a representação dos que “abrasileiraram”, a descrição de Zé Sargento nos leva a ver a imagem do homem português, conforme o narrador de Pedro Ivo o concebe. Zé Sargento reúne todas as qualidades possíveis, “é o que se chama um rapaz às direitas”. O “santo rapaz”, como o narrador o pinta, deixou a carreira militar, quando recebeu carta da mãe informando-lhe que seu irmão mais novo havia morrido, de maneira que a velha estava só, sem ter quem lhe provesse o pão de cada dia. O rapaz pendurou a “baixa” na cabeceira da cama, guardou as divisas de Sargento junto à fita de bom comportamento militar e foi ganhar a vida oferecendo a força dos seus braços a quem quisesse dar em troca alimento para ele e para a mãe.

A descrição das qualidades de Zé Sargento continua: é “relativamente ilustrado (Sargento, é fazer idéa)” e “Deus déra-lhe o segredo de todas as aptidões”¹³⁹. As inúmeras qualidades do jovem português servem de andaime

¹³⁹ Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 186

ao confronto que o narrador estabelece entre ele e a figura do brasileiro. Os valores de nobreza e caráter são atribuídos ao português cujo rival era, justamente, a criatura “nascida da estufa racial”. Zé Sargento, forte e valoroso, representativo de tudo o que, na aldeia, resiste à deformação sofreu a presença incômoda daquele neto da terra portuguesa e viu ser destruído o seu sonho campesino de casa, ceia e sossego.

Na história de Zé Sargento há Maria, a quem o português dedica um sentimento representado como puro. Incapaz de vencer a timidez e declarar-se, o rapaz freqüenta a casa da jovem como amigo, sem se dar conta de que o brasileiro também está atento às qualidades da moça. Considerou calúnias os comentários e insinuações dos moradores sobre o fato de o brasileiro estar sempre muito próximo à casa de Maria. Não quis dar crédito às más línguas, porque “elle era capaz de arrebentar a própria cabeça n’uma pedra, se ella ousasse abrigar a minima dúvida ácerca da virtude de Maria”¹⁴⁰. Mas, infelizmente para Zé Sargento, o triângulo amoroso se estabelece e na resolução desse impasse, o interesse sobrepõe-se ao amor - Maria, apesar de amar o português, aceita a proposta de casamento feita pelo brasileiro.

Zé Sargento não culpa a mulher por ter aceitado a proposta: “Ella não tem culpa; eu nunca lhe disse que gostava d’ella...”¹⁴¹, tampouco o narrador a julga severamente, antes esclarece que havia um motivo para tal escolha. Maria não tinha sido criada para o trabalho como as outras aldeãs; filha única do velho Cosme, recebeu fina educação, apesar do incêndio que levou a família à ruína financeira e do qual saiu ilesa, graças à determinação do seu pai que a tirou das chamas com risco da própria vida. A moça foi educada pelo padrinho, um

¹⁴⁰ Pedro Ivo, *op. cit* 191.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 194.

frade beneditino, que percebendo nela uma inteligência superior a guiou para a leitura, afastando-a de qualquer trabalho que exigisse esforço físico.

Solitária, na sua condição de mulher instruída, Maria via-se diferente das outras moças e sentia pavor, ao pensar que, se o amparo do pai um dia lhe faltasse, só lhe restaria ter que trabalhar como costureira para as aldeãs, “raparigas estúpidas e boçais”, como ela as via. No entanto, uma parte de Maria invejava as rudes moças da aldeia, principalmente, quando as via esbanjar vigor físico no trabalho da lavoura ou quando no adro, aos domingos, as via dançar com os rapazes com os quais ela nunca poderia estar, pois a filha do Cosme, como era conhecida na região, era vista como uma moça pálida e frágil que, logo à primeira vista, denunciava a sua inaptidão para ser “mulher de casa”, capaz de conduzir os bois ou amassar e cozer uma fornada de pães.

O peso da decisão de Maria é atenuado por esse dado diferenciador: ela não era como as outras moças da aldeia. O texto de Ivo abre dois campos distintos; em um deles, as aldeãs, robustas, e incansáveis trabalhadoras, banhadas do suor despendido na ceifa; imagem, por extensão, da terra portuguesa. Em outro, Maria, que - com suas mãos de cera e braços de neve, serpeados por veias azuladas, exigidos apenas para o trabalho de segurar os livros – parece indicar simbolicamente as camadas cultas da gente portuguesa, ou mesmo a cultura de florescimento citadino, mais afeita aos “perigos” do cosmopolitismo e supostamente mais aberta à assimilação do novo. Maria é como alguém sem lugar definido e, assim, fica deslocada naquele universo de trabalho e vigor físico.

O narrador explica a escolha de Maria pelo brasileiro em várias passagens:

Aterrava-a a idêa de perder o pai, e vêr-se obrigada, para viver, a trabalhar como costureira, para toda aquella gente, que parecia considerá-la uma creatura imperfeita e inferior.

Será mister mais, para que o leitor fique sabendo que Maria sempre fôra desviada de todo trabalho que importasse fadiga... dera isso em resultado achar-se ella completamente deslocada na aldêa...”; “Nas danças do adro aos domingos, e em quanta esfolhada ou espadelada houvesse, já tinha Maria a certeza de não ter quem a chamasse a terreiro.

Rapariga a quem se dissesse: ó mulher!tu trazes hoje uma cara que nem a Maria do Cosme!... ficava sabendo que andava falta de côr.¹⁴²

Se a aldeia representa, metonimicamente, Portugal com sua identidade e tradições, ela teria que contemplar em si essa face do país que, segundo a ótica do autor, teria menos resistência ao pacto faustico. Explica-se, então, por que a moça aceitou de pronto casar-se com Torres, somente nomeado no conto, quando Maria dá a Zé Sargento a notícia de que iria casar-se.

O confronto entre os dois pretendentes afirma, mais uma vez, o poder de compra do brasileiro e, na ordem inversa, evidencia-se a dignidade do português, cujo amor incondicional o levou a aceitar, sem revolta, a decisão de Maria, apesar do intenso sofrimento.

Ironicamente, os rivais, tão diferentes um do outro, tinham algo em comum, foram os únicos rapazes a reconhecer a beleza de Maria. Intelectualidade e refinamento não eram apreciados pelos rapazes da aldeia, interessados em outras qualidades: “...como podia qualquer rapaz lembrar-se de a querer, se logo à primeira vista se conhecia que *aquillo* não era mulher que passasse uma semana inteira a sachar, que andasse seis léguas sem largar mão da sogá dos bois...”¹⁴³.

¹⁴² Pedro Ivo, *op. cit.*, pp. 183-184.

¹⁴³ Pedro Ivo, *op. cit.*, 183.

O narrador esclarece que havia um motivo para Zé Sargento se apaixonar por uma mulher assim, tão inútil para o trabalho do campo: também ele era “relativamente ilustrado... perdia horas seguidas a ouvir quem quer que o acaso lhe deparasse mais instruído do que elle...”¹⁴⁴ Tanto que os velhos da aldeia ficaram surpresos ao vê-lo abandonar a promissora carreira militar, trocar *bonnet* por um chapéu de palha de abas largas, quando o rapaz precisou, como bom filho que era, voltar “para valer à velha mãe”.

Trazendo simultaneamente a firmeza do campesino e a ilustração portuguesa, Zé Sargento converte-se numa espécie de emblema do país - sua face ideal. No final do conto, o confronto não é mais polarizado pela figura do brasileiro, e sim por Maria cujo retorno à aldeia se dá dez anos após seu casamento com Torres.

A beleza da moça parece ter se acentuado em função da boa vida de casada que tivera em Paris; voltou envergando a distinção dos que foram cercados pelos benefícios que “pode dar um grande nome, ligado a uma fortuna imensa” e traz também a mesma “mão de pródigo” de seu falecido marido: “só se falava na aldêa da senhora vestida de preto que déra cem mil réis ao snr. abade para os pobres da freguezia”¹⁴⁵: “... uma creatura ideal! D’uma pallidez notavel”, diz o narrador antes de mencionar que o olhar melancólico da jovem viúva despertava em quem a via o desejo de ajoelhar-se reverentemente diante da bela criatura.

Maria livrou-se da condição de costureira, perspectiva que a atormentava e que certamente seria o destino do qual não poderia fugir, posto que seu pai morreu oito dias depois de ela ter se casado com o brasileiro. No lugar de

¹⁴⁴ Pedro Ivo, *op. cit.*, 186.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 197.

trabalhar para as moças rudes do lugarejo, ela tem marcas de uma superioridade social. Rica de nascimento, Maria não sofreu diretamente os reveses da sorte que reduziu seu pai, da noite para o dia, “a pouco mais que pobre”.

O narrador nos dá conta do refinamento que senhora toda vestida de preto dizendo que era evidente, até para o menos entendedor, que aquela moça era um “d’estes seres privilegiados, nascidos em berço d’ouro, rodeiados de todas as regalias...”¹⁴⁶

A volta de Maria à aldeia, por apenas dois dias, tem um motivo, Ela quer rever seu único amor, conforme confia à amiga que a acompanha. O encontro desejado se dá de forma inesperada, acontece no momento em que Maria, com o objetivo de pedir uma informação, chama a atenção de um pobre trabalhador que está entretido no seu trabalho de cavar a terra, e lhe pergunta se ele conhece Zé Sargento. A resposta positiva e inesperada “*um seu criado, minha senhora*” fez recuar a viúva que não havia reconhecido naquele trabalhador o amigo de outrora. Maria, então, levanta o véu que lhe cobria a face e se mostra a Zé Sargento, que finge não a reconhecer, sem contudo conseguir evitar que um brilho delator lhe assomasse o olhar, mesmo que por breve instante. “Vossemecê não me conhece, pois não?”, insiste Maria, mas é uma negativa que recebe como resposta. Sela-se, dessa forma, a distância que deve permanecer entre eles e que o gesto final de Maria intensifica, pois sua ação de querer pagar pela informação recebida, tende a explicitar o grau da distância que os separa.

¹⁴⁶ Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 197.

Traindo a sua assimilação dos elementos trazidos pelo marido, a moça repete o gesto que era habitual ao brasileiro - pagar com mãos de pródigo pelos mais insignificantes serviços; porém, como resposta à intenção, apenas ensaiada, encontra nos olhos do pobre trabalhador tal indignação que, constrangida, torna a guardar o dinheiro no bolso do vestido.

Com esse encontro final, o narrador estabelece a distinção entre a firmeza do homem e a maleabilidade da jovem. Enquanto Zé Sargento, já grisalho, e gasto pela bebida, sufocou orgulhosamente sua mágoa, aparentando indiferença; Maria, por seu turno, depois de contar à amiga que aquele “broeiro” tinha sido seu único amor, encerra a conversa que vinha travando com a acompanhante, dizendo: “Vamos embora! Vamos para o Porto”. De fato, ela não se dá conta da lágrima que ele deixa cair, enquanto enterra a enxada no chão.

Ficam assim estabelecidos os contrastes. O lado justo, firmado pela imagem “pura” do português, movido pelo sentimento e ligado à terra de origem, opõe-se primeiramente ao mestiço e em seguida a um Portugal que se desenraíza e se entrega à venalidade e à deformação. Mas a tragicidade que atinge Zé Sargento, privado da carreira militar, do amor e condenado à pobreza está presa, assim como suas qualidades, à sua situação de camponês. Paradoxalmente, essa condição que determina o fracasso recebe a atribuição de valores que o dinheiro não consegue corromper. A existência do trabalhador é, ao mesmo tempo, mostrada sob os signos da privação e da exemplaridade – aliam-se privação e ganho moral. Esses paradoxos nos permitem ver a narrativa de Pedro Ivo como expressão de um conflito, pois para Zé Sargento não há opções possíveis, seu destino é estar ali, a trabalhar a terra onde

nasceu - idéia expressa com clareza pela frase que encerra o conto: “Trabalha Zé Sargento! Trabalha, pedaço de bruto!”.

Dez anos depois de seu casamento, Maria retorna à sua terra, ela quer rever o que deixou para trás, mas não reconheceu na nova paisagem os locais que trazia guardados na memória. Procurou o campanário da velha igreja e foi, lentamente, reconstituindo os trajetos até se dar conta que o hotel Paris, justamente onde estava hospedada, naquele momento, tinha sido construído no mesmo terreno, onde antes ficava a casa de seu pai.

O narrador mostra as mudanças ocorridas na aldeia como se tecesse um pano de fundo no qual registra, sobretudo, um olhar crítico sobre o progresso que elevou a aldeia à condição de cidade. A via-férrea, por exemplo, não aparece como condição de desenvolvimento, mas sim com o mesmo poder destrutivo que Fialho de Almeida enfatiza em *O Filho*. Se naquele conto, o trem é a máquina-monstro, com olhos de sáurio, potente em sobrepujar os valores camponeses; nesse conto de Pedro Ivo, além do poder destrutivo, a via-férrea acarreta degeneração dos valores e decadência dos costumes. Em volta da estação, uma população “híbrida, viciosa e malandra”, veio instalar-se em casarias “tolas, pretensiosas e ridículas”. E trouxe ainda toda sorte de malefícios. O narrador estabelece um antes e um depois, sendo que nesse último momento encontram-se os aspectos negativos. Há dez anos não havia bêbados na aldeia, hoje, “dão lucro seis tabernas”; crianças esmolam pelas ruas com o consentimento das mães, às festas familiares, as moças preferem o movimento da estação, onde ficam, ouvindo as bobagens dos passageiros.

“Há dez anos”. O início das modificações nocivas está perfeitamente datado e foi, justamente, quando teve início a construção do templo; a ênfase

recai mais uma vez na “obra do brasileiro”, obra que se constitui o marco inicial tanto da devastação da natureza quanto da degeneração moral, pois “há dez anos”, o humilde campanário conseguia reunir toda a aldeia e muitos assistiam às missas, do adro, expostos ao sol e à chuva; mas “hoje”, o majestoso templo está quase vazio. E o bom abade que, antes, era amigo e conselheiro do povo rude do lugarejo, incapaz de demonstrar preferências por este ou por aquele, não é mais o mesmo; passou a usar frases em latim e a dizer coisas inteligíveis, dirigidas apenas a meia dúzia de figurões, enquanto os aldeões humildes ressentem-se da indiferença com que são tratados pelo religioso.

“A aldêa, onde o leitor e eu vínhamos passar nossas férias não escapou ao influxo. Está insupportável”¹⁴⁷. O texto insere narrador e leitor no contexto ficcional, como a insinuar a existência de uma causa comum que consiste na rejeição categórica da noção de progresso, consoante o modelo de desenvolvimento que se faz presente na história de Zé Sargento. Os antagonismos quanto aos modos de vida, sempre diferenciados pelo “antes e depois”, estão identificados com a instauração das vias férreas que, na ótica do narrador, trouxe modificações indesejáveis. Esse desacordo entre a idéia de progresso e a manutenção dos valores e costumes provinciais persevera, em Zé Sargento, pela crítica enfática à desfiguração da paisagem e à decadência moral. A degeneração dos costumes encontra seu ápice na passagem em que as mães portuguesas, simbolicamente as guardiãs das tradições familiares, já não demonstram a mesma firmeza em relação à manutenção da “boa moral”. “As boas donas de casa”, como as chama o narrador fecham os olhos aos novos hábitos das filhas que, muito arrumadas, deixam-se ficar encostadas nas

¹⁴⁷ Pedro Ivo, *op. cit.*, p. 195.

paliçadas da estação. Indignado com a atitude omissa das mães, o narrador exclama: “E consentem nisto ellas!” E ainda: “Consentem que os filhos mintam e mendiguem! Ellas que nunca tiveram bôcca para dizer que não, quando um mendigo verdadeiro lhes pedisse um bocado de pão pela sorte dos filhos.”¹⁴⁸

Se até mesmo as mães não conseguiram resistir à influência dos hábitos citadinos, o futuro não pode deixar de ser sombrio: “E se isso assim está agora, que fará quando se abrir o botequim nas lojas da casa, onde está o Hotel de Pariz, no terreno outróra occupado pela casa do Cosme!? Pobre Cosme! Como elle arregalaria os olhos, se pódesse ressuscitar!”¹⁴⁹

Embora o narrador seja firme no seu julgamento, o texto também deixou evidente um outro aspecto que a figura de Zé Sargento espelha e reitera. A esse personagem coube o papel de representar o campesino português, ganhou todas as qualidades morais, aptidão física, doçura de temperamento, mas o que fica evidente é que todas as potencialidades do rapaz ficaram adormecidas, foram embotadas pelo trabalho na enxada. A sua existência vazia, sem qualquer perspectiva de melhoramento contrasta duramente com a figura de Maria, refinada e culta. A escolha de Zé Sargento, deixar sua carreira promissora, pela vida na aldeia o condenou à vida, que Maria tanto temia e da qual escapou ao trocar o amor pelo dinheiro do brasileiro.

¹⁴⁸ Pedro Ivo, *op. cit.*, p., 196

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 196.

3.3.3 A parábola invertida

É possível encontrar, nas três narrativas, que constituíram o estofado do segundo capítulo, paródias irônicas ao enredo evangélico do filho pródigo.

Parábola significa narrativa curta que encerra uma moral, comunica uma lição ética por vias indiretas ou simbólicas¹⁵⁰. O conjunto de seus elementos evoca, por comparação, outras realidades de ordem superior. Em S. Mateus, cap. XIII, v. de 10 a 15, encontramos a seguinte passagem:

Seus discípulos, se aproximando, disseram-lhe por que falais por parábolas? E, lhes respondendo, disse: por que para vós outros, foi dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas para eles não foi dado. Eu lhes falo por parábolas, porque vendo, não vêem, e escutando não ouvem nem compreendem.¹⁵¹

O diálogo entre Jesus e seus discípulos esclarece o fim didático da parábola: fazer ver a quem não vê e favorecer o entendimento para quem ouve, mas não compreende. O método consiste em fazer com que, na referência à vida comum e aos interesses humanos, desvelem-se princípios que servem, no final das contas, para elucidar uma verdade primordial. A natureza pedagógica da parábola bíblica estende-se, de modo recorrente, ganhando, a cada situação particular, novos matizes. Assim, a volta do filho pródigo tornou-se um motivo freqüente na literatura.

O capítulo XV do Evangelho de Lucas¹⁵² conta que um jovem juntou seus pertences e partiu para terras longínquas. Lá, esbanjou o que possuía. Pobre e faminto volta à casa e é recebido festivamente pelo pai. Em resposta à revolta

¹⁵⁰ Massaud Moisés, *Dicionário de Termos Literários*. 5ª. ed., S. Paulo: Cultrix, 1979.

¹⁵¹ Bíblia, Evangelho de S. Mateus, capítulo XIII, S. Paulo: Edições Loyola / Editora Santuário, 1993.

¹⁵² Bíblia, *op.cit.*, Evangelho de Lucas, capítulo XV, Versículos 11 a 32

expressa pelo filho mais velho em reação à benevolência com que o irmão mais novo estava sendo tratado, o pai retrucou: “Filho, tu sempre estás comigo, e todas as minhas coisas são tuas. Mas era justo alegrarmo-nos e regozijarmos, porque esse teu irmão estava morto e reviveu; tinha-se perdido e foi achado.”

Sempre dedicado ao pai, o filho mais velho não consegue entender por que o irmão mais novo – um transgressor da ordem familiar – é recebido com festas. No entanto, apesar desse conflito manifestado no momento do retorno, a volta do filho pródigo efetiva-se, no evangelho, como um momento completo, uma ação definitiva. Aquele que retorna integra-se à ordem, de uma vez para sempre, de modo perfeito, definitivo.

O mesmo não acontece nas três narrativas estudadas. Em *Zé Sargento*, o retorno falha, quem retorna de fato não é o filho que partira. Trata-se de um outro, marcado pela mestiçagem e sem os mesmos laços com a origem. Sem pátria definida, o “brasileiro”, então, é condenado à errância e terminará seus dias em Paris. Alberto Braga também fala de um retorno impossível, mas no caso de *O retrato dos pais*, na história do retrato imperfeito, a própria origem dilui-se, perdida nas malhas do tempo. Recusando adequar-se a um novo código, os pais decidem, simbolicamente, morrer. Por fim, a ironia de Fialho de Almeida impõe ao motivo um tratamento trágico. O seu texto é aquele que mais explicitamente enfrenta a figura da morte, oculta nesse desenraizamento vivenciado como perda. Em *O filho*, aquele que partira não retorna, porque morreu. Para o passado não há futuro; tudo o que da aldeia poderia projetar-se em direção a um futuro termina por morrer, esmagado pelos frutos do progresso. Todavia, a inversão da parábola não atinge apenas o retorno, em

todas as três narrativas negado, tornado impossível. A ironia também alcança o valor da origem.

Jairo Postal, autor de uma análise semiótica do texto A Parábola do Filho Pródigo¹⁵³, levanta duas oposições semânticas que erigem o sentido desse texto bíblico: independência e dependência – riqueza e pobreza. O filho, após receber a parte da herança que lhe cabia, torna-se independente e parte para “terras longínquas”. O retorno o leva ao ponto inicial, à relação de dependência com a casa paterna. Além disso, de rico, o filho se tornou pródigo, ou seja esbanjador; em decorrência é duramente castigado pela pobreza. O retorno à origem, portanto, é algo benéfico ao ser errante. Também esse aspecto aparece nas narrativas de Braga, Fialho de Almeida e Pedro Ivo, mostrado pelo avesso. Nos contos, o valor da origem deteriora-se pelo fato de que a casa paterna não pode (ou não quer) convidar os filhos a uma volta jubilosa. Não há, como na parábola, “um bezerro cevado” para o jantar, nem as melhores roupas para vestir o filho, não há abundância; em contrapartida, há falta, pobreza e indiferença.

Em Zé Sargento, a casa de origem recebe o filho com falsa cordialidade, vê-se que a marca da mestiçagem abala os vínculos de sangue, louvados sempre numa ótica tradicional. No conto de Fialho, a terra de origem se abre para receber carinhosamente o filho fatigado, mas ela só tem a oferecer, o mísero sustento, simbolizado pelo farnel que a mãe carrega na taleiguita de estopa. Não há bens, tampouco futuro, só a morte o aguarda. E, finalmente, no texto de Braga, a origem é altiva, mas impotente. Os pais não têm força para impor ao filho a imagem “mais válida” e “mais autêntica”.

¹⁵³ Jairo Postal, Análise semiótica do texto A Parábola do filho pródigo, Revista Integração, ano XIII, no. 48, disponível em: <http://www.usjt.br/prppg/revista/integração_48.php>

Em síntese, nas três narrativas a volta a casa é vedada aos que escolhem partir para “terras longínquas”. Não foi possível a reconciliação dos filhos com a terra de origem, pois o vínculo se dissipou no tempo e na distância. A viagem perde, então, o sentido de aventurar-se e ganha outros significados: fuga, abandono, ausência, perda... desenraizamento visto como morte. Talvez por isso não haja perdão para os que “abrasileiraram”.

4. OS “BRASILEIROS”, AQUELES QUE VOLTARAM.

O fato de as referências à antiga colônia e aos que “abrasileiraram” serem freqüentes, na ficção portuguesa do século XIX, não significa que havia, por parte dos escritores, grande interesse pela literatura e cultura brasileiras. Somente a partir de 1889, periódicos como o *Almanach e Brasil-Portugal* deram alguma atenção a autores e poetas brasileiros. No entanto, circulava um grande número de discursos luso-brasileiros preocupados em garantir uma política de bom relacionamento, capaz de acordar interesses diversos das duas nações. A tônica dos discursos colocava o Brasil como um prolongamento de Portugal, país que, por sua vez, era elevado à condição de agente do “progresso”. Pelo prisma do Positivismo, os descobrimentos faziam parte de uma prática civilizadora, logo necessária aos povos colonizados para que pudessem se elevar ao padrão cultural das sociedades européias.

Mesmo depois da Proclamação da República, independentemente de divergências acirradas decorrentes da emancipação política brasileira, ainda eram freqüentes as idéias de irmandade entre os dois países, ou da “paternidade” portuguesa, pois se considerava que o feito de Pedro Álvares Cabral tinha o mérito de ter sido fundador da nação brasileira, enquanto a ação colonizadora (absolutamente necessária à evolução e ao progresso, conforme preconizavam as linhas do pensamento positivista, então corrente) recebia o mérito de ter “criado” o Brasil, fornecendo-lhe condições de desenvolvimento para que, na maturidade, pudesse se tornar independente. E sob esse olhar, essa seria a condição de independência que a Proclamação da República, de certa forma, estaria atestando.

Ao longo do século XIX, a imagem do Brasil na literatura portuguesa oscilou entre os conceitos positivo e negativo, conforme os acontecimentos sociais e políticos foram redefinindo as relações entre os dois países. As influências mútuas entre portugueses e brasileiros refletiam opiniões diversas sobre as tendências de aproximação que inúmeras iniciativas de manifestações cívicas procuravam incentivar.

Maria Isabel João, em seu artigo *Percursos da Memória: centenários portugueses do século XIX*¹⁵⁴, faz uma retrospectiva das grandes celebrações que tiveram grande repercussão no Brasil, em função, sobretudo, do forte empenho das comunidades portuguesas residentes na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro. A autora procurou destacar o significado ideológico que esteve associado a essas realizações e aos discursos (enfáticos em proclamar os laços fraternos), produzidos em Portugal e no Brasil.

Nesse artigo, Maria Isabel João destaca a origem remota e a larga tradição das cerimônias públicas que celebravam acontecimentos importantes para a comunidade portuguesa. Os festejos faziam parte de práticas ritualizadas que serviam à noção de pertencimento a um grupo e de identificação com a coroa. A procissão comemorativa da Batalha de Aljubarrota, cujo início foi no século XVI, assim como as festividades que relembavam as guerras e vitórias ocorridas durante a ocupação das tropas napoleônicas são significativas desse propósito de valorização da pátria. No final do século XIX, já havia um calendário comemorativo dos centenários de nascimento e morte de

¹⁵⁴Maria Isabel João, *Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX*, Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, número 8, edição de janeiro-março de 2000, Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm>>

personagens e acontecimentos importantes da história portuguesa, de forma que as celebrações aconteciam com certa regularidade.

Nas comemorações do tricentenário da morte de Camões, em 1880, foram salientados os laços fraternos e o “vínculo moral” existente entre as duas nações. A revista *O Occidente* referiu-se à linguagem camoniana como a linguagem de um gênio que foi herdada pelos dois povos; em *O Positivismo*, um dos artigos dizia que a herança deixada pela colonização portuguesa seria o elo unificador do grande território e, em um outro, Teófilo Braga escreveu que o Brasil representava um novo momento da nação portuguesa. É importante frisar que esse outro momento trazia como força matriz o movimento republicano e que foi justamente Teófilo Braga um republicano que viu no tricentenário da morte de Camões uma oportunidade de propaganda patriótica. A iniciativa de eleger Camões como o vulto histórico representativo, por excelência, da pátria portuguesa era tocar diretamente o público a que se dirigia o espetáculo das comemorações. Tratava-se de um público capaz de apreciar as glórias da nação, seus símbolos, brasões e heróis, mas ainda indiferente a conceitos como povo, progresso e ciência, pilares do pensamento positivista que norteava o movimento republicano português.

Em Lisboa, as comemorações primaram pelo efeito dos grandes espetáculos; carros alegóricos levaram pelas ruas a imagem gloriosa da pátria e cada veículo representava um bem preciso, digno de ser rememorado pela coletividade. Desfilaram: o galeão dos descobrimentos; símbolos das colônias africanas e asiáticas, da antiga cavalaria e, também, a Escola Militar e a estátua de Gutemberg. O patriotismo foi a linguagem utilizada pelo Partido Republicano

para se fazer ouvir e atrair adeptos. Se Camões representava a pátria, poderia muito bem representar a República.

No Brasil, a repercussão dessas comemorações abrigou o fundamento ideológico que movia as comemorações do tricentenário da morte de Camões idealizadas por republicanos portugueses e é, nesse sentido, que a idéia de cooperação mútua em prol de um desenvolvimento comum é adotada para estreitar os laços fraternos.

Maria Isabel João menciona, na retrospectiva que faz das grandes celebrações cívicas realizadas no século XIX, alguns discursos e textos bastante significativos do desejo de união de interesses e cooperação mútua, nessa fase de “maturidade” da ex-colônia. As palavras do responsável pela inauguração da *Exposição Camoniana*, realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, salientaram que a obra do poeta não era exclusiva do “pátrio ninho”, mas um tesouro que pertencia a todos. Os jornais brasileiros, por sua vez, dedicaram números especiais aos eventos e os representantes da imprensa diária escreveram, principalmente, sobre a forma como as duas nações irmanavam-se sob a égide de Camões.

Depois do centenário da morte de Camões, foi celebrado o Centenário da Índia, quatro séculos depois da chegada de Vasco da Gama a Calecute. Novamente um cortejo cívico levou a glória da pátria pelas ruas de Lisboa e entre as inúmeras iniciativas como exposições, espetáculos teatrais e provas desportivas, também teve relevo o programa editorial, não só pelo número, como pela qualidade das publicações. Repete-se nessas festividades o princípio norteador do centenário anterior: a propaganda patriótica, daí os discursos também versarem sobre os benefícios dos descobrimentos para a

civilização dos povos. No Brasil, independentemente de a Proclamação da República ter circunscrito os festejos no âmbito das associações e comunidades portuguesas, inúmeras celebrações foram realizadas com grande visibilidade. João Pereira Monteiro, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, elogiou a colonização portuguesa, principalmente pelo legado civilizador que retirou as “escuras regiões” da “barbárie”.

Já as festividades do quarto centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral não tiveram grande repercussão em Portugal, dadas as dificuldades de ordem econômica que afligiam o país, no final do século XIX. A manutenção da soberania nas colônias africanas, a crise agrícola e a concorrência que as exportações portuguesas enfrentavam no mercado estrangeiro suplantaram qualquer lenitivo que a exaltação das glórias da pátria pudessem proporcionar. No Brasil, no entanto, inúmeras celebrações públicas foram realizadas com grande sucesso e reafirmaram a intenção recíproca de manter os laços fraternos e o reconhecimento de que a pátria brasileira devia seu nascimento à força expansionista dos portugueses.

A intenção de estreitar os laços fraternos, por meio do reconhecimento de elos históricos indiscutíveis, expressava, sobretudo, o interesse de alguns segmentos em manter o monopólio português das atividades relacionadas ao pequeno comércio urbano, além de respaldar a imagem de um país receptivo à emigração. Contudo, a onda crescente de emigração portuguesa se configurava uma forte presença estrangeira que esbarrava na desvinculação do Brasil com o modelo português, marca de um passado colonial que significava, sob a perspectiva dos brasileiros, atraso e dependência.

As representações, positivas e negativas, de portugueses e brasileiros eram expressas por ataques e réplicas veiculadas pela imprensa dos dois países. Textos e caricaturas fomentavam dos dois lados uma imagem recíproca que transitava entre os pólos de amizade e rancor, na proporção em que as conjunturas sociais e econômicas iam delimitando áreas de interesse e lucro. Eça de Queirós, muito mordaz, dirige aos portugueses a constatação:

... quando vês o brasileiro de frente, estalas de riso – e se o visses de costas? Morrias de fome! E a prova é que tu – que em conversas entre amigos, no café, és inesgotável de facécia sobre o brasileiro – és no jornal, no discurso ou no sermão, inexaurível de glorificações ao Brasil. Em conversa é *macaco*; no jornal é a *nação irmã!*¹⁵⁵

Imagens divergentes traduziam antagonismos e preconceitos; em Portugal, os jornais alimentaram a construção de um estereótipo literário para o “brasileiro”. As *Farpas* de Eça de Queirós elaboraram a seguinte definição:

Há longos anos, o brasileiro é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. (...) Nós temos o brasileiro: grosso, trigueiro, com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão...¹⁵⁶

Na visão de Eça, esse “modelo” de brasileiro não guarda nenhuma qualidade simpática para os portugueses, porque esses ainda não se deram conta de que são, na verdade, exatamente iguais aos que são alvos de suas críticas, apenas não “desabrocharam”, como aqueles, ao sol tropical. O calor

¹⁵⁵ Eça de Queirós, O Brasileiro, Transcrito de As Farpas, no. 10, ano 2º., 1872, in: Benjamin Abdala Júnior, *Ecos do Brasil Eça de Queirós Literatura Brasileira e Portuguesa*, (Org.), São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 127.

¹⁵⁶ Eça de Queirós, O Brasileiro, *op. cit.*, p. 123.

seria, então, segundo a explicação do autor, o grande responsável pelas visíveis (e risíveis) diferenças entre portugueses e brasileiros.

Sobre esse eixo, seguiu-se toda a argumentação sobre a influência do calor tanto no físico e hábitos, quanto nas qualidades morais. O texto alternou condições de maior ou menor desenvolvimento das espécies vegetais, mostrando que entre o lá (Brasil) e o cá (Portugal) havia o dado diferenciador, a “fácil explicação” para as diferenças entre portugueses e brasileiros, (ou para os que “abrasileiraram”), e esse seria o sol tropical. A analogia versou sobre as mirradas bananeiras, nascidas no clima português, e as grandes espécies, abundantes de bananas, que se desenvolviam sob o sol do Brasil. Assim, também, o homem português – acanhado, vestido de cores escuras, discreto e “concentrado” – se exposto ao calor tropical poderia “desabrochar” em brasileiro. Esse exemplo é o preâmbulo que serve para amadurecer a ironia das “farpas”, porque Eça quer chegar à constatação que o português guarda o gérmen do brasileiro dentro de si (aqui voltamos à questão da paternidade portuguesa), e que esse “desabrochar brasileiro” é a manifestação de uma natureza, ainda embrionária no português, quando em clima frio. O escritor compara o “gérmen do Brasileiro” a uma “tênia” cujo crescimento é preciso impedir, e a forma é fugir ao calor. “Buscar as salas frias”, “banhar-se”, para, assim, afogar, recalcar o brasileiro, que insiste em aflorar, quando o clima é propício. “Meus Senhores: Ser brasileiro pode acontecer a todo mundo: basta uma soalheira”.¹⁵⁷

Nessa mesma linha, Eça analisa a questão das qualidades morais e o faz usando um exemplo indireto, mas incisivo:

¹⁵⁷ Eça de Queirós, *O Brasileiro*, *op.cit.*, p. 126.

O espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passado para o sol do Equador nas Antilhas Espanholas, torna-se o espanhol violento, vaidoso, sanguinário, ruidoso e febril!

A conclusão que vem a seguir é determinante: “Pois bem, eis aí: O Brasil é Portugal dilatado pelo calor”¹⁵⁸

Embora seja calculadamente irônica e mordaz, a argumentação desenvolvida por Eça assenta-se na imagem, até então, tradicional de “paternidade” portuguesa, tônica dos discursos luso-brasileiros. Para Eça, rir dos brasileiros é uma injustiça, já que “eles vêm de nós!”¹⁵⁹.

Essa concepção do brasileiro como prolongamento do português faz parte de um sistema de representações que foi sendo composto a partir de uma dinâmica complexa, determinada por relações históricas e econômicas em constante mutação. Inúmeros acontecimentos sociais e políticos, tanto no Brasil quanto em Portugal, foram atuantes nesse rede de representações do “ser brasileiro”. As posições ideológicas não foram, portanto, uniformes, mas a idéia de “paternidade portuguesa” parece ter sido uma constante na mentalidade do século XIX, visto que até mesmo Eça de Queirós parte dessa figuração para alertar seus compatriotas a respeito da existência de uma “condição natural”, latente em todo português, que deve ser vigiada e recalcada. Ele alerta para os sintomas:

Quem o não tem sentido agitar-se, como um feto no seio da mãe? – Fitaís às vezes um corte de colete verde com pintas escarlates? – É o brasileiro a remexer por dentro. – Desejais inesperadamente feijões pretos? – É o Brasileiro (...) Certos mau gostos que vêm como enjôos, certos apetites de lombo de porco com farinha de pau que vêm como tonturas, certas necessidades

¹⁵⁸ Eça de Queirós, *O Brasileiro*, *op.cit.*, p. 124.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

de coçar os joelhos que aparecem como preguiças – é o brasileiro, o cruel brasileiro que dentro de vós, no vosso seio se agita, influi, domina, tiraniza. Ah portugueses, sabeí-o! Vós estais sempre no vosso estado interessante – dum brasileiro!¹⁶⁰

A concepção negativa de que o português traz em si o brasileiro, enquanto embrião do mau gosto, afirma a idéia de que o colonizador “cria” os colonizados à sua imagem e semelhança. E, no caso específico do Brasil, há um elemento diferenciador que é perigoso: os descendentes da pátria-mãe, sob a influência direta do sol tropical – desabrocham e expõem as qualidades negativas que o português recalcou às custas de muitos séculos de desenvolvimento europeu. Contudo, recalcar não é extirpar. Eça exemplifica: “E tem-se visto portugueses ilustres subirem à tribuna parlamentar e com o calor, a comoção, o ar abafado abrir a boca e depositar o brasileiro.”¹⁶¹

A crítica ferina do escritor, aparentemente direta, não se dirige, somente, aos que “brasileiraram”, mas também às relações de dependência econômica baseadas na emigração e na falta de atitudes efetivas do Estado Português para resolver a condição de atraso da economia portuguesa. O recado aos brasileiros, com que Eça termina seu texto, se constitui uma crítica à inércia dos portugueses diante do estado econômico deplorável do reino e, apesar de avultar o tom mordaz e cínico sobre o mau gosto e a ignorância do brasileiro, o alvo é a inércia portuguesa. Ele conclui: “Nós sorrimo-nos dos vossos coletes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois vós dai-nos dinheiro! Vós provei-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem!”¹⁶²

¹⁶⁰ Eça de Queirós, *O Brasileiro*, op. cit., p. 125.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 126.

¹⁶² *Ibid.*, p. 128.

As “farpas” querem, sobretudo, tornar evidente para os portugueses que “viver às custas dos brasileiros”, como ele mesmo diz, afirma a situação de penúria financeira, aparentemente sem solução imediata, uma vez que o volume da dívida pública portuguesa traduzia o marasmo econômico e a dependência da receita dos emigrados. A retórica de Eça acusa a hipocrisia do olhar de superioridade com que os portugueses se distinguiam dos brasileiros, sem os quais a economia portuguesa teria sucumbido.

É importante frisar que esse brasileiro, alvo das farpas de Eça, é, na verdade, um português, um torna-viagem; ou seja, o emigrado que voltou à sua terra sem se libertar das “marcas de uma certa brasilidade de circunstância”, usando uma frase de Carlos Reis¹⁶³. O crítico, ao trazer seus comentários, a propósito de alguns estudos sobre a obra queirosiana, põe em causa o fato de as primeiras *Farpas*, escritas com Ramalho Ortigão, corresponderem ao período de 1871-72, um momento específico, cuja produção foi posteriormente revista por Eça em *Uma Campanha Alegre*, de 1890-91. Nos dois volumes dessa última edição, o escritor pôde “proceder a um trabalho de suavização e mesmo de auto censura”, ao rever, vinte anos depois, expressões e assuntos sob uma nova perspectiva. A respeito das relações culturais entre Portugal e Brasil, Reis considera que:

Subjaz a essas relações uma complexa teia de interesses, de valorações e representações, tornando o imaginário do brasileiro (em Portugal) e do português (no Brasil) um motivo de reflexão e revisões constantes em função de imagens que, não raro, estão longe da feição idealizada por discursos oficiais de ambos os lados do Atlântico.¹⁶⁴

¹⁶³ Carlos Reis, *Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões*, in: Benjamin Abdala Júnior, (org.) *Ecos do Brasil Eça de Queirós Literatura Brasileira e Portuguesa*, S. Paulo: Senac 2000, p. 26.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 34.

Sem dúvida, é preciso considerar uma série de fatores, quando se analisa as razões pelas quais um escritor dirige críticas contundentes a fatos, comunidades ou pessoas, especificamente, mas o que salta à vista em *As Farpas* é que as palavras de Eça expressam a evidência de um imaginário coletivo, em parte já formado, e que continuava a ser construído. E, considerando que as “farpas” e as réplicas indignadas de autores brasileiros influenciavam a opinião pública e as classes políticas, pode-se entender por que os interessados em manter uma política de bom relacionamento entre os dois países deram tanto incentivo às celebrações.

Os discursos oficiais, de ambos os lados dos Atlântico, traziam latente a “complexa teia de interesses”, mencionada por Reis, nem sempre visível para a maioria da população, porém notória para alguns cujas “farpas” tiveram a função de as colocar, a claro, para os demais.

A tendência a uma aproximação recíproca entrou pelo século XX; propunham-se acordos econômicos e políticos que pudessem beneficiar os dois países, mas o que os discursos sobre os laços fraternos não conseguiam encobrir era a carência econômica dos trabalhadores portugueses, cada vez mais notória, e o quanto estava sendo essencial para a economia portuguesa o recurso das remessas dos emigrados. Ser um “brasileiro” para o português pobre e sem qualquer perspectiva de ascensão era, portanto, uma possibilidade de sucesso que tornava válido o risco.

4.1 Emigrantes

Emigrantes de Ferreira de Castro é um romance em que as opiniões sobre os “brasileiros” aparecem de uma forma mais flexível. O texto não exclui o quanto a pobreza serviu de motivação para a viagem, tampouco deixa de aludir às motivações de ordem pessoal. O romance, escrito em 1928, traz passo a passo o árduo caminho trilhado pelo emigrante; conta a difícil decisão que o leva à viagem, passando pela triste partida, pelas dificuldades de locomoção em Lisboa, a chegada ao navio, até o desembarque na “terra das oportunidades”. E essa é apenas a primeira parte da *via cruxis*; o sofrido Manuel da Bouça, principal personagem de *Emigrantes*, ainda terá que enfrentar as desventuras do trabalho nas lavouras de café e o desencanto de um retorno à sua terra, sem ter conseguido juntar fortuna, que pudesse justificar os dez anos de sofrimentos e trabalho incessantes.

O interessante nesse texto de Ferreira de Castro é que o narrador não contrapõe os dois países, com o objetivo de ressaltar uma imagem negativa do Brasil ou dos brasileiros. Em seu enredo, os acontecimentos vão trazendo várias perspectivas, embora seja evidente o propósito de criticar a indiferença do Estado português, quanto à condição de penúria de muitos emigrantes e também a falta, no Brasil, de uma legislação que assegurasse uma condição de trabalho digna para o emigrante português.

No pórtico da quarta edição de *Emigrantes*, Ferreira de Castro expõe suas motivações dizendo que os homens transitam, quando buscam o pão ou um futuro melhor. Uns são resignados, aceitam humildemente, apagados e

submissos, a vida como ela lhes é apresentada e apenas fitam, calados, outras vidas mais felizes. Mas nem todos são assim:

Outros, porém, não se resignam facilmente. A terra em que nasceram e que lhes ensinaram a amar com grandes tropos patrióticos, com palavras farfalhantes, existe apenas, como o resto do mundo, para fruição duma minoria. E eles, mordidas as almas por justificada ambição, querem também viver, querem também usufruir regalias iguais as que desfrutaram os homens privilegiados. E deslocam-se, e emigram, e transitam de continente a continente, de hemisfério a hemisfério, em busca do seu pão.¹⁶⁵

As palavras seguintes retêm a constatação de que esses que transitam levam a pátria apenas no passaporte, porque, na verdade, para o pobre, não existe pátria nenhuma; ela só existe na retórica dos bem-nascidos e para os que foram eleitos pela sorte. E mais, para os pobres, a pátria “só existe, quando nos quartéis soam as cornetas ou nas repartições públicas se recolhem tributos.” Em Ferreira de Castro a noção de pátria, enquanto valor coletivo, se esfacela completamente. Não é abrigo, referência, tampouco expressa vínculo. São “palavras farfalhantes”. O pobre é um ser banido, para quem a pátria dá as costas, no momento em que lhe nega a igualdade de direitos. Uns têm, outros nunca poderão ter - sentença o descaso público.

O autor atenta para um outro ponto, a que também confere muita importância - a exploração da inocência e da ingenuidade do trabalhador. O camponês, iludido por um sistema de aliciamento predador, se deixa dirigir por outros homens mais tenazes, no longo caminho até o Brasil ou até a América do Norte, e vai sendo explorado até que todas as suas economias sucumbam à ganância dos intermediários. Essa é a condição do personagem principal de *Emigrantes*, um camponês pobre, que viu no Brasil a chance de realizar seus

¹⁶⁵ Ferreira de Castro, *Emigrantes*. 7ª. edição, Lisboa: Livraria Editora Guimarães &Ca., 1946.

sonhos e que, para empreender a viagem, deixou família, terra e amigos e uma dívida, que lhe demandou como garantia de pagamento, a hipoteca de seu único bem – a terra que, até então, lhe garantiria o sustento.

A decisão pelo Brasil não foi repentina, veio quando Manuel da Bouça já havia atingido a maturidade. Aos quarenta e um anos, ele percebeu que seu “único sonho”, a “grande aspiração de sua vida” – possuir terras férteis onde pudesse cultivar o milho - seria impossível de realizar, porque “as jornas eram más e o quintalejo e as courelas davam para viver, nunca para amealhar.” O diálogo com Deolinda, sua filha expressa perfeitamente a principal motivação de Manuel:

- Oh Pai! Há gente que tem menos do que nós e mesmo assim não deixa sua casa.

- Grande coisa o que temos! Três courelas, que primeiro que dêem fruto merecedor de se colher levam-me todo o sangue que tenho, e um palmo de terra aqui, onde não cabe uma junta de bois...¹⁶⁶

O argumento da filha, para demovê-lo de idéia de partir é afirmar que, apesar do pouco que eles têm, nunca passaram fome, condição em que outros “pobres de Cristo” gostariam de estar. Mas, para Manuel, isso já não basta, porque constata que dos muitos anos de trabalho duro só lhe ficaram como acréscimo as mãos calejadas, enquanto outros que arriscaram partir conseguiram mudar a sina. Havia, nas aldeias vizinhas, muitos exemplos de homens que conseguiram “amealhar” no Brasil. Manuel da Bouça admirava os jovens que “iam tratar da vida”, partiam resolutos e só voltavam quando já tinham o bastante para as casas novas, chafarizes e quintas com portões de ferro. Esses não eram como os homens de Frágua, sua aldeia, onde “os

¹⁶⁶ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 20.

homens só deixavam as saias da mãe para se meter debaixo das saias da mulher – e por isso a aldeia seria sempre a mesma coisa triste e feia”¹⁶⁷

A resolução de Manuel da Bouça – emigrar, apesar de tardia, trouxe-lhe o respeito dos vizinhos a quem faltavam coragem e disposição para tamanho empreendimento, e que aplaudiam a audácia, porque aquele era um desejo comum:

Em todas as aldeias próximas, em todas as freguesias havia o desejo de emigrar, de ir em busca de riqueza a continentes longínquos. Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O ouro do Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio de uma lenda entre aqueles povos rudes e simples. Viam-no reflorir nas igrejas, nos palacetes, nas escolas, nas pontes e nas estradas novas que os homens enriquecidos na outra margem do Atlântico mandavam executar.¹⁶⁸

O narrador insiste na imagem do Brasil como uma “palavra mágica” fincada em cada peito como um “talismã”, incrustado tanto de bem-aventuranças quanto de temíveis sortilégios: febres, naufrágios e um terror do desconhecido, que deveria ser enfrentado como se fosse uma luta de vida ou de morte, da qual só sairia um vencedor. Aqueles que conseguiam recalcar o medo do desconhecido formavam o êxodo: “pobres de tudo, mas peçados de visões doiradas, rodando, rodando até o mar e deixando atrás de si o tojo crescente em solo que daria pão, para irem fecundar a terra feiticeira.”¹⁶⁹

O narrador de Ferreira de Castro tem o cuidado de não dizer muito mais além do que a vivência de Manuel da Bouça pode nos contar, por ela mesma. A narrativa fixa na experiência de vida do pobre português toda a tonalidade trágica que o autor deseja conferir ao relato. Assim, são os sentimentos em

¹⁶⁷ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 23.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 30.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 31.

conflito de Manuel da Bouça, seus passos indecisos, seus momentos de júbilo ou desalento, o material de que se serve Ferreira de Castro, para moldar seu romance.

A relação primeira de Manuel com sua terra remete a inúmeras outras histórias em que os personagens são emigrantes portugueses. É mais ou menos comum às narrativas portuguesas a descrição de uma relação íntegra, intensa e poética, entre o camponês e a terra de onde ele tira “o pão”, embora muitas vezes essa relação apareça minada pela falta de recursos e de perspectivas. A natureza, de onde o camponês tira o sustento, é sempre plena, salutar, mas também se esvazia pela impossibilidade de se “amealhar” com vistas a um futuro melhor. Em *Emigrantes*, a imagem estática de um vínculo primordial, de um lugar onde estão as raízes e para onde se pode voltar um dia, sucumbe ao realismo com que Ferreira de Castro descreve a experiência de Manuel. E, apesar de a relação de trabalho baseada no cultivo da terra, de onde se tira sustento e vida, ter ficado impressa no íntimo do emigrado, como a única coisa realmente válida e consistente, o amargo retorno irá agir como um ácido sobre as belas tintas com que essas imagens foram pintadas na memória, até corroê-las completamente. O camponês irá amargar o reconhecimento de que só há retornos possíveis para quem cumpre o pacto do enriquecimento. Quem volta pobre como partiu perde o mísero lugar de antes. A terra, tão íntima antes da partida, não o reconhece mais; tampouco ele a vê como outrora. O estranhamento só cessa em raros momentos, quando bruxuleia a brasa, quase extinta, das lembranças felizes, mas serão rápidos momentos de reconhecimento e intimidade, antes que o fracasso de Manuel se imprima soberano sobre as pálidas marcas do passado.

O desenraizamento tornou vulnerável tudo que constituía a identidade de Manuel da Bouça. Ao rever seu lugar, dez anos depois, já não o pôde reconhecer:

Sentia algo que não sabia explicar a si próprio, mas que o divorciava da terra; algo que se intrometia em seu espírito enquanto estivera longe, fazendo dele homem diferente do que era antes de ir para o Brasil. Sentia-se estranho no cenário nativo; via tudo com os olhos de quem não vem para ficar, de quem já não é capaz de ficar, tornando maior as saudades do seu passado que já não ressuscitaria...¹⁷⁰

A imposição desse novo olhar acusa o vazio, não há mais para onde voltar. Sua mulher morreu, quando ele ainda labutava nas lavouras do Brasil; sua filha, encontrou-a casada e com um filho; ficou-lhe somente a casita vazia, abandonada, ainda mais pobre e tosca do que antes.

Manuel sente-se ainda mais miserável, pois se soma ao fracasso do retorno sem fortuna, o abandono em que se encontra a sua casa, fechada depois da morte de sua mulher. Sua única posse, um casebre abandonado, contrasta absurdamente com uma nova construção, um palacete, situado na beira da estrada, como o que ele sonhava construir, antes da partida. “De quem seria? Devia ser de brasileiro rico, que só os brasileiros ricos têm dinheiro para aquilo”¹⁷¹.

O espaço que lhe ficou na memória: a casa, as três courelas de terra, as aldeias do lugarejo, transformou-se, completamente, durante a sua ausência. E as mudanças aconteceram em função do enriquecimento de “brasileiros”, mais afortunados do que ele. O fracasso material do personagem e o conseqüente esvaziamento de sua identidade remetem às palavras de apresentação do

¹⁷⁰ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 313.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 297.

romance *Emigrantes*: “a pátria (...) aquela que lhes é atribuída pertence apenas a alguns eleitos.” A designação de mãe-pátria, atribuída ao coletivo nacional, assim como nação, são para Ferreira de Castro “a pátria do passaporte”, uma palavra do discurso nacionalista que não significa nada para o pobre, nem se lhe constitui qualquer referência concreta.

4.2 A casa portuguesa

Quatro paredes caiadas,
 Um cheirinho a alecrim,
 Um cacho de uvas doiradas,
 Duas rosas no jardim,
 Um São José de azulejos,
 Mais o Sol da Primavera,
 Uma promessa de beijos,
 Dois braços à minha espera,
 É uma casa portuguesa
 com certeza
 ai, com certeza
 é uma casa portuguesa¹⁷²

Motivo da ficção de Ferreira de Castro, a emigração portuguesa, constante e significativa, não só para o Brasil como para a América do Norte, tornou-se, ao longo do século XIX, assunto de debates e preocupações da elite política e intelectual. O desconforto causado pela constatação de que o recurso das remessas que vinha dos emigrados era, absolutamente, necessário à sobrevivência da economia portuguesa teve como reação o fortalecimento do discurso nacionalista. A exaltação do caráter nacional se estendeu a vários interesses e a vários campos de estudos, como forma de buscar a cumplicidade

¹⁷² Transcrição incompleta da canção “Uma casa portuguesa”, de Renato Ferreira e Vasco Matos Sequeira, apud Rômulo Carvalho, *op. cit.*, p. 366.

de áreas disciplinares interessadas na cultura popular portuguesa. É digno de nota, nesse processo de desenvolvimento de interesses que foram absorvidos pelo discurso nacionalista, um movimento chamado “casa portuguesa”, que defendeu um tipo de habitação popular, construído sob um receituário arquitetônico cujo fundamento preconizava um modo de ser e habitar caracteristicamente português. A institucionalização de um projeto arquitetônico, autenticamente nacional, estabelecia o estereótipo de uma rusticidade integrada à paisagem. A casa portuguesa se desdobrava, enquanto imagem, em uma visão de população campesina, plena dos valores que a literatura do século XIX tanto salientou: dignidade, honestidade, força moral, robustez, como exemplos.

O excepcional estudo de João Leal sobre cultura popular e identidade nacional¹⁷³ mostra de que forma se foi sistematizando, a partir da última década do século XIX, um largo campo de estudos que abrangeu diversas representações da cultura tradicional portuguesa. Nesse processo, o movimento “casa portuguesa” conheceu muitas variáveis em relação ao seu significado. Desde as propostas iniciais até a formulação final, o quadro cultural e ideológico, por sobre o qual se perfilaram os programas de desenvolvimento do projeto, sofreu algumas transformações, contudo foi uma constante ver a nova proposta arquitetônica como uma das expressões do processo de refundação da nacionalidade, o qual se constituiu parte integrante da vida cultural portuguesa, entre o final do século XIX e a chegada do Estado Novo.

O programa tinha um duplo objetivo, o primeiro de natureza mais etnográfica buscava identificar o tipo autenticamente português de habitação

¹⁷³ João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.

popular; o segundo, eleger um conjunto de símbolos significativos da habitação tipicamente portuguesa, para que funcionassem como emblemas no processo de renovação nacionalista. Os modelos arquitetônicos importados como o *chalet*, por exemplo, eram na visão de Raul Lino (quem formulou mais sistematicamente a casa portuguesa como programa de nacionalização da arquitetura nacional) uma descaracterização das autênticas tradições portuguesas. Os estrangeirismos arquitetônicos recebiam notas críticas nas várias revistas de arquitetura do início do século XX, enquanto os muitos partidários do movimento “casa portuguesa” elogiavam a motivação nacionalista do projeto e abraçavam o programa de construção caracteristicamente nacional.

João Leal identifica, nesse programa arquitetônico, o objetivo de postular um *corpus* de cultura material um tanto análogo ao *corpus* de literatura popular, que no início do século XIX foi reunido pelos primeiros românticos. Ele diz:

A concepção da nação como uma grande família, a designação de mãe-pátria (...) a assimilação à figura paterna de vultos decisivos na emergência de uma nação são, por exemplo, dispositivos suficientemente conhecidos. Da mesma maneira, a metáfora da casa – entendida como um espaço físico da família, associada à idéia de máxima proximidade e intimidade – é também corrente no discurso nacionalista.¹⁷⁴

Vê-se que João Leal aponta para metáforas que se prendem à conceitualização da nação como um corpo de natureza étnica e, também, para outras cujo domínio semântico pode, como no primeiro caso, ser identificado com a construção da identidade nacional.

Os dois espaços que o movimento “casa portuguesa” coloca em conflito – a habitação popular e rústica do camponês e as construções modernas, cheia de

¹⁷⁴ João Leal, *op. cit.*, p. 124.

estrangeirismos - aparecem lado a lado no romance de Ferreira de Castro e também podem ser lidos como metáforas de dois mundos distintos. A casa de Manuel, autêntico lar português, espaço físico da família e lugar de aconchego para o trabalhador exausto, contrasta com o palacete grandioso, ostensivo da fortuna de alguns e das formas estrangeiras que a memória dos torna-viagem procurava reproduzir, como forma de ostentar seu poder de compra, recém adquirido.

Manuel da Bouça sentiu o impacto dessa dualidade, quando, após receber os vizinhos que assomavam à sua porta desde que correu a notícia do seu regresso, viu ao lado da paisagem escura, que ia engolindo, um a um, os visitantes dos quais se despedia, uma série de janelas iluminadas. A única casa da freguesia a ter luz elétrica – explicou-lhe a filha. A visão de “Tanta luz!” o fez recolher-se e fechar a porta atrás de si, “para não mais ver o fulgor que o palacete do Nunes irradiava sobre o vale rarefazendo as trevas e sugerindo riqueza e poderio onde outrora só existia humildade.”¹⁷⁵

No interior da casita, à parca luz do candeeiro, Manuel avaliou os móveis carunchosos e sentiu-a ainda mais miserável do que antes. Lá fora, o palacete resplandecia, impondo sobre as outras construções “autenticamente portuguesas”, a face estrangeira, rica, símbolo do sucesso dos que migraram. O palacete ostenta os emblemas de um mundo diverso e que vêm se chocar radicalmente com os símbolos que, até então, identificavam o mundo português.

A casa de Manuel, antes de sua partida para o Brasil, embora já fosse a humilde choupana, tinha lá o seu encanto. As paredes brancas eram rodeadas

¹⁷⁵ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 300.

por um quintal muito cultivado “ervilhas cheias de garridice”; “alfaces viçosas e tenrinhas”; “o couval gordo”; a figueira orgulhosa”; “Depois fazendo sentinela à terrinha pródiga duas cerejeiras” e “A cercar os mimos viçosos da natureza e a muitos servindo de dossel, corria a vinha”.¹⁷⁶ Quando ele voltava à tarde, exausto do trabalho, via “o penacho de fumo, fumo da tarde, do jantar – algodão-em-rama que se desfazia, fluctuante, translúcido, quase azul.”, a convidá-lo para o aconchego do lar.

Mas aos quarenta e um anos, os doces encantos da vida rústica já não bastavam ao futuro emigrante. Ele queria mais, queria outras terras, que comportassem quatro juntas de bois; um dote para a filha; uma casa grande, “de telhas francesas, lá em cima, nos Salgueiros – uma casa em cuja salgadeira sepultasse dois porcos alentejanos.”. E sonhava...queria oferecer à vila, não uma escola como fizeram os Moradais, os únicos da aldeia que quiseram enfrentar o risco da viagem, mas uma nova ponte, da qual falava o abade. Via-se chegando à vila de automóvel, com duas malas, boas roupas, bons chapéus... Realizações para as quais teria que buscar os meios longe dali.

O sonho do emigrante, portanto, contemplava ida e volta e, embora a princípio o valor apareça deslocado para o espaço estrangeiro, ele só se afirma verdadeiramente, quando é revertido para a terra de origem. Tal como planejada, a viagem deveria ser circular, o regresso devendo levar o emigrante para o mesmo ponto de onde saiu.

A imagem desse movimento circular que impulsiona, em princípio, a viagem dos emigrantes portugueses é comentada num relato de Ramalho

¹⁷⁶ Ferreira de Castro, *op. cit.*, pp. 19-20.

Ortigão, quando o autor refere-se às viagens empreendidas pelos rapazes do Vale do Lima.

O brasileiro do Vale do Lima é em geral um pequeno brasileiro, tão pequeno que quase não passa de um rapaz que foi ao Brasil. A beleza da terra, a graça modesta dos costumes, a simplicidade da vida, exercem aqui, mais do que em outra qualquer parte esse magnetismo nostálgico que leva o emigrado a repatriar-se mais cedo que pode. Desde que ganha com que comprar o campo que tem de olho, com que levantar uma andar à choupana paternal (...) o emigrado de entre Minho e Lima regressa modestamente.¹⁷⁷

Segundo o autor, os emigrados dessa região específica, por força da saudade que sentem da terra, não se importam de voltar “modestamente”. Basta-lhes economizar o suficiente para pequenas aspirações. Eles logo retornam, porque estão presos à sua terra, por laços emocionais muito poderosos. A força que os traz, rapidamente, de volta ao ponto de origem apóia-se na valorização da vida simples, dos costumes campestres, das relações familiares; apóia-se, enfim, no que Ortigão chama de “magnetismo nostálgico”. Para o “brasileiro” do Vale do Lima, o movimento em direção ao Brasil fecha-se em um círculo ainda mais estreito, de forma que ele não se deixa afetar pelo gosto e excessos estrangeiros; não será “irremediavelmente” um brasileiro, ou aquele português que “desabrochou” ao sol tropical, segundo a lógica de Eça de Queirós. Tampouco voltará com o gosto arquitetônico corrompido pela riqueza.

Os rapazes do Minho recebem de Ramalho Ortigão, o adjetivo “pequeno”, na inversa proporção do valor que ele atribui à decisão pelo rápido retorno. O peso das raízes familiares e regionais restitui rapidamente os jovens ao seu

¹⁷⁷ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Livraria Clássica Editora, 1948, pp. 10-11.

lugar de origem e impõe sobre eles um outro valor, o valor das tradições e da autenticidade. As observações de Ortigão sobre os “pequenos brasileiros” contêm o cerne do discurso nacionalista, a valorização do que se elegeu, por força de várias circunstâncias, como “autenticamente” nacional.

Muitas narrativas do século XIX e início do XX, da mesma forma que *Emigrantes*, afirmaram o valor português nas relações familiares, em estereótipos amáveis e rústicos; na casa – como extensão da família; e na paisagem - às vezes preservada da “civilização”, ou então cultivada, com características rurais, valores que foram vistos em *O retrato dos pais*, *O filho* e em *Zé Sargento*. Nessa mesma linha, a ideologia da casa portuguesa associava tipos de habitação popular a um *locus amenus*, como o que aparece cercando o casebre de Manuel da Bouça.

O contato íntimo com a natureza, a visão idílica do campo seriam, então, os substitutos do conforto e do luxo que as novas construções ostentavam. A criação de uma imagem homogênea alheia às diversidades regionais serviu-se das tradições para esboçar uma reação aos estrangeirismos que chegavam de toda parte, inclusive pelas mãos e receitas dos “brasileiros”. As motivações nacionalistas insistiram em acentuar o que era “essencial” à índole portuguesa, em contraposição à complexidade e ao poder crescente da chamada “civilização”. Reagir aos estrangeirismos seria, pela lógica do pensamento nacionalista, preservar a autenticidade e, nesse sentido, foi feito um trabalho de seleção dos símbolos, a partir dos quais se poderia distinguir o nacional do estrangeiro.

João Leal cita o caráter nacional atribuído aos trajes e danças¹⁷⁸, tipicamente portugueses que até as últimas décadas do século XIX, eram somente típicos da região do Minho. Da mesma forma, o fado, canção de Lisboa, tornou-se, no início do século XX, a canção tipicamente nacional. Nessa mesma linha, se tentou criar o protótipo da casa portuguesa, avessa aos *chalés* e aos demais modelos de construção estrangeira, enaltecendo o diálogo da habitação popular com a paisagem e valorizando elementos rústicos e simples, como a cal que conferia brancura às paredes; os telhados de beiral; as chaminés e outros pormenores de valor decorativo. O poder evocativo dessas imagens tinha o objetivo de despertar sentimentos de apego à terra, sentimentos que acompanhavam o emigrante, durante toda a estada no estrangeiro.

Jorge Salazar Braga selecionou algumas descrições das casas que continham influências estrangeiras e que eram associadas ao mau-gosto e à ignorância de seus proprietários. Segundo essa análise, alguns elementos eram mais ou menos constantes e significativos do que era considerado “desvio” da construção rural tradicional. As casas dos “brasileiros”, por exemplo, apresentavam muitos desses desvios; a saber: múltiplos elementos decorativos como o “mosaico cerâmico”; “o alpendre”; “a colunata”; “beirais com consolas enfeitadas”; “a estatuária em louça” e, talvez o desvio mais ostensivo: “o não preconceito em relação às cores”. Além disso:

...o jardim naturalista limitado por gradeamento e fechado por portões de ferro forjado. Nele se pretendendo um elemento exótico, quiçá uma reconstituição da floresta tropical. Daí

¹⁷⁸ João Leal, *op.cit.*, p. 128.

existirem sempre palmeiras misturadas com plátanos e árvores de fruto.¹⁷⁹

Sem dúvida, alguns desses elementos deveriam compor a casa que povoava os sonhos de Manuel da Bouça. O personagem admirava as habitações que os bem sucedidos, os “brasileiros”, mandavam construir assim que retornavam. Manuel dizia para si, em pensamento: “As aldeias vizinhas prosperavam, porque os rapazes de lá, mal tiravam a sorte, partiam – passem bem, que vou tratar da vida! – e só regressavam quando haviam enriquecido.”¹⁸⁰

A casa que Manuel trazia na imaginação deveria ser erguida, de forma que ficassem bem visíveis os sinais da riqueza do proprietário, deveria ser, como as que os “brasileiros” mandavam construir, indicativa da prosperidade de seu possuidor; um símbolo do sucesso que todos os emigrados sonhavam alcançar. As doações destinadas às obras públicas funcionavam da mesma forma, elevavam o nome do benemérito e conferiam notoriedade e respeito às famílias dos emigrados. Em suma, coroavam publicamente o sucesso da empreitada.

Assim, quando o emigrado enriquecia, seu progresso estendia-se à sua comunidade. As regiões em que havia um maior número de “brasileiros” se desenvolviam rapidamente e as diferenças entre pobres e abastados se tornavam ainda mais gritantes. Manuel da Bouça encontrava nessas diferenças a força para manter sua resolução de partir. Lembrava-se do monte de La Salette, onde ia, quando criança, acompanhado de sua mãe, para ouvir a

¹⁷⁹ Jorge Salazar. Braga, A casa do brasileiro e a paisagem rural do século XIX, in: *Conferências Discursos comemorações do dia da Comunidade Luso-Brasileira*, Secretaria do estado das Comunidades Portuguesas Centro de Estudos, Ponte de Lima, 1986.

¹⁸⁰ Ferreira de Castro, *op.cit.*, p. 23.

filarmônica e ver os fogueteiros. O local era apenas um arraial, um pinhal bravo em cujo cimo erguia-se uma capelinha, insignificante como os marcos das alminhas, existentes nas encruzilhadas. “Hoje”, dizia a si mesmo, “o cerro tornara-se jardim, a capela crescera e a nova imagem, de tão grande e linda, já não se parecia com a primeira.”. Manuel rememora as mudanças que vieram beneficiar o local; não havia mais filarmônicas, essas foram substituídas por bandas regimentais do Porto; inclusive as pessoas haviam mudado. A frequência já era outra, nem pareciam ser as mesmas pessoas, até figurões de Lisboa compareciam à festa. “E quem fizera tudo aquilo? Os da vila? Qual! Os que foram ao Brasil, esses sim” Se ninguém fosse ao Brasil (...) a Nossa Senhora de La Salette teria toda a vida uma capelita metida entre tojos e pinheiros.”¹⁸¹

Manuel desejava inserir-se nesse grupo, dos que arriscavam e voltavam abastados. Uma questão então se coloca: o que poderia significar para um camponês como Manuel da Bouça os valores tidos como “autenticamente nacionais”, se o único objetivo da sua vida era conseguir obter o que os “brasileiros” ostentavam? Exatamente uma casa grande, com “mosaico de azulejos”, colunata”, “a estatuária em louça”; sem esquecer o jardim com grades de ferro; ou seja, justamente com os tais “desvios” do modelo arquitetônico autenticamente nacional.

Considerando que a ficção de Ferreira de Castro traz latente o imaginário da época, no que se refere ao sonho do emigrante, cabe dizer que a ênfase na valorização da casa portuguesa agia, sem dúvida, na contra-mão da ideologia do progresso. Ainda mais que havia um desnível imenso entre a valoração da

¹⁸¹ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 44.

imagem poética (casinhas rústicas e acolhedoras, em meio à vegetação esplendorosa) e a realidade paupérrima das habitações populares.

Um inquérito¹⁸², o primeiro levantamento minucioso, das condições de habitação do camponês português, iniciado no início do século XX, mostrou a discrepância entre a imagem poética, tão presente na literatura, e a dura realidade das famílias pobres. O inquérito pôs em relevo informações de toda ordem, desde a configuração espacial das residências - as condições de acesso à água e esgoto e o tipo de exploração agrícola - até um inventário dos objetos, mobílias e roupas com a especificação de um valor monetário atribuído aos bens. O estudo tinha uma concepção alargada de habitação, concebia de vital importância o conjunto das condições materiais ligadas à sobrevivência, daí a adoção de critérios que pudessem revelar as reais condições sócio-econômicas das unidades domésticas.

João Leal traz dados desse inquérito que espantam pelo que revelam da precariedade das construções. O primeiro volume, sobre as habitações do norte do país, já traz o contraste brutal entre a paisagem verde, de águas frescas e os conjuntos miseráveis cujo acesso era feito por caminhos alagados e cheios de estrume, onde crianças sujas engatinhavam em meio a porcos e galinhas. Os relatos dos pesquisadores mostraram que, de perto, as condições de moradia eram ainda mais assustadoras. Pouca ou nenhuma ventilação, cômodos sem iluminação, miseráveis e imundos. Um mesmo compartimento servia de dormitório para toda a família e os utensílios eram sempre escassos e sem conservação. O estado de boa parte dos telhados também era precário,

¹⁸² João Leal informa que esse inquérito compreendeu, além dos relatos, plantas e fotografias de cada habitação. Foi feito em todo o país, dividido em 11 áreas para o estudo. Para cada uma das províncias, foi selecionado um conjunto de 20 localidades, representativas da região como um todo. O grupo alvo era constituído de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas. A equipe de trabalho contou com professores do Instituto superior de agronomia, estudantes e recém licenciados.

muitos não seguravam a chuva, além de oferecer o perigo de desabar sobre as cabeças dos moradores. Adjetivos como precário, nauseabundo, pobre, miserável eram correntes nos relatórios e, por vezes, a situação era tão calamitosa que os inquiridores se viam na obrigação de elaborar um relato absolutamente minucioso, de forma que esse estudo resultou num vasto painel das condições miseráveis em que vivia o homem do campo. No segundo volume, foram reunidos os inquéritos realizados no sul do país e, também, os relatos constantes desse exemplar também foram quase unânimes em registrar que as moradias das famílias eram desprovidas de condições essenciais, tanto no que concerne à habitação quanto em relação aos meios ou recursos que as famílias dispunham para garantir o sustento ou para buscar uma melhor condição de vida.

Essa condição que o inquérito registrou está perfeitamente esboçada em *Emigrantes*:

Manuel da Bouça volvia agora para o Frágua, para Cimo da Vila enquadrando ao mesmo tempo, na vista, o Barreiro e os Salgueiros, que já se esfumavam no lusco-fusco. Tudo casas velhas e terras medidas a palmo – gente que trabalhava sem futuro compensador, que trabalhava até à morte, órfã de todo conforto, como se o destino fosse apenas viver para a miséria.¹⁸³

O olhar de Manuel da Bouça não deixa dúvidas quanto à falta de perspectivas de seus conterrâneos e, quando Ferreira de Castro (assim como o inquérito) aproxima sua lente do interior da residência do camponês, aparece mais uma vez o lado nada poético das habitações rurais portuguesas. O momento da refeição, constituída por uma tigela de caldo e um pedaço de broa, mostra um cenário bem diferente daquele espaço verdejante que o emigrado

¹⁸³ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 36.

leva como lembrança: “Ao fundo, sob a chaminé que a fuligem vestia de luto, o fogo esmorecera (...) Distanciada do brasido a velha panela, com uma perna já fracturada, fumegava... Manuel da Bouça sentou-se à mesa de pinho, bordada já pelas agulhas do caruncho.”¹⁸⁴

A ficção de Ferreira de Castro também parece inventariar os parques bens do pequeno proprietário rural, o que nos fornece um contra-ponto para a interpretação dos valores “autenticamente portugueses”, que o discurso nacionalista pretendeu eleger.

O inquérito se constituiu um bom exemplo das tensões e conflitos que atravessavam o campo dos discursos nacionalistas. Fica evidente que um estudo de tal monta, subvencionado por organismos oficiais, negava drasticamente a exaltação da paz bucólica, em meio a qual erguiam-se as casas acolhedoras, onde famílias felizes viviam placidamente, contando com os recursos naturais. Além disso, o inquérito traz à luz um paradoxo: o fato de que o movimento da “casa portuguesa”, preocupado em manter e valorizar um modelo arquitetônico autenticamente nacional, só poderia ser seguido pelos “brasileiros”, tendo em vista que somente os torna-viagem teriam dinheiro para construir novas casas (com ou sem estrangeirismos), ou para reformar suas velhas residências. Assim, os símbolos de autenticidade nacional, no que concerne à casa portuguesa, só poderiam impressionar ou serem adotados por “brasileiros”, ou seja, por portugueses que, ironicamente, não eram mais chamados pelo adjetivo pátrio.

¹⁸⁴ Ferreira de Castro, *op. cit.*, 26-27.

4.3 Aliciadores

Os exemplos de abastança e enriquecimento dos “brasileiros” que retornavam a Portugal serviam de motivação para os numerosos jovens cuja perspectiva de trabalho se limitava aos contornos das pequenas propriedades de exploração familiar. As famílias, então, vendiam ou hipotecavam parte dos bens para pagar as despesas da viagem e despediam-se de seus rapazes, enviados ainda muito jovens, para evitar o recrutamento militar. Os emigrantes desembarcavam principalmente no Rio de Janeiro, Recife e Bahia, onde havia um comércio dominado por portugueses; normalmente chegavam recomendados a parentes e conhecidos para quem trabalhavam e não raras vezes com quem se associavam depois de alguns anos, juntando os meios para voltar à terrinha e ter uma vida de “brasileiro”, ou seja, abastada.

Nos meados do século XIX, esse modelo de emigração passou a sofrer modificações que iriam alterar gradativamente a vida dos emigrados. À medida que a necessidade de mão de obra, sobretudo agrícola, foi aumentando os fazendeiros brasileiros passaram a enviar representantes ao estrangeiro, a fim de facilitar a vinda de trabalhadores europeus. Uma dessas facilidades diz respeito ao adiantamento dos custos da viagem marítima em troca de dois anos, em média, de trabalho na lavoura. Joel Serrão refere-se às condições vantajosas para os proprietários das produções agrícolas: Enquanto um escravo custava, em 1859, entre 1500\$000 e 2000\$000 réis, um trabalhador “livre” obtinha-se por 120\$000 réis, preço médio da deslocação a partir de Portugal.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Joel Serrão, *op.cit.*, p. 172.

Quando os emigrantes, sem dinheiro para o deslocamento, passaram a recorrer aos adiantamentos de salários oferecidos pelos representantes dos proprietários brasileiros, formou-se uma rede de beneficiários que obtinham imenso lucro sobre cada contrato que conseguiam mediar. Os empregadores lucravam até trinta por cento sobre a dívida contraída pelo emigrante, que em função dos insignificantes salários, ajustados de antemão, teriam que trabalhar, muitas vezes, até quatro anos para pagar a viagem. Uma vez quitada a dívida com os grandes proprietários rurais, os emigrados procuravam outra forma de ganhar a vida, os que não conseguiam se adaptar esmolavam a viagem de volta e desembarcavam em Portugal como indigentes. Aqueles que conseguiam vencer as dificuldades, muitas vezes, fixavam-se definitivamente no estrangeiro, cortando os laços com o país de origem.

No caso de Manuel da Bouça, os laços com o país de origem ficaram bem atados, durante toda a sua estada no Brasil. E, em alguns momentos, como o da partida, também ele parecia estar sendo atraído pelo “magnetismo nostálgico” que, segundo Ortigão, apressava a volta dos rapazes do Vale do Lima. Ele, como muitos outros, também só pensava no retorno e não foi sem sofrimento que se despediu da terra, de sua mulher e da única filha.

Enquanto esperava a camioneta que o levaria até o comboio, Manuel da Bouça:

... demorou-se na contemplação do vale (...). E tudo lhe parecia agora de um encanto indefinido, de uma beleza jamais sentida, tudo se traduzia na sua alma por morna tristeza, que subia como nevoeiro a sufocá-lo (...) “E a Amélia, como estaria?” Vinha de novo o panorama a seduzi-lo, cobrindo-lhe, em seguida, as pupilas com uma cortina transparente que lhe fazia ver tudo esfumado e húmido.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 80.

Mas a árdua caminhada estava apenas começando e para chegar a esse momento da partida, Manuel precisou contar com a experiência de pessoas mais abalizadas, que entendessem de papéis, passagens e passaportes.

O enredo de Emigrantes guarda um lugar de destaque para a exploração da boa vontade e da ignorância do camponês pelos espertos rapinas que viviam de comissões sobre o trâmite migratório. O pobre, que deseja emigrar, é visto pelo narrador de Ferreira de Castro, na sua condição máxima de exclusão. A ingenuidade, a total falta de malícia e o desconhecimento completo de tudo que não se refere à sua existência campesina, fazem de Manuel um alvo fácil para os aliciadores cujo enriquecimento se deve a total falta de escrúpulos em cobrar muito alto de quem não sabe mesurar quanto vale o serviço.

O palacete das muitas janelas iluminadas pela luz elétrica que, pela imposição do contraste gritante entre o luxo e a pobreza, reforçou em Manuel a sensação de fracasso, no momento de sua chegada, não foi construído por um “brasileiro”, como ele, a princípio, havia imaginado. A mansão foi construída pelo Nunes, um agenciador, que retirou, durante muitos anos, gordas comissões dos montantes destinados a custear as despesas das viagens dos emigrantes.

Manuel foi procurá-lo, dez anos antes do triste retorno, para conseguir os papéis para a viagem ao Brasil. Conhecia-o apenas de vista como aos outros “magnates” da vila. Na sua ingenuidade, não viu o que o narrador deixa claro para os leitores: que a “agência” era, na verdade, um cubículo forrado de cartazes das companhias de navegações e mapas do Brasil e da América do Norte. O empregado cuja arrogância e segura com que recebia os humildes

trabalhadores destoavam, na proporção inversa, do seu talhe mirrado e insignificante - “apenas cinco mil réis de gente”, conhecia muito bem os propósitos do agenciador e também participava da encenação de seriedade e competência articulada para conquistar a confiança dos campônios e que também servia para avaliar o quanto poderia pedir pelos serviços. A aparente frieza com que o Sr. Nunes recebia o interessado em emigrar escondia, na verdade, a avidez em fazer dele mais um cliente de quem poderia estorquir sua comissão pelo agenciamento. Para Manuel, ignorante das atividades fraudulentas e interesseiras, Nunes parecia ser um homem de bem, que lhe inspirava grande consideração, e de quem não duvidou, quando ouviu que, também ele, se não tivesse quase chegando aos cinqüenta anos, iria buscar sua fortuna no Brasil. A fala bem construída do agenciador fez desaparecer os temores de Manuel em relação à viagem; o medo de “alguma febre” se desvaneceu completamente, porque “Desde que o Senhor Nunes dizia que era capaz de ir também, é porque era capaz; esses homens nunca tinham duas palavras.”¹⁸⁷.

O narrador segue mostrando a ingenuidade de Manuel e a sagacidade do agenciador: “ – Vai fazer fortuna? Faz muito bem! O Brasil é um grande país. Lá sabe-se apreciar o trabalho de um homem.” . Para enredar sua presa, Nunes adotou um método com etapas bem definidas. No primeiro contato, ele assumiu a atitude de quem não tinha nenhum interesse pessoal na transação, demonstrando até um certo enfado, como se estivesse mais a fazer um favor do que um negócio. Em seguida, vieram os “verbalismos encorajantes”, até chegar a questões práticas como caderneta militar, certidão de idade e o local

¹⁸⁷ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 49.

de desembarque no Brasil. “Para Santos, sim, senhor. É um bom ponto. Vão para lá muitos portugueses e quase todos enriquecem. Tem lá parentes?” Só no final, Nunes tocou no ponto que, realmente, lhe interessava:

- Muito bem. Muito bem. Já sabe quanto custa, não é verdade?
- Não senhor, não sei.
- Tudo agora está caro; as passagens, os papéis... Tudo está caro... E, enquanto falava Nunes ia considerando de alto a baixo Manuel da Bouça.
- Com o câmbio a subir e o governo sem tomar providências... Isso da passagem e dos papéis é coisa para três contos.¹⁸⁸

Nesse momento da conversação, o empregado arrogante finge concentrar-se em seus papéis, como se estivesse absorvido pelo trabalho, totalmente alheio ao golpe final da rapinagem: “Serve-lhe?”. Como Manuel respondesse afirmativamente, Nunes pediu-lhe um sinal para as primeiras despesas. Ingenuamente, Manuel tira do bolso uma trouxinha feita com um lenço de ramagens, desfaz-se o nó e as notas surgem amarrotadas. Com um gesto indiferente, Nunes coloca as notas na gaveta de sua mesa. Está selado o negócio. Manuel deverá passar na próxima semana para saber a quantas anda o processo.

Aqui vale lembrar o texto de Alexandre Herculano *A emigração para o Brazil*, publicada no Diário do Governo, de 13 de janeiro de 1888. O escritor comenta as atividades de associações colonizadoras criadas com o objetivo de atrair braços europeus para o trabalho no Brasil. Os agentes dessas associações acenavam com grandes vantagens, como se o Brasil fosse o “Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquellas praias abençoadas. Fallam-lhes dos desmesurados salários que lá ganham os artistas,

¹⁸⁸ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 50.

os caixeiros e os agricultores, mas não lhes dizem que a moeda, em que esses salários são pagos, tem mui pouco valor, ou por outra, que os gêneros com ella comprados são de excessiva carestia”¹⁸⁹. E respondendo ao apelo enganoso, lá iam os jovens... deslumbrados - diz Herculano, com a perspectiva de ganhar muito em poucos anos. Nesse artigo, há ainda um alerta para uma questão em especial: os que eram persuadidos a emigrar, iam sem nenhum contrato ou garantia de que teriam como ganhar ao menos o sustento. A esse respeito, a opinião de Herculano é que a nação portuguesa deveria mostrar aos homens laboriosos que mais valeria cultivar os imensos baldios que cobriam Portugal e tirar, assim, o necessário na própria pátria do que ir buscar o supérfluo no estrangeiro. Mas ao mesmo tempo considera: “Que resultado se tira de dizer a homens que só vêm na pátria um prospecto de miséria: vós arriscais-vos a ser miseráveis na vossa emigração? Ao menos, dirão elles, essa desventura é incerta e podemos lá ser felizes quando aqui temos quasi a certeza de nunca o ser.”¹⁹⁰

O escritor traz o outro lado da moeda, a consciência de que a urgência em prover o sustento não podia esperar indefinidamente por soluções que o letargo secular da administração pública vinha adiando. Cada qual cuidou de si e buscou resolver seu caso pessoal, emigrando.

A ficção de Gomes de Amorim também “leu” essa condição de insegurança a que alude Herculano. No texto “Aleijões sociais”, o diálogo estabelecido entre os personagens Dionísio e Manuel mostra a contradição implícita no incentivo à emigração. A conversa entre os dois amigos parece mais um alerta ao leitores, pois Manuel reage à fala do amigo, Dionísio, para

¹⁸⁹ Alexandre Herculano, *Diário do Governo*, op. cit, p. 47.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 48.

quem o Brasil é um lugar onde se faz fortuna depressa, dizendo que, se Portugal tivesse governos patrióticos, os portugueses não seriam vendidos como animais de carga. O tom de revolta alerta para o perigo de se confiar nos aliciadores: “Se vos fiais neles, sereis vendidos como escravos; para onde cuidais ir buscar fortuna; morrereis em mísero desterro, vítimas de trabalhos brutais e de doenças incuráveis; a maior parte de entre vós não tornara a ver o tecto amigo de vossa infância!”¹⁹¹.

Com uma ótica similar, escreveu Ramalho Ortigão em *As Farpas*:

...o colono português *engajado*, como se costuma dizer, pelo delegado dos fazendeiros brasileiro e escolhido, entre a mocidade mais vigorosa, mais ativa e mais forte das províncias do Minho e de Trás-os-Montes, é acolhida no Brasil, no Rio de Janeiro, quase sempre, por um senhor esquivo, desconfiado, que vê nele um capital seu, exposto aos riscos da deserção ou da fuga, ao eminente perigo da enfermidade e da morte: é preciso explorá-lo à pressa e fazê-lo render de pronto.¹⁹²

A exposição seca das agruras feita pelas *Farpas* de Ortigão contempla ainda um outro ângulo relacionado à vinda de jovens portugueses para o Brasil. O desalento e a decepção, que a maior parte deles experimentou, traduziu-se em resignação e em uma melancolia profunda, alimentada pelas lembranças da família, para a qual o retorno nem sempre era possível.

Nesse mesmo texto, Ortigão traz uma outra informação sobre o processo imigratório, a de que os fazendeiros brasileiros sublocavam a mão de obra; ou seja, os trabalhadores podiam ser alugados e, por isso, muitos deles não conseguiam nunca pagar a dívida contraída com o fazendeiro que os *engajou*

¹⁹¹ Francisco Gomes de Amorim, *Aleijões Sociais*, Lisboa: Typographia Universal, 1870, pp. 42-43.

¹⁹² Ramalho Ortigão, In: Joel Serrão, *Testemunhos sobre a emigração Portuguesa*, op.cit., p. 191.

primeiramente, sendo que a morte de um lavrador poderia deixar seus filhos herdeiros da servidão paterna.

Esse novo modelo de experiência migratória não se instalou repentinamente, inúmeras circunstâncias condicionaram as transformações que vieram a afetar irremediavelmente a imagem do retorno feliz e glorioso de portugueses afortunados. Circunstâncias que variavam, desde as facilidades oferecidas pelos proprietários rurais brasileiros, para garantir a chegada de braços europeus nas suas lavouras, até o incremento dos transportes, terrestres e navais.

Enquanto o transporte dos emigrantes para o Brasil era feito, exclusivamente, pelos veleiros portugueses, as viagens transoceânicas significaram receita para Portugal, porém o crescente aumento do número de emigrantes trouxe, a partir da segunda metade do século XIX, a concorrência de companhias estrangeiras de navegação a vapor, principalmente inglesas. Também as companhias contavam com um sistema de captação de passageiros, de maneira que cada qual disputava o seu quinhão dos benefícios financeiros proporcionados pelo movimento migratório, cada vez mais crescente, devido, inclusive, a alterações estruturais no sistema nacional de transportes. Depois de 1870, a rede ferroviária alcançou as províncias do interior e tornou possível a emigração para os que viviam distante dos portos.

Mais emigrantes, mais agenciadores. Das primeiras informações fornecidas aos trabalhadores até o embarque nos navios, vários “Nunes” participavam da tarefa de conduzir o emigrante a seu destino, cada qual abocanhando, a seu turno, uma parte das notas amarrotadas envoltas nos lenços de ramagens. Uma vez embarcados, os emigrantes pobres teriam que se sujeitar às terríveis

condições de alojamento que os esperavam. Segundo Serrão¹⁹³, há muitos registros de penosas travessias, enfrentadas pelos “emigrantes de proa”, que, sem ter a quem reclamar, viajavam sobre caixas de pinho, em espaços mínimos, embora lhes tivesse sido cobrado o valor de uma viagem em camarote. Assim, a lucrativa atividade dos engajamentos procurava viabilizar o maior número possível de deslocamentos transatlânticos sem, contudo, oferecer qualquer tipo de garantia aos emigrantes.

O romance de Ferreira de Castro situa o emigrante na condição de fantoche, de boneco guiado, que se surpreende ao se dar conta da existência de estruturas, sem as quais ele não teria dado nenhum passo em direção ao Brasil, mas de cujo enredamento não conseguirá escapar sem um gigantesco esforço. A consciência de que, sem os fios de comando, lhe seria negado o tão desejado movimento, chega no tempo em que ele percebe-se enclausurado.

Manuel da Bouça só percebeu a existência dos “fios sobre sua cabeça”, quando já estava no Rio de Janeiro; antes, durante todo o processo obrigatório dos trâmites da emigração, se deixou guiar, sem que qualquer dúvida lhe minasse a confiança no sucesso do empreendimento. Como poderia entender de papéis, passagens e licenças, se a sua existência se resumira a lavrar a terra? Nunca havia estado em Lisboa, não entendia de leis ou contratos, estava, portanto, à mercê dos mais experientes, entregue às mãos dos intermediários.

A imagem que o narrador usa para explicitar a fragilidade e dependência do emigrante choca pela força com que evidencia a submissão do humilde, incapaz de ver acima de sua cabeça os fios que lhe determinam os passos.

¹⁹³ Joel Serrão, *Temas Oitocentistas II- Para a História de Portugal no século passado- Ensaio*, Livros Horizonte, 1980, p. 177.

Depois de acompanhar o empregado do Sr Nunes até o concelho, a fim de submeter-se às operações de identificação, Manuel da Bouça foi despachado à porta da agência com a instrução de só ali retornar na semana seguinte. Aliviado, seguiu em direção à praça, curioso em saber por que muitos se aglomeravam naquele espaço. Reconheceu de imediato os animais de circo que ele havia visto, naquela manhã, sendo puxados pelo domador, ainda bem cedo, enquanto ele esperava pela abertura da agência. O som de um pandeiro fez com que ele adivinhasse o espetáculo:

O domesticador, com grosso cacete debaixo do braço, ia musicando a pandeireta, o bailado. (...) Negro, o focinho comprido voltado para o ar, o urso ia se desconjuntando em passos grotescos. A um berro do dono, estendeu os braços e os macacos saltaram para eles, a fazer cabriolices, como em trapézio de circo. (...) Esgotado, porém, o programa, os símios desceram e o urso exausto, cansado, batido sem regra e sem dó, foi, de pandeireta estendida, colher as moedas que deviam alimentar aquelas vidas errantes.¹⁹⁴

A descrição da triste existência do animal parece não afetar Manuel da Bouça, mas indica para o leitor a condição do emigrante. A narrativa despeja sinais e evidências, em meio às quais o camponês se move, sempre incapaz de ver além do seu desejo, sem qualquer consciência de que existe um mundo totalmente indiferente a seus bons propósitos e que irá cobrar dele, em troca do seu sonho de fortuna, um preço muito maior do que o contratado. Ele será para sempre um errante, um prisioneiro dos contratos e dos baixos salários, obediente às ordens dos feitores das fazendas de café. Estará como aquele urso, sujeito a todo tipo de humilhação, oprimido e cansado, recolhendo moedas, para custear a viagem de volta.

¹⁹⁴ Ferreira de Castro, *op. cit.*, p. 52.

5. DE VOLTA AO MAR NOVAMENTE DESCONHECIDO

Apesar das agruras que o processo de emigração infringiu aos portugueses, a imagem da viagem manteve-se forte na cultura portuguesa, ainda persistindo a escolha do caminho marítimo, durante boa parte do século XX. Significativos são os últimos versos de *Padrão*, poema dedicado a Diogo Cão, navegador português do século XV, com o qual Fernando Pessoa reitera “a febre de navegar”.

E a cruz ao alto diz que o que me há na alma
 E faz a febre em mim de navegar
 Só encontrará de Deus na eterna calma
 O porto sempre por achar.¹⁹⁵

O gosto saudosista que faz Fernando Pessoa retomar a literatura camoniana, para dar à aventura do descobrimento um sentido mítico, poderia ser explicado pela ótica de Eduardo Lourenço como a maneira espontânea do povo português voltar-se para o passado, sem que essa “volta” se configure melancólica, ou nostálgica; é simplesmente “saudosa”. Conceituando saudade como um modo peculiar de relação com o tempo, Eduardo Lourenço nos leva ao entendimento dos versos de Pessoa como referência a um tempo mítico. Assim, esse passado-presente que a “*alma portuguesa não quer abandonar*”¹⁹⁶ situa-se num lugar onde não é possível distinguir a realidade do sonho, de forma que a saudade, mais que recuperar o passado, pode inventá-lo e transformá-lo em abrigo onírico, indiferente à realidade empírica. Antes de estar

¹⁹⁵ Fernando Pessoa, *Obra Poética*, op. cit, p. 83.

¹⁹⁶ Eduardo Lourenço, *op.cit.*,p. 14.

em qualquer outro, o povo português está em seu próprio mundo, constituído pelas lembranças de um passado resgatado e reinventado pela saudade.

Tal como é entendida por Eduardo Lourenço, a saudade portuguesa é regresso à casa, configurada não individualmente, mas no imaginário de uma coletividade. O sentimento saudosista permite mais que regressos a momentos ou lugares perdidos na sucessão irreversível do tempo – permite a adesão imediata do momento evocado ao presente. E “quem os fará sair de um labirinto que não é mais do que o da sua imagem sublimada, consoladora de que eles são o criador e as criaturas?”¹⁹⁷

A propósito dessa reflexão de Eduardo Lourenço, lembramos um texto sem data escrito por Fernando Pessoa:

O português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam o que seja. Somos um grande povo de heróis adiados (...) Cada um de nós tem um Quinto Império no bairro, e um auto-D. Sebastião em série fotográfica (...) Somos hoje um pingo de tinta seca da mão que escreveu império da esquerda à direita da geografia. É difícil distinguir se o nosso passado é que é o nosso futuro, ou se o nosso futuro é que é o nosso passado (...) O Atlântico continua no seu lugar, até simbolicamente. E há sempre império desde que haja imperador.¹⁹⁸

A constatação de Fernando Pessoa o situa diante da questão que ele próprio chama de “lusitanidade íntima”, cuja falta lhe parece ser o mal que mina os portugueses. Como forma de reerguer o íntimo de cada português, ele propõe a renovação de um grande mito nacional – “Começemos por nos embebedar desse sonho, por o integrar em nós, por o encanar”¹⁹⁹. Conforme declarou Fernando Pessoa, acreditar em um mito seria a única maneira eficaz para se criar uma atmosfera de grandeza nacional capaz de impulsionar o país

¹⁹⁷ Eduardo Lourenço, *op.cit.*, p. 11.

¹⁹⁸ Antônio Quadros, *Obra em prosa de Fernando Pessoa – Portugal Sebastianista e Quinto Império*. Publicações Europa-América, s.d., p. 54.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 47.

e livrá-lo da estagnação. Seria a maneira de se dar na alma da nação o fenômeno imprevisível e regenerador da esperança.

Acreditando primordialmente numa pátria íntima, inerente a cada indivíduo, Fernando Pessoa propôs, na *Mensagem*, aos seus contemporâneos, uma navegação que tinha como meta esse núcleo espiritual, oculto, guardado no âmago do ser. Era uma forma de “responder” à decadência²⁰⁰ presente na Europa e, particularmente, em Portugal, agravada pela descrença e pelo desânimo. No âmbito coletivo da nação, Pessoa viu esse poder regenerador imantado pelo mito e indicado pelos símbolos. Assim, no início do século XX, Pessoa deu à navegação e, portanto, ao tema da viagem a tonalidade positiva que seria, no fim do mesmo século, retomada por José Saramago com outra diretriz.

O romance *A jangada de pedra* de Saramago, conta o desgarramento sem dor de um gigantesco bloco de terra, que se dirige ao mar “novamente desconhecido”. Os povos peninsulares, ligados pela origem, alianças, história e geografia partem numa aventura marítima, nunca vista anteriormente, pois não buscam exatamente novas terras, mas procuram rebelar-se contra um movimento diluidor de suas marcas identitárias.

O rompimento da cordilheira rochosa, fato grandioso e, sem dúvida, transformador por excelência, não chega como uma fatalidade, como uma catástrofe. A narrativa, ora nos deixa a impressão de que há uma decisão consciente por trás do ocorrido, ora que, simplesmente, é um acontecimento natural, no seu tempo de maturidade. Para a península foi chegado o instante de mover-se, assim como chegam as estações ou os sinais da idade adulta.

²⁰⁰ Cf. Haquira Osakabe, *Fernando Pessoa. resposta à decadência*, Curitiba: Criar Edições, 2002.

A descrição da península, após o desligamento da Cadeia dos Pireneus, é de alguém que desperta de um longo sono, desejosa de movimento e vida, como podemos observar na passagem:

Então a Península Ibérica moveu-se um pouco mais, um metro, dois metros, a experimentar as forças (...) Houve depois uma pausa, sentiu-se passar nos ares um grande sopra, como a primeira respiração profunda de quem acorda, e a massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com sua gente e seus animais, começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido.²⁰¹

O leitor entende que não há um sentido de calamidade nesse desligamento; trata-se do início de uma viagem. A barca que se afasta do porto “respira”, “experimenta as forças” e parte. Na figuração da jangada de pedra ocorre a união de dois opostos, aparentemente inconciliáveis – vontade consciente e pedra inanimada. E há um propósito claro nessa fusão, pois simbolicamente pedra, terra, gente, rios e animais se confundem, eles formam um todo que está vivo, movimenta-se e, consciente de si mesmo, parte em busca de um outro ancoradouro.

A barca apresenta-se como um conjunto orgânico que se desprende “abrindo-se como uma romã, sem dor aparente, e apenas, quem somos nós para o saber, porque amadurecera e chegara o seu tempo”²⁰². O amadurecimento indica que, para os povos ibéricos, é chegada a hora de partir; e partir é aventurar-se. Na narrativa o ontem e o hoje se encontram sob o signo da viagem. A jangada abandona o cais, de acordo com uma orientação contemporânea, nova, mas que busca sua força imagística num Portugal dos

²⁰¹ José Saramago, *A jangada de pedra*, Mestres da Literatura Brasileira e Portuguesa, Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 43.

²⁰² *Ibid.*, p. 31.

séculos passados e que se mantém vivo como mito na cultura portuguesa. Por isso, a barca aponta ao mar “novamente desconhecido”. Essa frase é bastante elucidativa para compreensão do motivo da empreitada, já que a expressão guarda um sentido amplo. Não se trata de “desconhecer” o mar, pois o tempo da narrativa é o tempo em que os mapas geográficos são feitos a partir de imagens precisas enviadas pelos satélites. O mar é “novamente desconhecido”, como o foi no passado, quando houve a arrancada dos povos ibéricos, para a expansão ultramarina. Há uma longa história de viagens e aventuras implícita nessas duas palavras.

José Hermano Saraiva, em *A História Concisa de Portugal*, observa que a amplitude da ação exercida pelos portugueses numa enorme parte do mundo é surpreendente e que a história do mundo não pode escrever-se sem as numerosas referências ao que nele foi praticado por “esse pobre povo de um pobre país nos confins da Europa”. Para o historiador, o conceito de expansão inclui realidades ocorridas em épocas diferentes, que resultaram de impulsos também diversos; confundem-se nessa conceituação quadros sócio econômicos, estados de consciência coletiva e motivações individuais. A compreensão de tal conjunto deve considerar cada conquista como continuação de uma anterior, são etapas inseparáveis de uma grande viagem que se chama expansão e cujo conceito guarda, no bojo do seu significado, mais que a busca de aventuras e a posse de novas terras, pois compreende ainda as inúmeras fases de um processo de colonização das terras conquistadas e a conseqüente exploração dos seus bens.

Em *Dialética da Colonização*²⁰³, Alfredo Bosi refere-se a essa necessidade do expansionismo português, como efeito do crescente capitalismo mundial e também como tentativa de resolução de carências e tensões internas. Esses são fatos determinantes de um processo de conquistas de terras e povos colonizáveis, em que se desenvolvem táticas específicas para o aprimoramento dos mecanismos de ocupação. Conforme Bosi:

Quando é aguçado o móvel de exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social (...) não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas portuguesa e espanhola.²⁰⁴

Sem dúvida, o processo colonizador brutal e predatório está contido no ímpeto mercantil que levou Portugal a abraçar as grandes empreitadas marítimas e foi essa crescente marcha de dominação, do século XVI ao XX, do Atlântico ao Pacífico, da costa africana ao Brasil, que fez das atividades do mar uma constante na vida portuguesa. Todavia, esse direcionamento marítimo enraizou-se na cultura portuguesa, adquirindo estatuto simbólico que transcende os aspectos sócio-políticos da colonização. É essa raiz simbólica que Saramago encontra na história de Portugal, dando-lhe, no entanto, uma nova diretriz. Na sua ficção, o antigo espírito expansionista cede lugar a um impulso libertador dos que se lançam ao mar, para buscar autonomia e afirmação da identidade.

No início do século XIX, a necessidade de revisitar o passado para alicerçar um futuro, que a Revolução Liberal pretendia tornar viável, dá os contornos de um Portugal que se descobre um tanto à margem do espaço

²⁰³ Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, S. Paulo: Cia das Letras, 1992.

²⁰⁴ *Ibid.*, pp. 20-21.

econômico europeu. O tempo de sua história peninsular cujo estatuto era de descobridor e colonizador de África, Oriente e Brasil, ilhou Portugal no tempo de uma memória histórica e mítica. Eduardo Lourenço mostra que esse processo de afastamento em relação ao restante da Europa começou, quando os povos peninsulares ibéricos, em especial Portugal, assumiram uma postura militante em função da urgência imposta pela Reconquista dos territórios ocupados pelo Islão. A luta através dos séculos predestinou os povos peninsulares a restabelecerem as fronteiras da cristandade e, de certa forma, deixou-os de fora dos principais conflitos que dariam uma nova configuração à economia européia. Posteriormente, com os descobrimentos, “Portugal entrou num tempo histórico que lhe alterou não só o antigo estatuto de pequeno reino cristão peninsular, entre outros, mas a totalidade de sua imagem.” E essa imagem “de um país que tinha sido um império”²⁰⁵ passou a identificar Portugal e dar-lhe os contornos simbólicos de uma ilha histórica e mítica.

A literatura portuguesa, ao longo dos séculos, além de documentar as conquistas e os problemas decorrentes da expansão ultramarina, traçou constantes simbólicas que se atualizaram de diferentes modos, em diferentes épocas. A maior de todas essas constantes diz respeito ao gosto da aventura – “febre de navegar” – que move a cultura, portuguesa de um modo particular. Esse gosto pela aventura especifica-se como aventura marítima, ou em termos simbólicos: enfrentamento do indefinido risco de um horizonte ainda não codificado historicamente cuja imagem mais fiel é o mar desconhecido.

²⁰⁵ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 95.

Em entrevista a Carlos Reis, registrada no volume *Diálogos com José Saramago*²⁰⁶, o autor português, inquirido sobre seu país, enquanto tema forte em sua obra, expressou-se nos seguintes termos:

Bom, o tema forte será Portugal, uma vez que dele falo e falo sempre com uma espécie de dor. Coisa que também não é inédita na relação entre os escritores portugueses e nossa terra traduzindo uma espécie de desespero por não podermos ou não querermos sair dessa espécie de mesquinhez que nos caracteriza em parte; isso, além de outras coisas que nos caracterizam também e que são aspectos positivos, evidentemente.²⁰⁷

Saramago diz que ninguém fica imune ao ensino e o “matraquear” da comunicação social sobre os supostos valores e méritos que distinguem o povo português: a idéia de que são realmente muito bons, de que foram bons soldados, bons missionários, acaba por se constituir uma lição de idealização da pátria que todos acabam recebendo, quer queiram quer não. E a questão é que sua terra não é mais o grande império conquistador; dissiparam-se os “fumos da Índia”, ficou o desencanto de reconhecer a existência do que ele chama de “uma espécie de mesquinhez”, o que lhe é muito doloroso. A esse respeito cita uma frase de Garrett “A terra é pequena e a gente que vive nela também não é grande” e reconhece que lhe dói saber que essa frase foi dita no século XIX e que, provavelmente, o que ela diz outros já pensaram antes.

A sintonia de Saramago com a memória cultural de seu país guarda a vitalidade de uma análise distanciada e racional, mas também se mostra íntima e expressiva do que poderíamos chamar aqui de expressão portuguesa. Portugal não é mais a potência de primeira grandeza da Renascença e as questões sociais, registradas pelos autores que destacamos anteriormente,

²⁰⁶ Carlos Reis. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: editorial caminho, 1998.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 146.

continuam muito vivas em *A jangada de pedra*. Não é estranho, portanto, que na ficção de Saramago, a Península Ibérica “resolva” deixar a Europa e partir. A ausência da península no seu espaço geográfico fortalece ainda mais a idéia do espaço português como um lugar onírico, lugar que não está nos mapas e não se restringe ao pequeno retângulo à beira do Atlântico; mas não é só isso. As imagens literárias de Saramago alimentam-se e, simultaneamente, são a fonte de um projeto para Portugal.

Braço amputado da Europa, a península quer autonomia, poder de escolha. Daí novamente a viagem, a busca sempre renovada, a febre de navegar que movimenta o homem português, para o mar “novamente desconhecido”. Este é o sentido maior para a construção de uma jangada de tal proporção, incomparável às frotas lusas de outros tempos.

Quando a jangada de pedra prepara-se para partir, acontecimentos extraordinários ocorrem em pontos distintos da Península Ibérica como se estivessem a pressagiar o início de uma transformação grandiosa na geografia do planeta Terra: a Cadeia dos Pireneus se rompe e a península começa a movimentar-se, deixando para trás o restante da Europa.

Ao descrever os fatos insólitos e interligados, que anunciam simbolicamente a grande viagem, o narrador queixa-se do extenuante trabalho que é organizar, no relato, os inúmeros episódios, porque nós leitores queremos tudo muito bem explicado, “vírgula por vírgula”. Para ele, a principal dificuldade é narrar, separadamente, fatos que aconteceram ao mesmo tempo e ter que escolher qual contar primeiro. Lamenta que o seu relato não seja um libreto de ópera, para poder ser cantado por tenores baixos, barítonos e sopranos, entre líricos e dramáticos, “garganteando” os fatos, inteiros ou em

partes, um a um ou em coro, sucessivamente ou em forma simultânea. Segundo ele, a ópera poderia, mais facilmente, dar conta de narrar: a reunião dos governos espanhol e português; a posição da OTAM, a pânico debandada dos turistas, o assalto aos aviões; a fuga dos ricos e poderosos capitais, o congestionamento - em suma, toda a loucura desses dias em que a Península Ibérica resolveu aventurar-se ao mar como uma jangada de pedra, transportando cidades, rios, gentes e animais rumo ao desconhecido.

A narrativa segue vários caminhos, obedecendo a um tipo de construção, na qual inúmeros elementos, sejam do presente ou do passado, da vida real ou imaginária, convivem seguindo um ritmo profuso, repleto de informações. Os assuntos não estão organizados linearmente, são múltiplos e simultâneos como os sons de uma ópera, de forma que a leitura de *A jangada de pedra* pede um ouvido atento, sintonizado com a diversidade de sentidos.

Os primeiros “acordes” são dados pela lenda e por fatos extraordinários. Os cães da região de Cerbère sempre foram mudos, mas voltaram a ladrar, no momento em que as rochas começaram a estalar. As rachaduras, por sua vez, parecem ter sido desencadeadas pelo gesto aparentemente insignificante de Joana Carda, realizado a muitos quilômetros da Cadeia dos Pireneus. A moça pegou ao acaso uma varinha, dessas comuns, que servem como acompanhantes em passeios solitários, e fez um risco no chão.

O risco, aparentemente insignificante, que guardava o mistério de sempre se reconstituir depois de apagado, dá início a um estranho processo: fendas e mais fendas aparecem na Cadeia dos Pireneus e, pouco a pouco, a enorme massa de terra começa a se afastar da Europa. Se, a princípio, as rachaduras da cordilheira parecem ser um fato mágico e extraordinário, logo percebemos

que não é somente esse o tom da narrativa – há um sentido mais amplo envolvendo o rompimento geográfico. A península, transformada em jangada, desliga-se do Velho Continente e, como um barco aventureiro que abandona a calmaria do cais, parte em busca de novos horizontes.

A Europa e o mundo se dão conta de que os Ibéricos, simplesmente, resolveram partir e que não há mais acordos ou exigências possíveis diante de tal situação: uma península solta no mar navegando sem leme ou destino certo. Desgarrados, tornam-se autônomos e devem ser, por isso, auto-suficientes, sem dependências econômicas ou políticas, e capazes de decidir seu próprio destino.

O rompimento não é só rochoso, mas também das relações entre os países. A postura assumida pelo narrador de *A jangada de pedra*, irônica e atenta aos reais interesses que norteiam os acordos internacionais, reescreve acontecimentos históricos relativos à crise vivida por Portugal, principalmente, durante o período compreendido entre o fim do regime salazarista e a integração do país na Comunidade Econômica Européia. Daí, a península ter, simbolicamente, arrebatado o cordão umbilical que a unia à “mãe amorosa”, para dar início a seu movimento de rebeldia.

A separação envolve, nesse primeiro momento, a identificação de “quem fica” e de “quem parte”. O homem ibérico é qualificado pelo narrador como “raça inquieta”, “desassossegada”, que não se acomoda às situações, em oposição aos outros europeus “de cima”, que apenas observam a partida.

5.1 Deixando o porto

A leitura dessa barca que se desliga do Velho Continente deve considerar a evolução da sociedade portuguesa no século XX e também a herança cultural dos séculos passados. É nesse sentido que esse estudo vem buscando evidenciar a importância das viagens e o impulso gerador desse movimento em direção ao mar, que agora encontramos movendo a jangada de pedra de Saramago.

A imensidão das águas oferece a possibilidade de mudança e a sociedade para a renovada demanda vinda do inquieto Portugal que, ao dizer não à Europa, procura novamente o caminho marítimo como resolução de seus problemas. Recuperado o sentido dessa escolha pelo mar, procuramos compreender os motivos de tão drástica separação. E são, justamente, os principais acontecimentos políticos, ocorridos no século XX, que a explicam. Quando Saramago recria parte da história do seu país, deixando vir à tona a consciência do espectador insatisfeito com os rumos da política e da economia portuguesas, mostra mais uma vez sua filiação à tradição literária dos escritores lusos que o precederam. Dessa forma, tornam-se imprescindíveis esclarecimentos sobre os principais fatos da política interna e externa de Portugal, a partir da segunda metade do século XX.

Nesse período, encontramos um “Portugal em transe”, vivendo dificuldades econômicas, como viveu em outros tempos, mas há que se atentar às particularidades desse momento de desequilíbrio. O país enfrentou uma grave crise socioeconômica decorrente do regime político ditatorial instituído por Salazar e continuado por Marcello Caetano, que assumiu a chefia do governo

em 1968. A escolha do sucessor de Salazar passou pela avaliação das Forças Armadas, os ministros militares foram ouvidos e uma das disposições, que assegurava a continuidade do regime, era não aceitar qualquer afrouxamento da política de defesa e integridade do ultramar. A continuidade da guerra na África com o intuito de manter o poderio colonial era regra básica e um fator de coesão do poder instituído por Salazar; entretanto, a guerra já durava treze anos e o déficit comercial agravava-se pelo fato de o Estado não conseguir arcar com as despesas, cada vez mais pesadas, que os conflitos em África infringiam. Isso tornou a manutenção dos territórios ultramarinos completamente inviável. Nas palavras do historiador José Mattoso:

... Lisboa estava prisioneira do que se passava em África. De facto, Lisboa desde a década de 60, mais que a capital de um império colonial, estava subjugada por este, gastando na defesa diplomática e militar de manutenção da soberania política o melhor do seu tempo e energia.²⁰⁸

O processo de descolonização tornou-se imprescindível, mas só pôde ser feito com a queda do regime político de Salazar. O movimento de 25 de abril de 1974 veio dar um fim à administração ditatorial e corporativista, que já durava meio século, e ao condicionalismo industrial que levou o país a uma crise insustentável. É importante lembrar que esse movimento, na prática, não correspondeu ao sonho português de uma revolução social que pudesse recuperar o atraso histórico da economia portuguesa, tendo como referencial, obviamente, o nível de vida europeu.

O estabelecimento de um paralelo entre os fatos do romance e os acontecimentos envolvendo a sociedade portuguesa do século XX mostra que a

²⁰⁸ José Mattoso, *História de Portugal – Portugal em Transe*. Coord. José M. Ferreira, Lisboa: Caminho, s.d., vol.8, p. 95.

ficção reescreve a história, não na ordem da ocorrência dos fatos, mas de acordo com o direcionamento que a criatividade do escritor estabelece. No romance, são as implicações sociais e econômicas causadas pelo desgarre da península que causaram a crise do governo. A notícia de que a enorme jangada avançava em direção aos Açores, e que provavelmente haveria uma calamidade, se viesse realmente a se chocar, foi o motivo para o governo português se demitir,

...com fundamento na evidente gravidade da conjuntura e no perigo coletivo iminente, o que permite pensar que os governos só são capazes e eficazes nos momentos em que não haja razões fortes para exigir tudo de sua eficácia e capacidade.²⁰⁹

O narrador reconhece a incapacidade dos governos de agirem adequadamente nos momentos de crise e perigo. Isso fica ainda mais claro, quando ele diz:

Os Governos de Salvação nacional são também muito bons, pode-se mesmo dizer que são os melhores que há, lástima é que as pátrias, só de longe em longe precisam deles, por isso não temos habitualmente governos que nacionalmente saibam governar.²¹⁰

Em *A jangada de pedra*, o governo de Salvação Nacional enfrenta o descrédito do narrador que avalia a possibilidade do tal governo ser bem sucedido na empreitada de “salvar” o povo, dizendo que não se podem evitar “certas manifestações de cepticismo congênito”, já que todos conhecem o elenco ministerial. O narrador duvida da competência da equipe administrativa e, embora essa crítica se dê no plano da ficção, fica evidente que Saramago alude a importantes acontecimentos que fizeram parte da história portuguesa

²⁰⁹ José Saramago, *op.cit.*, p. 200.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 201.

recente e consegue incorporá-los à narrativa, a partir da ótica irônica que lhe é característica.

O traço mais ostensivo das referências feitas pelo narrador à política e aos governantes portugueses é a ironia, termo que indica uma técnica de rebaixamento utilizada para dizer o mínimo e significar o máximo possível²¹¹. De acordo com Northrop Frye, o olhar irônico volta-se para um horizonte limitado e denuncia suas falhas. No caso específico de Saramago, a afirmação irônica dá-se de forma indireta e não se explicita o julgamento moral. Frye define o “ironista exigente” como aquele que apenas afirma, deixando que o próprio leitor acrescente a condenação irônica. Este é o narrador de Saramago; embora seu discurso demonstre familiaridade com os fatos, posiciona-se como alguém que apenas reflete sobre determinadas situações, deixando para o olhar do leitor a identificação do ponto nevrálgico que a narrativa procurou sutilmente sugerir.

Em *A jangada de pedra*, encontramos interligadas história e ficção. Obviamente não se trata de uma resenha de acontecimentos políticos, mas é possível reconhecer, no contexto da ficção, passagens do movimento revolucionário que derrubou a ditadura de Salazar. No romance, o episódio sobre a demissão do governo português e a reflexão sobre a inoperância administrativa dos governantes, por exemplo, invoca o fato de que, durante o 25 de abril, o governo, então instituído em Portugal, diante da certeza que haveria um golpe militar, postou-se como se não tivesse nenhum interesse em frear as movimentações revolucionárias. Pouca ou nenhuma resistência foi oferecida às Forças Armadas que tomavam o país. A vitória foi alcançada pela aceitação

²¹¹ Northrop Frye, *Anatomia da Crítica*, Trad. Péricles S. Ramos, S. Paulo: Cultrix, p. 47.

pacífica dos que apoiavam o regime, tendo sido reconhecida a superioridade militar e política dos revolucionários. Os ministros militares e o próprio Marcello Caetano entregaram pacificamente o poder ao General Spínola e aguardaram que uma escolta os fossem buscar, para serem levados sob prisão ao Quartel de Engenharia I, onde Marcello Caetano declarou: “Se não fossem as circunstâncias em que isso se deu, a única sensação que teria era a de alívio, pois só estava a receber más notícias de todos os setores.”²¹²

As “más notícias” decorriam das relações entre o Estado Novo conduzido por Marcello Caetano e um grupo de oficiais-generais, que pretendiam a redefinição dos objetivos nacionais quanto aos problemas de manutenção dos territórios ultramarinos, questão crucial na vida política portuguesa e quase obsessiva no imaginário português.

No texto de Saramago, após a demissão do governo, o primeiro ministro declarou ao país que, diante das dificuldades ocasionadas pelo desgarre da península, seria mais adequada a criação de um Governo de Salvação Nacional com participação de todas as forças políticas. Tanto na ficção quanto na história documentada, o governo português, diante de reais dificuldades, resolveu abster-se de qualquer ação política, deixando o problema para quem quisesse resolvê-lo, mesmo que isso significasse entregar a administração aos opositores políticos.

A Junta de Salvação Nacional que, no romance, ganha uma nota irônica, existiu realmente e foi o único órgão de soberania revolucionária instituído, após o fim do regime de Salazar. Embora esse órgão tenha tornado visíveis as forças políticas e sociais que se opunham à ditadura, enfrentou intensa manifestação

²¹² José Mattoso, *op.cit.*, p. 30.

dos trabalhadores que estavam à procura de novas formas de organização sindical. Em decorrência, aconteceram inúmeras greves, que afetaram seriamente as indústrias. O país necessitava de medidas eficazes para a reorganização da economia e, entre as muitas tentativas ensaiadas nesse período conturbado, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia pareceu ser uma solução para todos os problemas. Participar da economia europeia poderia trazer a possibilidade de implantação de leis básicas que beneficiariam a comunidade, por isso as políticas posteriores à revolução tiveram como prioridade a inserção do país no espaço das relações económicas internacionais. A adesão possibilitaria, teoricamente, a participação do país nas relações internacionais e no grupo dos ricos da economia mundial.

A narrativa de *A jangada de pedra* parece referir-se a essa questão, na passagem em que ocorre uma reunião da Comunidade Económica Europeia para discutir como ficariam os acordos económicos tratados anteriormente; já que a Península Ibérica afastava-se fisicamente da Europa. O narrador observa que alguns membros chegaram a manifestar um certo “desprendimento”, durante o debate sobre a manutenção dos acordos em vigor e chegaram a insinuar que “... se a Península Ibérica se queria ir embora, então que fosse, o erro foi tê-la deixado entrar”²¹³

O texto continua mostrando que os comissários portugueses e espanhóis ficaram indignados com a postura indiferente dos países membros e que, cada qual, em sua língua, repetiam o conhecido ditado ibérico: “Os amigos são para as ocasiões”. É óbvia a crítica de Saramago à crença disseminada em Portugal a respeito dos benefícios que iriam supostamente advir da “solidariedade

²¹³ José Saramago, *op.cit.*, p. 43.

atlantista”. De fato, as negociações efetuadas por Portugal, para o contrato de adesão à CEE, encontraram inúmeros obstáculos. À rapidez com que foi decidida a adesão, seguiu-se a lentidão das negociações que se arrastaram por 8 anos, desde o pedido em 1977 até as conclusões em 1985. Saramago falou sobre o assunto:

A idéia de uma Europa que nos iria levar no colo e que iria resolver todos os nossos problemas (...) conduziu-nos a quê? Conduziu-nos ao prolongamento da situação anterior, num quadro diferente. Por que antes era o jogo das potências no qual não tínhamos importância nenhuma; agora, é um suposto jogo de concerto e de acordo geral em que nós participamos, mas que também continuamos a não ter importância nenhuma.²¹⁴

A visão do escritor corresponde à quebra das expectativas de que Portugal poderia ser aceito na CEE como membro participativo e operante, recebendo os mesmos benefícios que os componentes mais fortes e mais antigos. Uma série de entraves durante o processo de adesão e os acordos favorecendo sempre e muito mais as economias ricas mostraram que o tratado de adesão não se firmava em bases solidárias; as dificuldades, segundo Saramago, “começaram a desenganar os que sonharam ir receber a Bruxelas uma pensão de tranqüila reforma por um império acabado e uma revolução desfeita.”²¹⁵

Contrariando a ansiedade portuguesa, a CEE não teve pressa na condução do processo e não concedeu a Portugal nenhum benefício que pudesse prejudicar as negociações que travava em paralelo com a Espanha. Em março de 1984, o conselho de ministros da CEE declarou fechar as negociações com Portugal e Espanha até 30 de setembro, o que tornou claro

²¹⁴ Carlos Reis, *Diálogos com José Saramago, op.cit.*, p. 147.

²¹⁵ *Ibid.*, p.166.

que trataria igualmente os países ibéricos, tanto que o tratado de adesão foi assinado por Portugal em 12 de junho de 1985 e, no mesmo dia, à tarde, a Espanha entrou para a CEE. Além disso, as duas economias da península passaram a ter um quadro institucional que estimulou a sua integração, como, por exemplo, a condição imposta a Portugal de não ter mais direitos aduaneiros em relação à Espanha.

Logo, é perfeitamente compreensível que os países ibéricos estejam juntos na jangada de pedra de Saramago e no adeus à Europa. Da mesma forma que parece ser adequada a coloração pejorativa dada às relações internacionais, e também o tom constantemente irônico do narrador que cresce, substancialmente, nas passagens do romance, em que há negociações da península com os países europeus.

No caso do encontro dos especialistas da França e Espanha, por ocasião do alargamento das fendas que deram início à ruptura das rochas, quando ainda não se sabia que haveria uma total separação da península, a narrativa mostra maneiras de ser e reagir muito distintas, como se estivesse a caracterizar os agentes dessa história. Os franceses são os vizinhos, “astutos e cartesianos”, capazes de nomear acertadamente as primeiras providências objetivas a serem tomadas para resolver o problema das rachaduras: “colmatar a brecha” – para o narrador, “nunca expressão alguma pôde ser tão rigorosa, por isso francesa, chega-se a pensar que alguém a pensou, algum dia, ou inventou, para vir a ser usada com plena propriedade, quando a terra se rachasse²¹⁶. Os “vizinhos”, além de astutos, são insolentes – o jornalista “Michel e cínico”, disse a seu colega espanhol “sério e Miguel”, que ficasse com a

²¹⁶ José Saramago, *op.cit.*, p. 26.

fenda, já que estavam tão precisados. Eles, os franceses, não necessitavam de “furos cartesianos virados ao contrário”, só no Cirque de Gavarnie tinham uma cascata de 400 metros de altura.

O narrador torna-se ainda mais agudo, ao relatar as negociações entre Portugal e Espanha e os países da OTAN, a propósito do pedido feito pelos países peninsulares de uma declaração de solidariedade atlantista, quando a situação dos dois países parecia desesperadora. O narrador, ironicamente, diz que a resposta foi apenas uma frase impublicável: “Wait and see”. Esse “espere e veja” também ocorreu durante o processo de adesão de Portugal à CEE; basta lembrar que os trâmites do processo que resultaram nas resoluções finais do Conselho Europeu se deram de forma exasperadamente lenta. Somente depois de inúmeras propostas e acordos, o tratado foi assinado e, ainda assim, Portugal teve que aceitar condições que eram mais favoráveis às economias ricas. Essa situação pode ser reconhecida no romance, no momento em que se dá o relato do apelo feito por Portugal aos países “irmãos”, que acolheram com “simpatia” o pedido, mas quiseram saber que tipo de auxílio os portugueses precisavam, pois a ajuda europeia dependeria das suas *“disponibilidades excedentárias”*²¹⁷

Ironicamente, o olhar do narrador apresenta como hipócrita a postura dos países europeus verdadeiramente indiferentes a qualquer tipo de relacionamento “amigo” que não lhes trouxesse benefícios. O narrador diz, inclusive, que graças a esse tipo de solidariedade internacional se evitou a fome em África. Mentirosa, a afirmativa enfatiza a denúncia à insensibilidade dos

²¹⁷ José Saramago, *op.cit.*, p. 202.

países ricos diante da situação miserável dos povos de economia deficitária, especialmente os povos africanos.

Quando Carlos Reis motiva o escritor a falar sobre a relação Portugal-Europa, Saramago toca num ponto essencial para a compreensão do “tratamento” que o narrador dá ao relato das “negociações” internacionais. Ele diz: “No que se refere à Europa, continuo a acreditar que ela é um grande engano, que é qualquer coisa que nos vai custar muito caro e que não posso aceitar”. Mas, ao mesmo tempo questiona:

Queria eu que se prolongasse e se mantivesse a situação anterior? Não, não desejaria que se mantivesse a nossa dependência estrutural, sendo Portugal um país débil, com uma economia débil, pouco importante ou nada importante no concerto geral das nações: esse foi sempre, a partir do século XVII ou XVIII, o nosso lugar e iria continuar a ser assim.²¹⁸

Tampouco lhe parece lucrativa a entrada de Portugal na CEE. Pergunta-se a quem serve a Europa e diz que não serve ao emprego, “*porque já leva quase vinte milhões de empregados*” e que todos, na realidade, direta ou indiretamente, servem a uma macroeconomia das grandes empresas internacionais. Para ele, esse é um jogo de potências, subpotências e meros satélites, como é o caso de Portugal. Se por um lado o conceito de cidadania se amplia com a participação do país na economia europeia, por outro é ínfima a participação dos “novos cidadãos europeus”, já que, na prática, Portugal está à margem da grande engrenagem. Trata-se de uma ilusão de cidadania. Saramago relembra, a esse respeito, um discurso do presidente Mário Soares, no qual ele se refere aos europeus como duzentos ou quatrocentos (o escritor não está bem certo) milhões de “consumidores”. Percebe-se que para o escritor

²¹⁸ Carlos Reis, *Diálogos com José Saramago*, op.cit.,p. 147.

é muito difícil constatar que o discurso do dirigente político elege novos termos, como se, no mundo globalizado, a palavra “cidadão” não fosse mais apropriada e tivesse que dar lugar à substituta “consumidor”, mais condizente com o tipo de economia que se instaura.

5.2 O adeus à “mãe amorosa”

A partida se torna, então, inevitável. A Península Ibérica resolve cortar os laços que a unem ao Velho Continente. O rompimento definitivo dá-se quando são cortados os últimos cabos de alta-tensão, que fornecem eletricidade aos habitantes da península. Os cabos rompidos são como o cordão umbilical que, após o nascimento, torna-se um elo inútil, perdendo sua função de condutor de energia. O interessante na figuração desse nascimento da península é que os primeiros momentos de escuridão causaram autêntico terror aos habitantes. A extinção total das luzes, chamada “apagón” em Espanha e “negrum” em Portugal, pareceu à população ser o fim de tudo, “um terremoto não teria sido pior em efeitos morais (...), era como se a terra tivesse mudado de órbita e viajasse agora num espaço sem sol”²¹⁹. Mas, em seguida, decorridos os quinze minutos durante os quais se fizeram as conexões de emergência, a corrente elétrica voltou. A luz, porém, não chega de uma vez, a princípio, há um piscar enfraquecido e sonolento, mas que se fortalece e torna clara a situação: a península Ibérica havia-se soltado do continente europeu.

²¹⁹ José Saramago, *op.cit.*, p. 36.

O primeiro momento é de incertezas, a península fica às escuras, quando passa de um estado para outro, o que simboliza o primeiro contato dos ibéricos com a autonomia. Desgarrados, devem ser capazes de gerar sua própria luz e de escolher os rumos a seguir: “sem abalo nem dor, como um cabelo que silenciosamente cai, pela simples vontade de Deus, ao que dizem.”²²⁰.

O narrador se refere à Europa como “mãe amorosa”, que se afligiu com a sorte de suas terras extremas, e completa o pensamento algumas páginas mais tarde, afirmando que os europeus “depressa se tinham acostumado, suspeita-se com um inexpresso sentimento de alívio, à falta das terras extremas ocidentais”²²¹. E que, se os novos mapas (sem a península), de alguma forma, incomodam os europeus, seria pela mesma razão que ainda hoje sentimos o mal-estar “incompreensível” causado pela falta de braços na Vênus de Milos.

A figuração da península como braço perdido da Vênus satiriza a suposta visão que os “outros” europeus, os não ibéricos”, teriam de si mesmos – um todo harmonioso feito de partes constitutivas, que se encaixam perfeitamente, porque são da “mesma natureza”. Se há o mal-estar incompreensível causado pela ausência de uma parte, é preciso reconhecer que esta falta não compromete o “valor” do que resta, como se as partes fundamentais permanecessem intactas. Atribui-se beleza à Vênus, apesar do braço perdido; além do que, estamos tão habituados a essa imagem que já não lamentamos desconhecer a parte desaparecida. Contudo, se a Península é vista pelos europeus como um membro desgarrado, é preciso reconhecer que o alívio causado pela separação é mútuo; se de um lado temos os que se julgam

²²⁰José Saramago, *op.cit.*, p. 47.

²²¹*Ibid.*, p. 151.

autênticos europeus, do outro estão os povos que, enfrentando dificuldades, deverão renascer das cinzas, como Fênix.

Também para o restante Mediterrâneo se encontrará solução. Quantas vezes passaram por aqui peste e guerra, terremotos e incêndios, e sempre esta terra envolvente ressurgiu do pó e das cinzas, fazendo do amargo sofrimento doçura de viver, da tentação barbárica civilização, campo de golfe e piscina, iate na marina e descapotável no cais, o homem é o mais adaptável das criaturas, principalmente quando **vai para melhor**. Ainda que não seja lisonjeiro confessá-lo, para certos europeus verem-se livres dos incompreensíveis povos ocidentais (...) foi, só por si, uma benfeitoria, promessa de dias mais confortáveis, **cada qual com seu igual**.²²²

Essa idéia de “cada qual com seu igual” tende a repetir-se. Ao se referir aos transtornos causados pela ocupação dos hotéis, aos atentados à propriedade privada, ocorridos na península, durante os primeiros momentos da movimentação, Saramago conta que um jornal francês, “dos que formam a opinião pública”, publicou na primeira página, como crítica aos peninsulares: “Não se pode fugir à natureza”. A narrativa continua avaliando a manchete:

Esta sentença, apesar de tão pouco original, caiu no goto, as pessoas européias quando falavam da antiga Península Ibérica encolhiam os ombros e diziam umas para as outras, Que é que se há de fazer, eles são assim, não se pode fugir à natureza...²²³

As frases: “Cada qual com seu igual”, “não se pode fugir à natureza” reforçam a suposição de que os europeus não ibéricos vêem os povos peninsulares como “parcelas espúrias” e que há uma distinção inequívoca entre a Europa, isto é, “a Suíça – quinta essência do espírito europeu – sublimado,

²²² José Saramago, *op.cit.*, p. 153, (Grifo meu).

²²³ *Ibid.*, p. 98.

perfeito, simples...” e os “europeus destes”, “raça dos inquietos”, “fermento do diabo”.²²⁴

De acordo com o narrador, também na Europa, é possível encontrar gente como os ibéricos. Esses “outros europeus” invejaram a liberdade dos que viajavam na jangada de pedra e, já que foram capazes de admirá-los, é porque também trazem em si a inquietação própria daqueles que possuem espírito aventureiro. O reconhecimento dessa afinidade apenas reforça as qualidades dos peninsulares, pois a adjetivação positiva destinada aos “europeus de cima” baseia-se no destaque das similaridades com os ibéricos. A distinção entre esses europeus, vamos dizer, “marginais”, e outros “sérios”, representantes da Comunidade Européia, sustenta-se no fato de que os ibéricos de coração, ou seja, os que admiram os peninsulares, são gente da raça desassossegada que “segue com os olhos o comboio que vai passando e entristece de saudade da viagem que não fará”²²⁵. Os que observam vêem a península ganhar distância na amplidão - um único corpo de pedra e gente navega decidido a buscar aquilo que se desenha, talvez, às nações contemporâneas como um novo horizonte de utopia: buscar a autonomia política e decidir sobre o próprio destino.

5.3 A simbologia da ruptura

A ruptura da Cadeia dos Pireneus sinaliza o reconhecimento, pelo narrador, da existência de um desejo inconfessável e recíproco de separação, de forma que a península afasta-se conjugando um desejo coletivo de

²²⁴ José Saramago, *op.cit.*, p. 153.

²²⁵ *Ibidem.*

mudança cujo prenúncio envolve acontecimentos aparentemente fantásticos, ocorridos simultaneamente e que são, a um só tempo, determinantes e decorrentes da separação, posto que profetizam e atestam as rachaduras da cordilheira pirenáica.

A simples varinha de negrilho utilizada por Joana Carda para riscar o chão será, simbolicamente, o objeto cortante, divisor das fronteiras rochosas, até então, absolutamente inseparáveis. Além de Joana Carda, outros personagens receberam por algum tempo, dons extraordinários que constituem enigmas ligados à separação. Esses dons também podem ser compreendidos em conjunto. A coincidência desses enigmas representaria, alegoricamente, a força capaz de alertar e congregar todos os habitantes da península, no sentido de mudança e transformação. Assim, os fatos insólitos teriam o poder de espantar o olhar acomodado ao cotidiano e despertar a consciência dos ibéricos, para questões que envolvem toda a comunidade.

Os enigmas são o “extra-ordinário” que abala a rotina banal e exige mais que reações mecânicas. Em uma península desgarrada, os portugueses teriam que obrigatoriamente estar em movimento e, inclusive, rever a posição que cada um ocupa no mundo.

Quando analisa o teor dos assuntos debatidos pelas personagens que receberam os dons fantásticos, por ocasião do início das rachaduras, o narrador avalia:

...qualquer um, independente das habitações que tenha, ao menos uma vez na sua vida, fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudessem retirar do cotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias por violência se retirassem das malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar.²²⁶

²²⁶ José Saramago, *op.cit.* p.249.

Vê-se que a importância não se esgota no fato miraculoso em si, mas se concentra no efeito que ele pode causar. Neste caso, tais fatos retiram as pessoas da estagnação e as levam a enxergar as inúmeras possibilidades e experiências que o “movimento” proporciona.

Em *A jangada de pedra*, o diálogo do escritor José Saramago com a tradição literária abre-se para a cultura do seu tempo, por isso os símbolos da ruptura, sedimentados na tradição, aparecem ao lado de outros que compõem o imaginário contemporâneo; assim como fatos do passado convivem com os da atualidade.

Inúmeros e diversificados elementos povoam o mundo de *A jangada de pedra*: lendas, mitologia, tecnologia, política, religião, ética, cinema... um conjunto de muitos fragmentos que Saramago reúne e ajusta de acordo com a sua ordenação personalíssima. Dessa maneira, é perfeitamente natural encontrar Cérbero, a OTAN, Hitchcock, Camões e a CEE reunidos no romance. São estilhaços de cenas agrupadas num quadro que, embora seja surpreendente e dinâmico, é também perfeitamente compreensível.

Saramago esclarece o porquê de tantas combinações:

Está claríssimo que a ideologia como sistema de idéias depende das circunstâncias sociais e políticas, bem como de um conjunto de elementos, uns que vêm da tradição cultural, outros que são de ordem ética, outros ainda que têm que ver com a religião, com o sistema de poder que funciona numa sociedade – e isso toca a todos, porque toda a gente, escritor ou não, vive imerso nessa espécie de caldo.²²⁷

Daí ser possível encontrar, inclusa na viagem empreendida pela suposta vontade de toda uma região, a ligação entre a ficção e a realidade efetiva do

²²⁷ Carlos Reis, *Diálogos com José Saramago*, op.cit.,p. 73.

autor. Não há linearidade, nem diacronia movendo a profusão de imagens que compõem o quadro instável e múltiplo criado por Saramago.

São ilustrativos dessa dinâmica os acontecimentos dos quais participa Joaquim Sassa, um português, homem comum como os outros personagens, que se vê surpreendido por um fato extraordinário. Quando passeava tranqüilamente em uma praia ao norte de Portugal, resolveu subitamente levantar do chão uma pedra muito pesada e atirá-la ao mar, pensando que cairia a poucos passos de onde estava, mas, para sua surpresa, a pesada pedra subiu mais alto do que ele jamais poderia imaginar, tendo desaparecido em uma onda de espuma, somente depois de tocar a água e subir bem alto novamente. Um feito impossível, segundo o personagem, que se queixou por não haver ali nenhuma pessoa para dizer-lhe como alguém, de *“tão poucos recursos naturais”*, pôde lançar tão longe tamanho peso. Nesse ponto, repentinamente, a narrativa passa a referir-se a um elemento totalmente alheio ao acontecimento que está sendo descrito e como resposta a Joaquim Sassa, o narrador continua: *“Muito bem Joaquim Sassa, sou tua testemunha para o livro Guinness dos records”*²²⁸. O livro Guinness “acorda” o leitor para a própria elaboração da narrativa.

Em outra ocasião, Joaquim Sassa jantava em um restaurante, numa pequena vila, à margem do Tejo, e pôde ver pela TV imagens feitas, a partir de helicópteros, do canal assustador, de paredes altíssimas, que o afastamento ainda parcial da península deixou à mostra – “uma garganta hiante do inferno”, local que segundo os gregos antigos: “é sem saída, perdido nas trevas e ligado

²²⁸ José Saramago, *op.cit.*, p. 11.

à superfície por crateras vulcânicas e por fendas nas rochas, onde se perdem as águas.”²²⁹

A trágica possibilidade de o afastamento dos Pireneus ter liberado definitivamente o acesso ao inferno grego não consegue deixar o leitor apreensivo, pois o relato das transmissões das imagens assustadoras segue mostrando a cômica recepção feita pelo aparelho de TV do restaurante em que estava Joaquim Sassa. A “maldita antena”, de acordo com o dono do restaurante, prejudicou muito a transmissão da reportagem, a voz do locutor ficou pastosa e foram vistos quatro helicópteros no lugar dos dois que se arriscaram a filmar o canal profundo e assustador. E como se não bastasse o mau funcionamento do aparelho, um porco criado ali com os restos dos pratos começou a roncar, dando margem ao seguinte comentário sobre a “garganta hiante”: “assim deveria ter sido a entrada do inferno grego, mas onde deveria ladrar Cérbero, grunhe um porco, as mitologias já não são nada do que eram.”²³⁰

No texto de Saramago, a adjetivação “infernai” traduz ironicamente o lugar negativo que o povo ibérico, pelas marcas que o diferenciam, têm em relação ao contexto europeu. Para figurar imagisticamente a ironia, a literatura recorre aos chamados contextos negativos, “mundo inferior”, “infernai”, sujeitos ao olhar condenatório que os observa de cima para baixo. Com tal “superioridade”, os europeus supostamente olhariam os ibéricos e os julgariam diabólicos. Saramago espera dessa distância, definida pelo olhar europeu, a emersão da autonomia peninsular. Assim, a definição dos ibéricos como “raça dos inquietos”, “fermento do diabo” é elucidativa dessa intenção de mostrar que

²²⁹ José Saramago, *op.cit.*, p. 17.

²³⁰ *Ibid.*, p. 54.

esses são os que costumam agir, os que buscam as mudanças. Além disso, o termo “infernai” é condutor das referências à política internacional, que aparecem na narrativa, as quais redundam, quase sempre, em situações risíveis, como foi a transmissão do “inferno grego”, pela TV. Nessa perspectiva, associamos a explicação do narrador sobre a “garganta hante” – que no romance fica nos Pireneus, onde os gregos resolveram “acertadamente situá-la – ao episódio das negociações que precederam a adesão de Portugal no grupo econômico europeu. Em 1984, um ano antes da assinatura do tratado, o longo percurso rumo à integração parecia haver ultrapassado as principais dificuldades. Mitterrand, na época presidente da França, chegou mesmo a anunciar que Portugal seria membro em primeiro de janeiro de 1986, mas surpreendentemente voltaram a surgir obstáculos e foi justamente a Grécia que manteve reservas às adesões ibéricas.

A utilização do termo “infernai” por Saramago tem muita labilidade, logo as referências aos gregos não têm, necessariamente, o objetivo específico de aludir a esse fato; no entanto, as passagens das quais os gregos participam têm sempre um nota fortemente irônica. Exemplo disso é a explicação do narrador para o fato de o terrível guardião da porta do inferno ter tido descendentes mudos: “quicá por misericórdia final dos deuses já moribundos calaram-se os cães para a restante eternidade, a ver se com o silêncio se apagava da memória a ífera região”.²³¹ Entretanto a “ífera região” revive, quando uma mulher portuguesa faz um risco no chão de terra e marca com esse inocente gesto o local de ruptura das rochas. Em conseqüência, os cães voltaram a latir e anunciaram a separação da península. A linha divisória foi

²³¹ José Saramago, *op.cit.*, p. 8.

traçada pelos portugueses e os deuses moribundos não puderam mais impedir a ífera região de estar novamente viva e atuante. Os portugueses querem seguir adiante, porém, independentes, tanto da Europa como das grandes organizações econômicas.

Saramago constrói, então, uma jangada e coloca ali os que querem se salvar da arrumação do mundo advinda do jogo de interesses que movem a macro-economia. Na ficção, o mundo ibérico consegue livrar-se do sistema opressivo das negociações e acordos internacionais, porque são da raça dos inquietos, “fermento do diabo”.

Sobre essa questão “infernai”, Carlos Roberto Nogueira desenvolve interessante estudo, no qual traça a longa e persistente trajetória do diabo no imaginário cristão. Sobre o triunfo e decadência de Satã, no mundo ocidental, Carlos Nogueira relata que, durante o Renascimento, a figura do diabo ganha enorme importância, é quando o “vassalo rebelde do tempo do feudalismo faz sua entrada triunfal em nossa civilização”²³². Nesse contexto, *A Divina Comédia* expressa o eterno confronto entre o bem e o mal e à simbologia do inferno acrescentam-se imagens aterrorizantes. A imaginação dos homens é impregnada do terror difundido pelas imprecizações doutrinárias e pelas crenças populares. Acresce ainda que a difusão da imprensa passa a espalhar, pelos países europeus, descrições minuciosas e explicações detalhadas sobre o tenebroso inimigo. Todavia, o medo crescente não impediu que, no imaginário dos homens, coexistissem duas imagens do diabo: a popular, em que satã é uma personagem familiar, facilmente ludibriada (às vezes até benfazeja) e a religiosa, fortemente imbuída do esforço missionário em manter a estabilidade

²³² Carlos Roberto Nogueira, *O diabo no imaginário cristão*, S. Paulo: EDUSC, 2000, p. 96.

da ortodoxia, através do medo e do terror. A Reforma Protestante e a Contra-Reforma utilizaram o diabo como substrato ideológico para justificar a repressão e a violência com que garantiam a manutenção do esforço pela salvação das almas. É dessa forma que o diabo ganha status de todo-poderoso, de príncipe das trevas; “as disputas religiosas conferiam ao diabo uma grandiosidade trágica: o demônio é o grande rebelde”²³³. Quanto mais força lhe era conferida, mais grandiosa se tornava a batalha entre o bem e o mal e mais legítimo o auxílio religioso.

Posteriormente, a revolução burguesa e o Romantismo propagaram satã como símbolo do espírito livre, independente de leis morais. Sua imagem esteve, então, atrelada ao progresso e à ciência, de forma a representar a rebelião contra a fé e a moral existentes:

Amigo do homem e inimigo de Deus, que estabeleceu a ordem como um tirano condenado ao sofrimento, à humilhação e à morte todos aqueles que tinham por única culpa o desejo de conhecer. Lúcifer está ao lado do homem, uma vez que, como o homem, ele é condenado ao sofrimento.²³⁴

Esta proximidade com a figura do diabo, enquanto potência maligna, entra em decadência. As chamadas crendices populares são ridicularizadas e as tradições ocultas florescem no movimento romântico, fortalecidas pelo folclore medieval e pelo exotismo misterioso das religiões orientais. A paixão pelo satanismo é reflexo do repúdio pelo momento presente e sintoma da insegurança quanto ao futuro. A visão pessimista do fim do século volta-se para o ocultismo, embrenhando-se pelos cultos satânicos, ao mesmo tempo em que absorve o espiritualismo oriental.

²³³ Carlos Roberto Nogueira, *op.cit.*, p. 101.

²³⁴ *Ibid.*, p. 104.

O sentido de rebeldia presente nas diversas formas de culto ao diabo foi perdendo sua força, na medida em que crescia a alienação do indivíduo na sociedade moderna. A impossibilidade de atuar e compreender a máquina política e econômica levou o homem a uma condição submissa, fazendo com que a figura do diabo perdesse o estatuto de rebelde marginal, já que era essa a base de identificação entre o homem e a representação simbólica do diabo. Satã adapta-se aos padrões da sociedade de consumo. Uma gama enorme de produtos esotéricos fornece, sem os difíceis caminhos da iniciação religiosa, soluções e auxílios para os mais diversos problemas.

Em síntese, algumas questões desenvolvidas por Nogueira são valiosas para a compreensão do propósito de Saramago em utilizar o termo “infernai”. A rebeldia caracteriza os jangadeiros ibéricos, são “fermento do diabo” e estão inconformados diante das leis injustas e tiranas. Embora os “deuses moribundos” tenham querido calar os descendentes de Cérbero, a fim de selar para sempre a porta do inferno, bastou que uma simples mulher portuguesa fizesse um risco na terra para romper as rochas e libertar a passagem que liga a superfície às profundezas demoníacas. Um galho de árvore, a varinha de negrilho, torna-se encantatória e como tal, símbolo de poder dos homens sobre as coisas. O traçado da linha sobre a terra teve o poder de liberar a “garganta devoradora”, símbolo dos subterrâneos demoníacos²³⁵, e reviver Cérbero, inserindo-o no abrangente contexto infernal de Saramago.

Logo na primeira página do romance, encontramos a lenda de Cérbero, o cão de três cabeças cuja origem está nas “gregas e mitológicas eras” e que permaneceu viva por conta das avós de Cerbère terem-na contado e recontado

²³⁵ Hans Biederman, *Dicionário Ilustrado de símbolos*, S. Paulo: melhoramentos, 1993, p. 197. O autor cita, como simbologia do inferno, as chamas de fogo, as gargantas devoradoras, a máscara mortuária e o cão de três cabeças.

através dos tempos. A população do pequeno vilarejo encontra justificativa para a mudez dos cães na suposição de que descenderiam do estranho animal mitológico, o qual, segundo o narrador, teria vivido ali mesmo; daí os nomes da cidade e do cão serem o mesmo – Cérbero e Cerbère. A lenda conta que a função desse cão era vigiar a porta do inferno e ladrar se dali ousassem sair as almas.²³⁶ O narrador afirma que ninguém recorda como se formou a “estranha superstição” ou a “convicção firme” de que cães mudos ladrando é sinal de fim do mundo, mas lembra que as avós, para distraírem seus netos, costumavam repetir com “vírgula nova” a história de Cérbero, o suposto ancestral dos cães silenciosos. A manutenção da lenda de Cérbero é feita pelas avós, mas é o narrador que, com muitas vírgulas novas, utiliza a velha história no direcionamento da narrativa e termina por inseri-la no universo cultural da atualidade, para qualificar, mais uma vez, os ibéricos.

Quando os cães voltaram a ladrar, a única forma encontrada pelos moradores para fazê-los calar, foi dar-lhes bolos envenenados. Somente um cão morreu, os outros fugiram para os Montes Alberes e por lá ficaram vagando. Nesse mesmo lugar, surgiu a primeira fenda, a que ninguém viu, e um desses cães, de nome “Ardent”, ouviu o estalar da pedra. Enquanto aproximava-se farejando, a fenda alargou-se e o cão teve que escolher de que lado ficar, se em França, onde estava, ou se em Espanha. Preferiu, como disse o narrador, as regiões infernais. O cão Ardent, no momento em que deveria decidir entre França e Espanha, recebeu a seguinte definição: “... esse cão, graças a Deus, não é dos que se acomodam às situações, a prova é que de um salto, galgou o abismo (...) preferiu as regiões infernais, nunca sabemos que

²³⁶ Pierre Grimal. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, R. Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 83.

nostalgias movem a alma de um cão, que sonhos, que tentações”²³⁷. O cão, por não ser acomodado, preferiu seguir com a península; além disso, o inferno “...como sabemos, é o lugar onde vai dar toda sabedoria, a antiga que já está lá, a moderna, e a futura que não de seguir o mesmo caminho”²³⁸. A ênfase está no desejo de mudança, na vontade de transformar situações, daí tudo que remete à acomodação estar sempre se opondo à natureza rebelde. No contexto ficcional de Saramago, os ibéricos tornam-se novamente navegadores, desejosos de novos ares e subvertem a ordem européia. Por isso dizem não à disposição conhecida do mundo e partem. As rochas se desprendem, porque é preciso romper definitivamente com a grande estrutura a que os ibéricos estão ligados pela geografia e pela situação econômica. Junto com a cordilheira partem-se os laços anteriores e uma nova ordem se instala.

Quando a península se afasta e deixa ver o precipício entre as rochas, a paisagem que se descortina é uma expressão de liberdade, que o lírico e embevecido narrador experimenta e descreve. As águas do rio Irtati, que escoavam, ninguém sabia para onde, puderam ser vistas caindo em cascata de mil metros, livres e vaporosas, recebendo sol e vento, como um “leque de cristal” ou “calda de ave-do-paraíso”. Completando o quadro, um arco-íris surge emoldurando o vapor d’água e tinge de sete cores as asas do gavião que paira sobre as águas do Irtati.

A jangada de pedra inicia, então, o mais ousado de todos os empreendimentos marítimos, porque leva em seu bojo, frota nunca vista: leva toda uma população, carregada de história e anseios, livre para recomeçar e

²³⁷ José Saramago, *op.cit.*,p.18.

²³⁸ *Ibid.*,p. 168.

escolher seus “vizinhos”. E isso é o que dá sentido à renovada busca, através do mar “novamente desconhecido”.

As personagens de Saramago são agentes, movem-se em conjunto para transformar um destino coletivo, de forma que a mensagem político-ideológica prevê a possibilidade de uma sociedade poder escolher, libertar-se dos grandes blocos que concentram poder na nova ordem mundial. O romance redimensiona o espaço português, ao transformá-lo em jangada e essa possibilidade implica a existência de um mundo mais dinâmico que utiliza como força propulsora a união entre os indivíduos.

A jangada de pedra nos dá ainda uma imagem do seu criador, um autor profundamente identificado com seu país e com a cultura de seus habitantes, atento à vida e sensível à complexidade que a envolve.

6. CONCLUSÃO

As “Idas e Vindas” dos portugueses compõem uma longa história, da qual, esse estudo procurou destacar alguns momentos. Esse intento demandou, primeiramente, um retorno à produção de alguns autores da literatura portuguesa dos séculos passados, quando o mar era ainda o “grande mistério”, com o objetivo de perscrutar, não só as motivações que levaram o homem português por mares “nunca dantes navegados”, como o resultado das audaciosas empreitadas.

Os versos de Fernando Pessoa delinearam as primeiras diretrizes dessa proposta, apontando para uma série de valores, marcantes na cultura portuguesa. *Horizonte*²³⁹ definiu as primeiras incursões – a aventura do percurso marítimo e as expectativas dos primeiros viajantes. O poeta nos dá conta do olhar português - o horizonte é uma “abstrata linha” - que vai se transformando nos traços severos da costa, conforme a nau se aproxima da terra. O mistério e encanto da viagem denunciam outra matéria, quando “a terra se abre em sons e cores” e a longa travessia parece, então, justificada. Há um porto atrás da fria linha do horizonte; lá, o viajante encontra “A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte” e pode tocar o que, antes, em seu sonho, eram apenas “formas invisíveis”. Mas essa incursão também nos leva ao reverso da viagem, firmado na descrição do “estado miserável do reino”, e no descaso com que o camponês, a “arraia-miúda”, em suma, é tratada pelos governantes.

²³⁹ Fernando Pessoa, *Mensagem*, *op. cit.*, p. 78.

Na etapa seguinte, o estudo contemplou a representação, na Literatura Portuguesa do século XIX - início do XX, dos filhos portugueses que migraram, principalmente para o Brasil e também a representação dos que sofreram a falta dos que partiram. As tensões dialéticas entre o lugar de referência e a adoção consciente de um novo local para viver - entre passado e presente – entre história e ficção, formaram o arcabouço dessa leitura, em que a ausência, o movimento migratório e a perseverança das velhas tradições aparecem entrecruzados. Nas narrativas, o retorno completo se configura impossível, não há reconciliação dos que partiram com a terra de origem. A representação da viagem ganha o peso do vazio, do abandono e do desenraizamento. Há morte e perda, sinais de descrédito em relação ao futuro prometido pela filosofia do progresso.

Na última parte desse percurso pela Literatura Portuguesa, chegou-se a *Mensagem*, de Fernando Pessoa. O poeta confere, novamente, matizes positivos ao tema da viagem, recuperando o sentido mítico da busca, da vontade interior e coletiva de transformação. Por outras vias, essa mesma idéia de renovação é retomada por José Saramago, no romance *A jangada de pedra*. Nesse texto, o futuro está na união dos povos ibéricos e na realização de um destino coletivo, autônomo em relação ao poder da economia globalizada. A *mensagem* de Saramago é político-ideológica e considera a escolha e a liberdade individual como um fator construtivo de uma nova ordenação social.

O exercício de observar as várias nuances que os textos portugueses oferecem, exigiu uma atividade interpretativa bastante disciplinada, a fim de evitar que o estudo se desviasse do eixo proposto. Infelizmente, esse propósito

fez com que inúmeras produções, bastante significativas do motivo da viagem, não fossem contempladas.

Utópicos, conformistas, críticos ou esperançosos, os textos portugueses compõem um vasto painel cuja leitura se abre a inúmeras possibilidades; no entanto, um elemento mais ou menos comum a todos os textos, aqui revisitados, aparece com um vigor muito próprio e particular - a valoração dada pelos seus autores ao povo português.

Para concluir, os versos de Álvaro de Campos. Que eles expressem o tom que se pretendeu conferir a esse estudo:

As viagens, os viajantes - tantas espécies deles!
Tanta nacionalidade sobre o mundo! Tanta profissão! Tanta gente!
Tanto destino diverso que se pode dar à vida,
À vida, afinal, no fundo sempre, sempre a mesma! ²⁴⁰

²⁴⁰ Poesias de Álvaro de Campos, In: Fernando Pessoa, *Obra Poética*, *op. cit.*, p. 334.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Fronteiras Múltiplas, Identidades Plurais. In: *Geografias Literárias e Culturais: Espaços / Temporalidades*, Org. Lea Masina et al, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____ (org.) *Ecos do Brasil Eça de Queirós Literatura Brasileira e Portuguesa*, S. Paulo: Senac 2000.
- ALMEIDA, Fialho. O Filho. In: *O Conto Realista*. Org. E. Barros, Direção Massaud Moisés, São Paulo: Global Editora: s/d., pp. 88-94.
- AMORIM, Francisco Gomes. *Aleijões Sociais*. Lisboa: Typographia Universal, 1870.
- ASSIS, Machado. *D. Casmurro*. 26 ed., S. Paulo: Ática, 1992.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Trad. Antônio da Costa Leal e Lídia Leal, Rio de Janeiro: Edições Tijuca Ltda, s/d.
- BARROS, João de. *Décadas da Ásia*, Texto disponível em:
<<http://carreiradaindia.net/seccao/decadas-da-asia-joao-de-barros/88k>>
- BENEDITO, Silvério. *Para uma leitura de Os Lusíadas de Luís de Camões*. 3ª. edição, Editorial presença, 2006, p. 43
- BERARDINELLI, Cleonice. *Os Republicanos da Rua do Príncipe*. Revista Semear, Cátedra Puc-Rio. Disponível em:
<www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/1sem_09.html>
- Bíblia, S. Paulo: Edições Loyola / Editora Santuário, 1993.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 94-118.
- BOSI, Alfredo. *O Enigma do Olhar*. S. Paulo: Ática, 1999.
- BRAGA, Alberto. O retrato dos pais, In: *Contos Escolhidos*. Lisboa: M. Gomes Livreiro Editor, 1892.
- BRAGA, Jorge Salazar. A casa do brasileiro e a paisagem rural do século XIX, In: *Conferências Discursos comemorações do dia da Comunidade Luso-Brasileira*, Secretaria do estado das Comunidades Portuguesas Centro de Estudos, Ponte de Lima, 1986.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. S. Paulo: Cia das Letras, 1986.

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Ensaio de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial presenças, 1985.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Ed. Crítica Francisco da Silveira Bueno. Coleção Prestígio, Rio De Janeiro: Ediouro, s.d.
- CARVALHO, Rômulo de. *O texto poético como documento social*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Serviço de Educação, 1995,
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Anos de Prosa*. Lisboa: Parceria A. M. pereira, LDA, 1973 (4ª. ed.), pp. 96-97.
- CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. 13ª. ed., Lisboa: Guimarães & Cia.s.d.
- CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha – O descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 2000.
- CIRLOT, Ivan-Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. Trad. Rubens Ferreira. Editora Moaes, 1984.
- COELHO, Trindade. *Os Meus Amores*. Lisboa: Ulmeiro, 2000.
- COSTA, Padre Manuel da. *A arte de furta*. Ed. Crítica e introdução de Roger Besmut, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1991.
- COUTINHO, Afrânio. Gênese da idéia de Brasil. In: *A Literatura no Brasil*. S. Paulo: Global, 1997, pp. 244-259.
- COUTINHO, Eduardo. Remapeando a América Latina para uma nova Cartografia Literária no continente. In: *Geografias Literárias e Culturais*. Org. Lea Masina, Gilda N. Bitencourt e Rita Teresina Schmidt, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 139-148.
- DINIS, Júlio. *A Morgadinha dos Canaviais*. (Introd. Maria Ema Tarracha Ferreira). Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, s/d.
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha (seleção, tradução e notas). *Crônicas de Fernão Lopes*, 4. edição, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2000.
- FRYE, Northrop. *Código dos Códigos A Bíblia e a Literatura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____ *Anatomia da Crítica*. Trad. Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1957.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Typ. Gazeta dos Tribunais, 1846, p.25. Obra digitalizada disponível em: <<http://purl.pt/55>>
- GOLDMAN, Elisa. O Mito de Perseu, PUC, RJ, arquivo disponível em: <www.educaçãopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist13.htm>

- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Trad. Victor Jaboville, 3^a. ed. Rio de Janeiro: Bretrand-Brasil, 1997
- HERCULANO, Alexandre. Diário do Governo, 13 de janeiro de 1938, páginas 47-48.
- IVO, Pedro. *Serões de Inverno*. Contos, Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s.d.
- IVO, Pedro. A Doida de Tagilde, In: *Contos*. Porto: Lello & Irmãos Editores, s.d.
- JOÃO, Maria Isabel João, *Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX*, Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, no. 8, 2000, Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm>>
- KEHL, Maria Rita. Minha vida daria um romance, In: Giovanna Bartucci (Org.), *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*, Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- LAPA, Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*. 6^a. edição, Coimbra: Ed. Limitada, 1966
- LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870 –1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade*. S. Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____ *Esplendor do Caos*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MACEDO, Helder. Coordenadas ideológicas. In: *Nós, uma leitura de Cesário Verde*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, pp. 19-49.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavaravares. A Historiografia, In: *História da Literatura Portuguesa em Perspectiva*, vol I, São Paulo: Atlas, 1992.
- MATTOSO, José Mattoso. *História de Portugal – Portugal em Transe*. Vol. VIII, Cord. José M. Ferreira, Lisboa: Caminho, s.d.
- MOISÉS, Massaud. *A Literatura como Denúncia*. Cotia: Íbis, 2002.
- _____ *Dicionário de Termos Literários*. 5^a. ed., S. paulo: Cultrix, 1979.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais Colonialidade Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto. *O Diabo no Imaginário cristão*. Bauru: EDUSC, 2000.
- ORTIGÃO, Ramalho. *Farpas Escolhidas*. (Introdução e seleção de Rodrigues Cavalheiro), Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- _____ *As Farpas*, Livraria Clássica Editora, 1948.

OSAKABE, Haquira. *Fernando Pessoa. resposta à decadência*, Curitiba: Criar Edições, 2002.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. (organização de Maria Eliete Galhoz), Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1997.

POSTAL, Jairo. Análise semiótica do texto A Parábola do filho pródigo, Revista Integração, disponível em: <http://www.usjt.br/prppg/revista/integração_48.php>

QUADROS, Antônio. *Obra em prosa de Fernando Pessoa – Portugal Sebastianista e Quinto Império*. Publicações Europa-América, s.d.

QUEIROZ, Eça. *Correspondência*. (Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho) 1º. vol. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1983, p. 142.

QUEIROZ, Eça. *Obra Completa*, Organização, Introdução, Fixação dos textos autógrafos e Notas introdutórias feitas por Beatriz Berrine, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1997.

_____ O Brasileiro, in: Benjamin Abdala Júnior, *Ecos do Brasil Eça de Queirós Literatura Brasileira e Portuguesa*, (Org.) (São Paulo: Editora SENAC, 2000.

REBELLO, Ivone da Silva. O Engajamento Político-Social na poesia bucólica de Virgílio, Calpúrnio e Nemesiano. Disponível em: <www.filologia.org.br/soletras>

REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, Livros Horizonte, 1983, p. 25

REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.

_____ *As Conferências do Casino*. (direção António Reis), Lisboa: Publicações Alfa, 1990

_____ *O Espaço Rural no Romance Queirosiano: A Ilustre Casa de Ramires*, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1985.

_____ Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões, in: Benjamin Abdala Júnior, *Ecos do Brasil Eça de Queirós Literatura Brasileira e Portuguesa*,

RIBEIRO, Maria Aparecida. *História Crítica da Literatura Portuguesa*. (Realismo e Naturalismo), Coord. De Carlos Reis, Lisboa: Editorial Verbo, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Obra digitalizada disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>>

- SANTIAGO, Silviano. *Vale Quanto Pesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
_____, *Uma Literatura nos Trópicos*. 2^a. edição, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 17^a. edição, Publicações Europa-América, 1995.
- SARAIVA, José Antônio; LOPES, Oscar, *História da Literatura Portuguesa*. 17^a. ed. Porto Editora, s.d.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. Mestres da Literatura Portuguesa e Brasileira. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. S. Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SERRÃO, Joel. *O Caráter Social da Revolução de 1383*. 6^a. edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1985
_____, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Antologia*. Coleção Horizonte, Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
_____, *Temas Oitocentistas – Para a História de Portugal no século passado, Ensaios*, Livros Horizonte, 1980.
- VECHI, Carlos Alberto. O Primeiro Momento do Romantismo. In: *A Literatura Portuguesa em Perspectiva*, Dir. Massaud Moisés, São Paulo: Atlas, 1994, p. 29-56.
- VICENTE, Gil. *Romagem dos Agravados*. Obra digitalizada disponível em: <www.fl.ul.pt/centros_invs/teatro/pagina/textos/textos_teatro/texto_GV/romagem_dos_agravados.pdf> Adob Acrobat.
- VAQUINHAS, Irene Maria; CASCÃO, Rui. Evolução da Sociedade Portuguesa: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa, In: *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. V, Circulo de leitores, 1993.
- VIEIRA, Nelson. *Brasil e Portugal (o mito e a realidade na expressão literária), A imagem recíproca*, Diálogos Fronteiras Abertas, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. S. Paulo: Cia das Letras, 1990.